



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

NÁGYLA MARIA GALDINO DRUMOND

**ROMANCES DE OPERÁRIAS: VIDA E TRABALHO NAS FÁBRICAS DE
HORIZONTE - CEARÁ**

FORTALEZA
2019

NÁGYLA MARIA GALDINO DRUMOND

ROMANCES DE OPERÁRIAS: VIDA E TRABALHO NAS FÁBRICAS DE
HORIZONTE - CEARÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia. Área de concentração: sociologia. sociologia da cultura. sociologia do trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Gentile

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- D858r Drumond, Nágyla Maria Galdino.
Romances de operárias : vida e trabalho nas fábricas de Horizonte - CE / Nágyla Maria Galdino
Drumond. – 2019.
126 f.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação
em Sociologia, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Fábio Gentile.
1. Cultura. 2. Gênero. 3. Trabalho. 4. Tempo. 5. Processo civilizador. I. Título.

CDD 301

NÁGYLA MARIA GALDINO DRUMOND

ROMANCES DE OPERÁRIAS: VIDA E TRABALHO NAS FÁBRICAS DE
HORIZONTE - CEARÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia. Área de concentração: sociologia. sociologia da cultura. sociologia do trabalho.

Aprovada em: 31/01/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr.Fábio Gentile (Orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Profa.Dra.Alba Maria Pinho de Carvalho
Universidade Federal do Ceará - UFC

Profa.Dra.Andréa Borges Leão
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof.Dr.João Bosco Feitosa dos Santos
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Profa.Dra.Maria Zelma de Araujo Madeira
Universidade Estadual do Ceará - UECE

À Clarice, minha filha, meu tudo, meu raio de sol.

Às mulheres da minha vida: Tânia, Climene (*in memoriam*), Luluta, Margarida (*in memoriam*), Sarah, Vera (*in memoriam*), Rosa, Mamá, Neile, Gracinha (*in memoriam*), Lulu, Jú, Thici e Cecy.

Aos meus Galdino (*in memoriam*), Drumond, Júnior, Pedrinho e Natan por me amarem incondicionalmente.

Ao Flávio, amigo e parceiro intelectual de toda uma vida.

A Luís Inácio Lula da Silva, o maior dos brasileiros.

Às trabalhadoras operárias do mundo inteiro.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Fábio Gentile, por tudo que me proporcionou.

Às professoras Alba Pinho e Andrea Leão por terem sido as maiores companheiras das horas mais difíceis desse trabalho.

Aos meus eternos professores, Bosco Feitosa (UECE), Elizabeth Feitosa (UECE), Peregrina Capelo (UFC), Verônica de Paula (UECE) (in memoriam) e Domênico Batocchio (UECE) (in memoriam) por serem os maiores responsáveis por minha formação acadêmica.

A Roberto dos Santos, meu camarada querido, com quem primeiro dividi as inquietações de uma pesquisadora ao ter “descoberto” o fio da meada de sua tese, numa noite bonita de julho de 2017, tomando cachaça mineira no histórico bairro de Santa Tereza em Belo Horizonte/MG, depois de termos cumprido tarefas acadêmicas e institucionais numa reunião da ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos. Amizade, ciência, literatura e boêmia me renderam um “eureka” da boca de Bob, que guardo comigo até hoje, como demonstração de confiança na pesquisa que eu qualificaria 120 dias depois. Foi, literalmente, o combustível que eu precisava naquele momento para seguir adiante.

A meus amigos e camaradas do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em nome de Carlos Augusto Diógenes (Patinhas), nosso eterno presidente e patrimônio da esquerda cearense, por tudo que significam em minha caminhada como mulher, mãe, cientista, professora e militante.

Aos (as) funcionários (as) do Departamento de Sociologia da UFC, em nome de Aimberê, Socorro e Lorena pela disposição em contribuir para que minha caminhada se tornasse mais leve e tranqüila em tanto anos de labuta no processo de mestrado e doutoramento.

Nós não é só o que a fábrica diz que a gente é, não. Mulher, a gente tem vida fora de lá. A vida mudou muito, mas, continua sendo vida e é a única que a gente tem pra viver. Pelo menos, nesse mundo, é a única. Tem que enfrentar. A gente tem que viver.... (Matilde, a mulher com os olhos cheios de mar)

RESUMO

A presente pesquisa analisa a cultura como modo de vida relacionada ao trabalho na trajetória de mulheres operárias no esteio do processo civilizador industrial na cidade de Horizonte/Ceará. Horizonte é um município da Região Metropolitana de Fortaleza, localizado a 40 km da capital cearense que abriga, em especial, indústrias do ramo calçadista, têxtil e alimentício. Nos últimos 25 anos, como parte da desindustrialização de Fortaleza, a cidade é um pólo industrial, com profundas transformações na paisagem físico-social e econômica da região. A pesquisa traça uma rota de trajetórias das experiências de trabalhadoras da maior indústria calçadista da cidade, investigando a transição permanente entre um modo de vida agrícola para um modo de vida industrial. As visitas sistemáticas ao município, observação participante do cotidiano das interlocutoras finais, realização de entrevista semi-estruturada somado a uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de cultura, como modo de vida; gênero e trabalho, tempo e processo civilizador deram o norte teórico-metodológico da pesquisa. A escolha por um romance sociológico se deu na perspectiva de apresentar interlocutoras finais da pesquisa, de forma individual, ao mesmo tempo em que se destaca em suas narrativas as chaves analíticas que dialogam na compreensão das novas formas culturais na vida social mediada pelo trabalho na fábrica. Ao longo da tese, cada personagem apresentada (Matilde, Rosinha Octávia e Aurora) são abordados os elementos constitutivos desse novo modo de vida entre a classe trabalhadora local. A tese versa sobre as múltiplas imbricações entre gênero, trabalho, cultura e tempo na formação de Pagu, Ser-Operária, protagonista dessa trama e retrato sociológico do processo civilizador industrial em Horizonte/ Ceará.

Palavras-Chave: cultura; gênero; trabalho; tempo; processo civilizador.

ABSTRACT

The present research analyzes the culture (way of life) and the work among women operating in the industrial civilizing processor in the city of Horizonte, Ceará. Horizonte is a city in the Metropolitan Region of Fortaleza, located 40 km from the capital of Ceará, home to industries such as footwear, textile and food industries. In the last 25 years, as part of the not industrialization of Fortaleza, the city is an industrial center with profound transformations in the physical, social and economic landscape of the region, presenting more than 80% of its population in an urban area. The research traces the trajectories of the experiences of women workers in the largest footwear industry in the city, investigating the transition between the agricultural way of life and the industrial way of life. Systematic visits to the city, participant observation in multiple moments of the daily routine of the final interlocutors, semi-structured interviews and bibliographical review on the concepts of culture as a way of life, gender and work gave the theoretical and methodological north of the research. The choice for a sociological novel came from the perspective of presenting the final interlocutors of research individually, while at the same time highlighting in their narratives the analytical keys that dialogue in the understanding of new cultural forms in social life mediated by work in the factory. Along the thesis, to each presented character - Matilde, Rosinha, Octavia and Aurora - the constitutive elements of this new way of life among the local working class are approached. The thesis is about the multiple imbrications between culture, gender, work and time in the formation of Pagu, Ser-Operária, protagonist of this plot and sociological portrait of the industrial civilizing process in Horizonte / Ceará.

Keywords: culture; gender; work; time; civilizing process.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 1.1 | O lugar da pesquisadora-militante: criação e fazer sociológico..... | 10 |
| 1.2 | Trajetórias femininas: os caminhos da tese de doutorado..... | 18 |
| 1.3 | Personagem-operária e o Processo Civilizador em Horizonte: construindo o objeto no percurso da análise | 24 |
| 2 | MATILDE, ROSINHA, OCTÁVIA E PAGU - PERSONAGENS DE UM ROMANCE SOCIOLOGICO EM HORIZONTE: UMA ESCOLHA TEÓRICA-METODOLÓGICO – LITERÁRIA..... | 30 |
| 3 | MATILDE - GÊNERO E TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE UMA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA..... | 47 |
| 3.1 | Feminismos, Gênero e Epistemologia Feminista num campo de batalhateórico, político e metodológico..... | 50 |
| 3.2 | O Encontro da Epistemologia Feminista com os Conceitos de Labor e Trabalho em Karl Marx e Hanna Arendt..... | 63 |
| 4 | ROSINHA - MODO DE VIDA, HABITUS E COTIDIANO NA CIDADE – FÁBRICA..... | 71 |
| 4.1 | Da enxada à máquina: o processo de formação da “nova” classe operária no Ceará..... | 75 |
| 4.2 | Bourdieu e Lahire: um diálogo entre habitus, agência, disposições e reflexividade..... | 82 |
| 5 | OCTÁVIA - O TEMPO NA FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA EM HORIZONTE..... | 99 |
| 6 | PAGU – SER OPERÁRIA, RETRATO SOCIOLOGICO DO HORIZONTE INDUSTRIAL..... | 109 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 115 |
| | REFERÊNCIAS..... | 120 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 O lugar da pesquisadora-militante: criação e fazer sociológico

Iniciar o texto da tese de doutoramento me remete à adolescente, com 17 anos de idade, que ingressou na Universidade Estadual do Ceará (UECE) para cursar Ciências Sociais, no ano de 1994. Advinda de uma família de setores médios, que migrou do interior cearense para Fortaleza. Composta, em sua maioria, de professoras (es) e comerciantes; católicos, com uma visão política progressista-popular de valorização dos trabalhadores, da educação formal, do incentivo à leitura diária e da convivência comunitária. Moradores e moradoras das áreas centrais de Fortaleza, distante das chamadas zonas periféricas.

Cresci num apartamento modesto e espaçoso, com ares modernos da arquitetura e design dos anos de 1960, situado em frente ao Parque da Liberdade, conhecido como Parque das Crianças, encravado no Centro de Fortaleza. Cresci entre as árvores frondosas, com seus muitos brinquedos e os parques de diversões sempre instalados durante os meses de férias escolares. Cresci com meus pais, irmão, avó paterna – proprietária do prédio – de tios e primos. Dona Climene Drumond, dava à nossa morada um ar de “legítima casa de vó”, enorme, cozinha para dezenas de pessoas, um quintal cheio de fruteiras; áreas comuns e portas sempre abertas aos familiares e a quem mais quisesse e/ou precisasse de uma refeição, um banho, um lugar para dormir. Éramos vizinhas e morávamos juntas. Dali, em poucos instantes, a pé, podíamos chegar à Praça do Ferreira, coração político de muitas das Fortalezas que se encontravam; ao Cine São Luiz, às vitrines das lojas mais populares do comércio local da época; indo até o Teatro José de Alencar, o guardião suntuoso da memória de nossa gente. Andando um pouco mais, estávamos no Mercado Central, na Catedral Metropolitana, no Passeio Público, na Emcetur e na Praia de Iracema, Praia do Ideal, Praia do Náutico, todos pontos turísticos da capital cearense.

Essa, talvez, seja a Fortaleza da minha mais tenra idade. Lembranças tão vivas de minha infância que se somam ao ingresso do Colégio Pio X, administrado pelos Padres Franciscanos Capuchinhos e, posteriormente, no então Colégio Cearense do Sagrado Coração – Congregação dos Irmãos Maristas - onde estudei da alfabetização ao término do hoje chamado ensino médio. Isso tudo em quase duas décadas, numa Fortaleza que ainda se modernizava e se descobria como “cidade

grande”, que primeiro abrigava as centenas de cearenses tangidos pela seca, do interior para a capital alencarina.

Minhas experiências como moradora do centro de Fortaleza, durante 33 anos, foram sempre muito intensas. Sou um exemplo de como a cidade pode ser vivida por quem faz dela o lugar para se morar, criar seus filhos, trabalhar, divertir-se; viver. Viver as cidades é a primeira grande experiência que temos com o mundo e a partir dela nos constituímos como seres mais plurais. Olhar para as cidades, observá-las, contemplá-las, vivê-las diz muito sobre o que somos em nossas trajetórias individuais e coletivas.

As lembranças embalam minha escrita e me trazem à cabeça as questões levantadas por Italo Calvino, no livro *Cidades Invisíveis* (Calvino, 1972) em especial quando o texto aponta o urbano como feito de matéria e substâncias não manipuláveis, uma cidade rebelde, revolucionária, teimosa e, talvez, por isso mesmo, tão fascinante. Assim, sempre me pareceu Fortaleza: uma cidade de muitas cidades inquietas. Uma Fortaleza a ser desbravada, interpretada, inventada sob o desafio de compartilhar a cidade com a diversidade populacional que nela vive. É preciso ter o direito de inventar, no sentido criativo da palavra, formas de sociabilidade urbanas que permitam o enfrentamento às desigualdades de classe em seus aspectos sociais, políticos e econômicos. No acesso a arte, à cultura, à ciência como parte do repertório urbano.

Sempre fico a pensar que o que me fascinou na cidade de Horizonte, cenário da pesquisa do doutorado, e falo de fascínio no sentido antropológico do “estranhamento” foi a possibilidade de enxergar e me deparar com muitos Horizontes, ainda como professora universitária e não necessariamente a pesquisadora que eu estava prestes a me tornar para que pudesse ter acesso ao mosaico de relações sociais que eu desejava investigar. A inquietude da imaginação sociológica (Wright Mills, 1978) me dava pistas de quais cidades poderiam ser “paridas” daquela que parecia ainda por nascer de um outro jeito, embora já nascida pelas mãos da fábrica e não mais, apenas, pelas mãos da enxada, num movimento contínuo de “expulsar-acolher-resignificar” o que já existia para poder vivenciar o novo. Sim, a fábrica, sempre se apresentava e era recepcionada como o novo e na Horizonte, território do campo investigativo dessa pesquisa, o discurso do novo não era menos presente, nem tampouco, menos sedutor.

Voltando aos tempos de estudante de Ciências Sociais, nos idos dos anos

de 1990, hoje, consigo assumir que meu primeiro laboratório de pesquisa foi a cidade de Fortaleza. Me aventurando e me arriscando no ofício da pesquisa sociológica me apaixonei por Fortaleza e por suas personagens e cenários. Com o olhar nublado pela emoção e, ainda, distante da prerrogativa do “estranhamento” na pesquisa científica, me aventuro por Fortaleza e por seu desenho de incipiente metrópole, caracterizada pela desigualdade social, advinda da forte concentração de riquezas (SILVA, 1998).

Na graduação em Ciências Sociais, na Universidade Estadual do Ceará (UECE), tive a oportunidade em integrar grupos de estudos e pesquisas que me instigaram, e me exigiam, a percorrer a cidade de Fortaleza/Ceará em sua feição política, econômica, social e cultural.

Fortaleza me parecia muito mais uma mistura nada padronizada das Cidades Invisíveis de Calvino que fervilhavam em minhas anotações em meio a uma Fortaleza que se erguia como metrópole. Em certa medida, essa (des)construção permanente já se apresentara como uma característica que marcaria meu ofício de pesquisadora e logo depois de militante do direito à cidade/reforma urbana, tendo como palco, a “Terra do Sol”. Os dias de trabalho de campo eram intensos nas múltiplas tentativas em conectar os fios que teciam as sociabilidades nos bairros periféricos de Fortaleza. Não tinha a presunção de dar conta de tudo; queria mais montar aquele instigante “quebra-cabeça” sociológico ainda tão incipiente em minha formação.

Naquele momento, com a cidade que já se apresentava como a quinta maior do país em população (IBGE, 2000), imersa no cenário de constituição da pólis e distritos industriais, oriundo de uma política de interiorização do trabalho fabril, atraída por um conjunto de incentivos fiscais e criação de pólos e distritos industriais que contribuíram na dispersão da industrialização; eu chegava à cena sociológica, numa Fortaleza já em franco processo de desindustrialização. A cidade se desindustrializava num movimento em que se tornava arena de expansão de comércio e serviços, enquanto eram criados pólos industriais em seu entorno, prioritariamente, nos municípios limítrofes e da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). O movimento tinha a tônica de descentralizar o crescimento e desenvolvimento industrial no estado, enfrentando a macrocefalia econômica de Fortaleza, como uma forma de “levar” o desenvolvimento aos quatro cantos do estado, numa política de incentivos fiscais e de construção dos pólos e distritos industriais que favoreceram um outro desenho

industrial pelo estado. Depois de mais de 30 anos de tal modelo adotado, que não aconteceu só no Ceará, ou mesmo no Brasil, há a necessidade de se reindustrializar as grandes capitais, inclusive, Fortaleza, atraindo outros tipos de indústria, em especial a indústria da ciência, tecnologia e inovação de maneira a formar novos trabalhadores para novos postos de trabalho, principalmente, no que diz respeito ao nível de trabalho, emprego e renda da juventude cearense e fortalezense.

Deparei-me, portanto, com o desenho real de uma cidade desigual socialmente e que, ao mesmo tempo, apresentava a riqueza de saberes que à revelia do conhecimento acadêmico, se constituía em múltiplos territórios caracterizados pela face comercial que marca o crescimento de Fortaleza, desde de sua fundação. (SILVA, 1998). Questões que remetem ao que Lefebvre (2004), aborda sobre a cidade como centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte e monumentos) (LEFEBVRE, 2004, p.46). E continua:

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é o valor de uso e o produto é valor de troca. (...) A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE, 2004, p. 46)

A cidade como obra se constitui em muitas dimensões. Obra de si mesma, reinventa-se, remodela-se, reconstrói-se. A relação que o autor estabelece entre valor de uso e valor de troca na cidade é a relação permanente entre a direção do comércio, do dinheiro, das muitas trocas e produtos e a insubordinação à generalizações e plastificações homogeneizantes que tentam sufocar ou mesmo ditar as formas como *usar ou deixar de usar* a cidade. Fortaleza é uma dessas cidades insubordinadas, em especial, em suas múltiplas periferias. Cidade reinventada por populações mais vulneráveis que acabam, por si mesmas, criando novas formas de usos da cidade de maneira a atender suas necessidades mais prementes, seja de moradia, alimentação, renda, mobilidade, lazer e cultura.

A experiência de me debruçar sobre Fortaleza e a realidade urbana, em especial, sobre dados econômicos e a cena político-cultural e de seus muitos atores, me fez militante. A universidade me conduziu à militância política. Foi *de dentro* da

universidade que conheci os partidos políticos, as associações comunitárias, os sindicatos, os grupos religiosos organizados, os coletivos culturais e uma multiplicidade de sujeitos inscritos nos diversos territórios urbanos, insubordinados à lógica da cidade-negócio Harvey (2005), Maricatto (2002), De Carvalho & Corso-Pereira (2013) que guarda semelhanças nos mais diversos exemplos das capitais brasileiras.

Peregrinar cidades; peregrinar cidades acompanhada por pessoas diferentes, diversas, múltiplas fez de mim, militante feminista e partidária atuante. Graduada em Ciências Sociais no início dos anos 2000, fui diretora-fundadora do Centro Socorro Abreu, organização não governamental (ONG), que atendia mulheres em situação de violência em Fortaleza, bem como assessora em entidades dos movimentos comunitários e sindicais, em especial, da Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza Caminhos que logo me conduziram ao Mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Ceará (UFC), no ano de 2004, ano em que tive minha única filha, que hoje tem 13 anos de idade. Grávida, atravessei o primeiro semestre e com uma filha recém-nascida, terminei o primeiro ano de Mestrado.

A pesquisa me levou aos muitos lugares de uma Fortaleza-Metrópole que crescia de forma desigual, reservando territórios para os trabalhadores. Onde morar, onde trabalhar; como se deslocar de um ponto ao outro da cidade; todos os dias, para cumprir longas e penosas jornadas diárias de trabalho. Onde rezar, onde se divertir; como exercer sua vida comunitária.

Minha primeira incursão, como mestranda, foi no bairro Jacarecanga, bairro nobre de Fortaleza ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, que tinha seu desenho urbano caracterizado por casarões e sobrados ocupados pela elite fortalezense à época. Tal configuração histórica e urbana foi se modificando a partir da segunda metade do século XX, quando a crise da produção do algodão no interior cearense, incentiva a chegada do setor secundário naquela região da cidade, a constituindo como potente região industrial de Fortaleza nas décadas de 1960 e 1970, abrigando ao longo da conhecida Avenida Francisco Sá, a maior concentração de indústrias do estado do Ceará.

A presença da indústria, facilitada pela existência da linha férrea que tornava mais acessível o escoamento da produção, propiciou um forte adensamento populacional daquela região, que passou a ser caracterizada pela presença marcante de trabalhadores operários, empregados em indústrias de metalurgia, beneficiamento

alimentar, beneficiamento do algodão; em especial.

Com a presença da indústria, dos operários e de suas famílias numerosas que passaram a residir nas vilas operárias constituídas a partir da instalação fabril, as famílias de alta renda, moradoras da região, deixaram o bairro da Jacarecanga, migrando para outras regiões da cidade.

A região oeste de Fortaleza passava a se caracterizar como uma região operária, com forte presença de famílias oriundas do interior cearense, tangidas pela seca e pela já citada crise da produção do algodão que altera a paisagem urbanístico-econômica do Ceará da segunda metade do século XX.

O corredor da Avenida Francisco Sá, em seu eixo leste-oeste, que liga o bairro da Jacarecanga, mais exatamente, a partir da Praça do Colégio Estadual Liceu do Ceará na divisa entre o centro de Fortaleza e a região oeste de Fortaleza, até a ponte sobre do Rio Ceará, no espetáculo natural do encontro das águas do Rio com o Oceano Atlântico, passa a ser ocupado pelos grandes galpões, altos e compridos; com telhados de zinco e chaminés de concreto que marcaram a cena urbana daquela região, em cerca de 30 a 40 anos de pleno funcionamento.

As fábricas, as vilas operárias, os clubes recreativos, tais como o Clube dos Ferroviários e o Clube de Regatas (atual Cuca Che Guevara) - ambos, clubes recreativos do litoral oeste de Fortaleza, a praia da Barra do Ceará, com suas colônias de pescadores, a presença marcante da Igreja Católica, tendo como esteio as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e a ação dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras e dos partidos políticos, em especial, do PT (Partido dos Trabalhadores) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB) compunham a paisagem urbanística daquela região em suas dimensões político, econômico e cultural. Esse cenário, advindo pela presença das fábricas, mudou a paisagem de parte da região, antes ocupado pelos sobrados e casarões das elites intelectuais e econômicas da cidade.

Na paisagem urbana do Jacarecanga estão impressas as marcas deixadas nos diferentes momentos da história da industrialização cearense. Com a chegada das indústrias e das habitações operárias, sobrados e casarões, que remetem ao passado nobre da área, são abandonados pela elite fortalezense, cedendo lugar a instalação de indústrias, comércio e cortiços. A ação do poder público na construção de distritos e pólos industriais na região metropolitana, a oferta de atrativas vantagens fiscais para instalação de empresas em cidades interioranas e a cobrança excessiva de tarifas e impostos favoreceram a migração de indústrias da capital para outras cidades e o esvaziamento da função industrial do Jacarecanga. Bairro, densamente ocupado por famílias de baixa renda, deixou de ser prioritariamente industrial para ser comercial, de serviço e residencial, apesar de existir ainda algumas

indústrias em funcionamento. Uma considerável parcela da população constituída de mão de obra não especializada e que trabalhava nas indústrias, encontra-se desempregada, pois não é considerado viável economicamente o deslocamento dos trabalhadores para o distrito industrial de Maracanaú. A atividade industrial, tão vulnerável as oscilações do capital, foi decisiva na estruturação do espaço do Jacarecanga, mas a sua migração também modificou profundamente a organização intraurbana de Fortaleza. (COSTA; MADEIRA, 2005)

Fortaleza sofria com o processo de desindustrialização, o avanço e diversificação de atividades terciárias, flexibilização e precarização das relações de trabalho, desemprego, violência, ampla desigualdade social e extensão da pobreza. Num cenário em que as Metrôpoles se expandem para as bordas e para o periurbano, com descenso demográfico e degradação das antigas áreas centrais com o surgimento de novas centralidades associada a grandes empreendimentos bancários, comerciais, hospitalares e de turismo, por exemplo. Novos padrões habitacionais e, conseqüentemente, uma nova dinâmica do uso e ocupação do solo com a proliferação de condomínios fechados, em sofisticados padrões de segurança.

Um modelo que não serve apenas ao que se convencionou chamar de áreas nobres. Esses modelos vão sendo introjetados em regiões mais populares da cidade, também. O abandono, por parte do Estado, de boa parte de suas funções de planejamento e gestão urbana e metropolitana, bem como de ordenamento da função social da terra urbana, acaba por transferir a atores privados a produção da cena urbana, afetando, diretamente, a paisagem das cidades e a vida de suas populações. (CARVALHO; CORSO-PEREIRA, 2013)

O ritual do mestrado aliado à militância política, que me fazia passar mais de 8 horas por dia naquela região, fizeram com que eu construísse meu objeto de pesquisa, olhando para a vida das operárias da tradicional indústria de beneficiamento da castanha de caju, uma das que resistiam ao processo de desindustrialização da capital. Ao longo de mais de dois anos compus *A Saga de uma Macabéa: corpo e trabalho feminino na indústria de beneficiamento de castanha de caju em Fortaleza/Ceará* (2007) que enveredou pelas fronteiras políticas e epistemológicas da relação mulher, gênero, corpo e trabalho investigando o cotidiano dessas mulheres que faziam da fábrica o seu “estar no mundo”, lugar de significações sobre o que era trabalho, nas esferas privada e pública; maternidade, sexualidade; com a super exploração da mão de obra feminina, num ambiente de aquartelamento do trabalho que as levava a longas 10 horas diárias de trabalho, num ritmo de controle das emoções, dos comportamentos e das necessidades fisiológicas, sob a exigência da

linha de produção. Nascia ali, uma socióloga-pesquisadora instigada a conhecer os modos de cultura da classe trabalhadora na cidade, essa magnífica e desafiadora invenção da sociedade. A relação cultura/trabalho inscrita nas trajetórias individuais e coletivas da classe trabalhadora, tendo como protagonistas, as mulheres operárias.

Prestes a completar 30 anos de idade, mestre em sociologia, chego ao município de Horizonte no segundo semestre de 2007, como professora do Instituto Dom José (IDJ)/ Universidade Vale do Acaraú (UVA), nos cursos de níveis superior e tecnológico, instituído pelas exigências de formação de mão de obra para indústria, que se construía cotidianamente, herdeira de um passado agrícola não tão distante daqueles dias de em que o *Purgatório viraria Paraíso* (BORSOI, 2003).

Como professora universitária recém-chegada ao município de Horizonte/CE, não imaginava que a maioria dos que estariam em sala de aula, seriam mulheres, jovens, trabalhadoras da linha de produção de três grandes nichos industriais da cidade: calçadista, têxtil e alimentício. Estas eram as primeiras de suas famílias a ter a oportunidade de estar numa instituição de nível superior, oriundas de atividades agrícolas e no comércio de pequeno porte. Jovens, um primeiro grupo, numa faixa etária de 18 a 29 anos; Mulheres adultas num outro grupo etário entre 30 e 45 anos; com filhos e filhas, crianças e adolescentes, advindos de diferentes relacionamentos afetivos. Jovens e mulheres adultas com uma trajetória escolar bastante irregular, onde apresentaram anos de ausência da escola entre os ciclos do ensino fundamental para o ensino médio e deste para o acesso ao ensino superior, chegando a Horizonte/CE como “produto” do desenho industrial que a cidade passou a constituir.

A fábrica chega e transforma a vida de todos na cidade. Ninguém fica incólume; independente, de estar ou não na fábrica. O conceito de comunidade e vizinhança se modifica rapidamente, começando pelo perfil da população que num intervalo de pouco mais de 10 anos, deixa de ser majoritariamente rural e passa a ser urbana. (IBGE, 2010).

A cidade se transforma no palco do sucesso prometido e idealizado, propagandeado pelo mercado, mas, não menos, pelo Estado. O ordenamento urbano passa a seguir as necessidades do mercado; onde e como morar, trabalhar, se divertir, rezar, sustentar suas famílias e viver suas “vidas duplas”, o que podiam mostrar a todos e o que precisava ser guardado ou, mesmo, escondido. Essa personagem, agora “trabalhadora com carteira assinada” ultrapassa as fronteiras do

que se convencionou chamar de “lar” e atinge a esfera pública a partir da garantia do emprego formal. A trama de suas vidas se modifica e vai-se formando novas gerações de meninas e mulheres, incorporando um *Habitus* (BOURDIEU, 1998) pautado pela fábrica e por um cotidiano inventado (CERTEAU, 2001), palco de um conjunto de relações sociais de produção.

1.2 Trajetórias femininas: os caminhos da tese de doutorado

A escolha pelas interlocutoras desta pesquisa se deu a partir da relação professora-alunas desenvolvida ainda em sala de aula. Relação que se constituiu de forma próxima e intensa, da maneira como o ofício de lecionar exigia, numa experiência nova tanto para mim como professora, como para elas nas vestes de operárias-alunas. Escolher as interlocutoras desta pesquisa se constituiu como um exercício de *método, teoria e criatividade* (MINAYO, 2007), onde foi fundamental conhecer a história de vida de cada uma das interlocutoras que nomeiam as personagens deste que podemos chamar de Romance Sociológico. O percurso da escolha levou em conta aspectos de origem/naturalidade; etários, de raça, familiares (do ponto de vista da chefia econômica e da autoridade) e tipo de ofício desenvolvido na fábrica.

A personagem operária é uma mulher, assim como multidões delas espalhadas pelo mundo afora. Una e diversa; presa por uma teia de relações sociais, culturais e políticas. Sozinha e acompanhada; mulher, trabalhadora, mãe que apresenta toda a diversidade identitária da existência humana, tão debatida na academia e nos movimentos sociais do século XXI.

Eu não entrevistei as interlocutoras dessa pesquisa, como se eu não me “importasse” ou “ignorasse” com tudo àquilo que me narravam. Não pude conter o choro, os sorrisos, as gargalhadas. Não pude deixar de me emocionar, quando almoçando ou jantando em suas casas, me tornava testemunha ocular dos dramas familiares, encenados na minha presença como se lá eu não estivesse. Muitas vezes, por parecer familiar; outras muitas vezes, por ser invisível, pelo menos, naquelas situações tensas e carregadas de uma polissemia de sentimentos.

Não estava ali para ser um escriba, uma contadora de histórias de vida. Ousei tentar ser uma romancista/socióloga que, atenta aos detalhes, aos murmúrios, aos cochichos, ao dito, ao não-dito e o que parece escapular do pensamento, sem nem

ao menos, se aperceber. Peregrinei pela cidade, sozinhae ao lado delas; vi uma Horizonte que tem seu processo civilizador (ELIAS, 1997) marcado pela indústria e por personagens que se distanciam do passado da enxada e internalizam uma ética para o trabalho (WEBER, 1998), de forma ascética, disciplinada pela construção de um tempo cronometrado, recortado; uma construção social mediada pelo trabalho na fábrica, fruto do desenvolvimento do capitalismo no interior do nordeste brasileiro.

Os conceitos identitários (gênero, raça, orientação sexual, religiosa e de condição física) sobre os quais nos debruçamos, hoje, não desloca essa personagem da classe social que pertence; ao contrário, reforça seu lugar e papel de mulher e trabalhadora na produção das relações sociais, nas esferas individual e coletiva, numa classe social que experiencia novas formas de vida e consumo, sem deixar de ser classe trabalhadora e, por isso mesmo, o conceito de classes sociais não pode ser deslocado de sua centralidade para o desenvolvimento deste trabalho.

Apresento parte dos “novos-velhos” contornos de padrões comportamentais, comunitários, religiosos, sociais, políticos e culturais; tendo como fio condutor estabelecido o da relação entre os Estudos Culturais: Williams (1978, 1979, 1989), Hoggart (1973), Hall (1997, 2000, 2006), Burke (2005) e os conceitos de Trabalho: Hegel (1991, 1992), Marx (1998, 2007), Engels (1998), Gramsci (1978), Alves (1990), Antunes (1995, 1999, 2006), Losurdo (2006) e de Gênero: Scott (1995), Hirata (2007, 2009), Kergoat (2007), Fraser (2006), Butler (1998, 2010), formatando, assim meus conceitos-chave em associação com os conceitos de Habitus (Bourdieu, 2004), Processo Civilizador (Elias, 1998) e Experiência (Lahire, 2002) da mulher trabalhadora, protagonista desse Romance Sociológico.

Caminhei por uma Horizonte, em dias diferentes da semana, em horários diferentes, aos finais de semana. Acompanhei minhas interlocutoras durante 11 meses de trabalho de campo, (nos anos de 2015/2016). Me defrontei com uma trabalhadora não caricaturada, nem pela ciência; nem pela política. Não quero correr o risco de me enxergar nem como a primeira (nem como a última) pesquisadora a chegar a essa consideração e fazer constatações sobre a vida das mulheres trabalhadoras. Narro, inclusive, a minha própria trajetória, pavimentada historicamente pelo conjunto teórico-metodológico que antecede e sustenta minha escrita; carregada de emoção, sim e nem por isso, menos preocupada com sua validade científica.

Em meu caminho de peregrinação, vi seres humanos que se constroem mutuamente. Vi os fracassos e sucessos humanos; os dramas da violência, do tráfico

de drogas; dos fundamentalismos religiosos. E, ao mesmo tempo, vi, abracei, bebi cerveja - ao pé das soleiras de suas portas - ao som dos mais variados ritmos musicais, as entrevistando enquanto lavavam roupa e cozinhavam e faziam faxina e falavam ao celular e assistiam e narravam os inúmeros casos espetacularizados pelo repetitivo repertório dos inúmeros programas policiais televisionados. Pareciam fazer tudo ao mesmo tempo, e num piscar de olhos, evocavam preconceitos dos mais grotescos em relação à política, às religiões não hegemônicas, às práticas sexuais e identitárias; ao mesmo tempo, em que eram capazes de acolher, proteger e se “colocar no lugar” dos mais diferentes de si mesmas; dos mais marginalizados, e dos que carregavam, assim como elas, tantos estigmas (GOFFMAN, 2001).

Organizavam (e desorganizavam) suas vidas cotidianamente. Faziam contas sobre os pagamentos mensais e notavam que era preciso incrementar a renda com “bicos” que iam da venda de cosméticos ao papel de acompanhantes sexuais e/ou mesmo de “aviões” de alguns tipos de substâncias psicoativas: maconha e cocaína; medicamentos (antidepressivos e abortivos) para citar os mais comuns e citados por elas. Todos esses “papéis sociais” se confluíam; longe de se excluir, criavam uma trama, com uma espécie de “ética feminina” própria abrigada sob a égide do sustento individual e familiar. *“Se eu não fizer por mim e pelos meninos, quem vai fazer? Ninguém, ninguém. O que eu faço de errado e de certo é por minha causa e por causa deles. Quero uma vida melhor, custe o que custar”*. (Octávia. Depoimento. 2016). Diziam isso, em momentos diferentes, com expressões diferentes; mas, uníssonas, acabavam por ter o mesmo sentido: a narrativa da sobrevivência e do prazer; das expectativas e das decepções; um modo de vida, talhado pelas novas formas de trabalho e expressos como cultura.

Não vi as *vítimas coitadinhas* (re)produzidas por um certo senso comum do debate feminista que ganha força no seio dos movimentos sociais; vi mulheres de carne e osso, capazes de trabalhar, traficar, furtar, de se prostituir, de serem fiéis às suas posições religiosas; e nem, por isso, estarem imunes à violência de gênero, à violência urbana e à superexploração da mão de obra, própria do modo de produção capitalista, em especial, no tipo de indústria que se fixou no interior cearense, como é o caso do município de Horizonte. Não estava à procura da narrativa *político-religiosa-social* que as transforma em *heroínas*; queria vê-las desnudas das vestes impostas pela academia e, principalmente, pelas imagens construídas a partir da reflexão dos movimentos feministas mais hegemônicos, que transformam seres político-históricos

em criaturas divinizadas, mártires que se imolam em vida. Era um “teste” para mim, também, como feminista, com mais de 20 anos de trajetória política. Os sucessivos impactos do campo empírico me faziam elaborar sobre a necessidade de investigar um modo de vida produzido e que se (re)produz, no seio da classe trabalhadora. O Processo Civilizador de Horizonte é refletido pelo atual estágio de desenvolvimento capitalista do interior cearense.

Não encontrei *rainhas encasteladas*, não as encontrei *recatadas*, encontrei mulheres de carne e osso que garantem o sustento de suas famílias, e cientes do papel de provedoras financeiras e de chefes da autoridade doméstico-familiar, agem pragmaticamente em função desta tarefa-obrigação. A elas, pouco importava o que eu pensaria ou deixaria de pensar sobre suas vidas públicas e privadas/secretas. Me narraram o que faziam “de certo e errado” como gostavam de nomear seus atos, não como uma confissão; mas, muito mais como uma forma de expressão dessa personagem-chave para investigação do processo civilizador (Elias, 1999) em uma zona industrial do interior do Ceará. Uma personagem-vetor que incorpora e expressa as mudanças de hábitos, a constituição de um outro tipo de cultura que tenta se distinguir do passado agrícola, tido como atrasado e de poucas oportunidades, sejam de emprego, escolaridade e acesso a bens culturais.

Frente aos desafios impostos pela complexidade dessa trama que eu pretendi investigar, desde o início, as vestes e as lentes da militância político-partidária não poderiam se colocar de forma imperativa diante do discurso das interlocutoras; nem ao ponto de descrever suas falas como verdades absolutas; nem tampouco de conduzir suas respostas para confirmar as hipóteses que eu, porventura, levava a campo. Suas vidas continuariam a existir depois de minha passagem, assim como já existiam antes de mim ou de qualquer outra pesquisadora. Esse é um dos principais cuidados ético-políticos que os pesquisadores precisam dedicar sua atenção.

No enredo da pesquisa tomei o cuidado de dialogar com conceito de Trajetória, baseado na experiência social como forma de construção do mundo. Encontrar-me com o pensamento de François Dubet, me deu a oportunidade de pensar sobre a socialização inconclusa das mulheres-operárias, não por estas se descolarem do social, mas, porque ao trabalhar com o conceito de experiência, enquanto trajetória atenta-se para o caráter múltiplo e incongruente das ações na realidade social. Uma pluralidade heterogênea da ação, dos sistemas e lógicas de

ação dos sujeitos.

Questões que se entrelaçam com a situação da mulher no mundo do trabalho, em sua esfera pública. O conceito de trajetória em Bernard Lahire nos coloca diante de realidades individuais multidimensionais inscritas no universo macrossociológico (LAHIRE, 2002). Para Lahire, o corpo individual em que se inscreve o social “atravessa as instituições, os grupos, as cenas, os diferentes campos de força e de luta” (LAHIRE, 2002). Lahire continua o pensamento de Bourdieu, ao mesmo tempo que o critica e dar prolongamento ao conceito central de Habitus (BOURDIEU, 1998).

Ao tomar a decisão teórico-metodológica em Investigar a trajetória de mulheres operárias na Região Metropolitana de Fortaleza, em Horizonte, me encontro com a sociologia da cultura em seu esforço em forjar ferramentas para uma análise das relações entre as singularidades da vida social e da ação individual, rejeitando o subjetivismo absolutista que tensiona em invisibilizar as desigualdades estruturais entre as classes sociais ou relações de dominação.

Em sala de aula, ainda como professora do IDJ-UVA durante o período de 2006 a 2012, convivi com mulheres que passavam o dia inteiro na fábrica e reservavam suas noites para “fazer faculdade e melhorar de vida” (Aurora, depoimento 2016). Eu tinha em minhas mãos as personagens de uma cidade que imprimiu um outro ritmo ao seu processo civilizador (ELIAS, 1998), incorporando um conjunto de habitus próprios ao modo industrial de produzir a vida. Agora, a estas mulheres cabe socializar-se, trazendo em si o passado incorporado que se soma e deriva em disposições individuais, num ambiente urbano marcado pela construção de uma gama de práticas sociais, mediadas pela indústria, até então ainda não experimentadas de forma coletiva e/ou individual por àquela população.

A mulher-operária constrói sua experiência em Horizonte, num curso de um processo civilizador (ELIAS, 1998); tendo em suas mãos, em certa medida, a sensação de domínio de sua relação com o mundo social. A mim, como pesquisadora, coube acompanhar o dia a dia dessas mulheres, observando detalhadamente suas múltiplas experiências de socialização, seja na família, na vida na convivência com as companheiras de trabalho, na igreja e/ou no lazer.

Fazia-se necessário que eu explorasse a densidade da vida cotidiana como objeto de investigação sociológica, pois ao mesmo tempo que a vida cotidiana ainda não se constitua, de fato, como um objeto unificado por qualquer sistema

conceitual e teórico coerente próprio, não se pode negar a licitude da análise sociológica em se ocupar de investigar o cotidiano como um lugar revelador por excelência, de determinados processos do funcionamento e da transformação das sociedades e de determinados conflitos que opõem os agentes sociais (MACHADO PAIS, 2006).

Em cada ida ao campo, surgiam em mim, indagações referentes ao comportamento das interlocutoras nas diferentes dimensões da vida social, na busca de identificar regularidades em seu comportamento. Foi preciso reunir esse material de pesquisa e me debruçar sobre as possibilidades de conexão das relações entre as experiências de socialização vivenciadas pelas operárias ao longo do tempo, antes e depois da chegada da industrialização, e as regularidades de seus comportamentos atualmente observadas.

Mais uma vez, eu estava diante do ofício de interpretar a atuação de um conjunto de disposições individuais inscritas no tempo e no espaço, socialmente transformados. No caso das mulheres operárias, as disposições seriam justamente aquilo que foi incorporado ao longo do processo de socialização industrial e que, supostamente, passou a orientá-las em suas ações subsequentes. Todas elas estão inscritas numa classe social, dominada por elites estaduais e nacionais, sob o ponto de vista político-econômico e cultural.

1.3 Personagem-operária e o Processo Civilizador em Horizonte: construindo o objeto no percurso da análise

Eu como professora de mulheres-alunas-operárias vou a campo, em uma Horizonte já conhecida, por mim, tanto por conta das aulas de campo aos finais de semana, peregrinando pela cidade, como pelos inúmeros convites para almoços de domingo e comemorações diversas. Eu conhecia uma versão da cidade e de como alunas-operárias e suas famílias iam se apropriando dela, a vivenciando, a internalizando.

As lentes da pesquisadora, ao iniciar a investigação, deflagra um processo de uma outra Horizonte, nada pacífica, nada pacata, nada parecido com as relações comunitárias e de vizinhança que eu podia perceber nas muitas visitas que as fiz, ainda como professora. Por trás de todo um discurso da cidade que prosperava, havia uma Horizonte sobreposta por ela mesma que tentava abafar o esgaçamento de

relações sociais provocadas pelas novas formas de produção da vida. Por escolha e zelo metodológico, as interlocutoras da pesquisa, não foram minhas ex-alunas, embora estas tenham sido fundamentais para o apoio logístico (hospedagem, alimentação e traslado às localidades mais distantes da sede) e de diminuição da distância entre eu e as interlocutoras escolhidas, ao final da fase mais exploratória do campo.

Era chegada à hora de ir a campo, de forma solitária. Um ofício sempre muito solitário, pois acaba se tornando um duelo consigo mesmo, com meus preconceitos, com meu faro de militante que não podia nublar o olhar da pesquisadora. Ao escolher as interlocutoras que acompanharia até o fim da pesquisa, despeço-me das ex-alunas, começando a fazer rotas próprias, percursos que me levavam até os portões das fábricas e me carregavam até suas casas, num itinerário nada linear, nada convencional; permeado de atalhos, de distâncias e aproximações, caminhos tortuosos, desafiadores, instigantes.

Assim, começo a contar ***Romance de Operárias***, assim vou modelando Matilde, Rosinha, Octávia e a síntese de todas elas, Pagu, a ser-operária. No terceiro capítulo, apresento *Matilde – gênero e trabalho na construção de uma epistemologia feminista*. Mirada em *Matilde* teço as articulações do conceito de Trabalho entrecruzado com as categorias de gênero e classe social, descortinando a formação da classe operária, o vetor do processo civilizador numa Horizonte, agora industrial, que (re) produz a disciplina necessária aos corpos para atender aos critérios de desenvolvimento de capitalismo, em especial, nas regiões menos desenvolvidas do nordeste brasileiro.

A industrialização no Ceará é marcada pela baixa remuneração e pelo descolamento físico-territorial entre funções do chamado *chão da fábrica* e da direção superior das empresas. No início do processo de atração de indústrias para o interior cearense, as empresas acabavam por fixar filiais de suas matrizes situadas no sul do país. A divisão social, sexual e regional do trabalho estabelecia como cada uma das operárias daqui e das terras do sul precisavam se comportar. Como bem situa Borsoi (2003), a indústria faz com que o “*Purgatório virasse Paraíso*”.

Os tempos do atraso e da escassez de recursos materiais precisavam ficar para trás sob o manto de promessas do desenvolvimento civilizacional, agora orientado pelo trabalho industrial em substituição ao trabalho agrícola. Inicia-se a formação de uma *nova* classe trabalhadora no Ceará, fruto de uma política de

incentivos fiscais e atração de empresas, em especial, para a Região Metropolitana de Fortaleza. (RMF), como já discorrido anteriormente.

A classe trabalhadora industrial que emergia nos distritos e sedes da RMF e nos municípios mais distantes da capital, apresentava uma configuração sexual, marcadamente feminina, atrelada ao tipo de indústria que aqui se instalava e, conseqüentemente, ao tipo de mão-de-obra que era alocada em funções e cargos de menor porte salarial, já que o que havia sido deslocado para as *bandas* de cá, com a atração fiscal, eram os setores da produção, ao contrário, dos setores administrativos-financeiros que permaneciam em suas sedes de origem, em especial no sul do país. A divisão sexual-ocupacional do trabalho também se repete no interior cearense, como prova das feições dessa espécie de “*Revolução Industrial no Ceará*”, induzida pelo estado, na agenda econômica de características neoliberais do então Governo das Mudanças, tendo o Governador Tasso Jereissati (1986-1990).

Estudos sobre a estrutura ocupacional, por sexo, realizados em diversos países, têm mostrado uma recorrência na sua configuração: enquanto a mão-de-obra masculina se distribui em todos os ramos da atividade industrial e nas ocupações do setor terciário, as mulheres se concentram em algumas poucas categorias ocupacionais, constituindo o que se poderia chamar guetos femininos no mercado de trabalho. Nas sociedades industrializadas, a mão-de-obra feminina se concentra nas indústrias de alimentos, têxteis, de confecção e de calçados e, mais recentemente, na eletrônica. No setor terciário, as mulheres estão ocupadas, predominantemente, no comércio, nos escritórios e nos serviços profissionais de educação, saúde e bem-estar. (HOLZMANN, 2000, p.39)

No campo empírico da pesquisa, o *lugar* das mulheres na “*Revolução Industrial no Ceará*”, tive meu olhar estimulado a captar o que as mulheres tinham a dizer sobre *Estar no Mundo*. Voltei às leituras em Heidegger (2012), a fim de que eu pudesse elaborar sobre o que as mulheres-personagens desse Romance pudessem dizer sobre si próprias. Mulheres com trajetórias entrecruzadas, interligadas e constituídas a partir de uma nova forma de produção da vida.

Heidegger (2012), usa a palavra alemã *Dasein* para denominar ser humano, pressupõe presença que engloba o indivíduo no conjunto, como existente humano. Evoca o processo de constituição ontológica de homem, ser humano e humanidade e aponta para a indiferenciação humana. Seres temporais que têm a possibilidade de conhecer a si mesmo, sem que sejamos algo padrão e fechado hermeticamente. Para Heidegger, somos e nos constituímos como ser humano no próprio movimento de realização de nossas possibilidades de ser. (...) O *Dasein* não é

um subsistente que possui além disso como dote adjetivo o poder de fazer algo, mas ele é primariamente ser-possível. O Dasein é cada vez que ele pode ser e como ele é sua possibilidade (...). (HEIDEGGER, 2012, p. 409)

E foi em busca das possibilidades que eu *enveredei* pelas páginas das vidas das mulheres operárias, fixadas numa classe social, sob os signos de gênero e raça; mas, múltiplas em suas individualidades. Para Heidegger (2012), toda compreensão já está sintonizada com a disposição afetiva e simultaneamente desdobra-se em interpretações. Um dos modos de constituir uma interpretação de ser dos entes a partir da compreensão é a investigação científica. Mas, antes mesmo do entendimento científico, uma compreensão prévia de ser das coisas está presente na relação cotidiana com o mundo. (BRAGAE FARINHA, 2017).

Na relação cotidiana com o mundo, antes da pesquisadora chegar em suas vidas e depois que me afastei de *seus mundos*, as personagens- interlocutoras, elaboram sobre suas vidas e suas múltiplas dimensões de poder (FOUCAULT, 1998) e saberes (BOURDIEU, 2001), articulados ao crescimento de uma cidade disciplinar (RAGO, 1988).

Rosinha é a protagonista do capítulo 3 - Cultura, Modo de Vida e Habitus na Cidade-Fábrica - se destacou na pesquisa de campo por representar a geração de mulheres que já nasceu sob o signo da indústria. Rosinha, com mãe Aurora, *sua fiel escudeira*, é uma espécie de *produto* dos primeiros 25 anos de industrialização de Horizonte. Jovem, encarna o discurso preche de uma certa ideologia da prosperidade; meritocrático e moralista que se traduz na robustez de um poderoso processo de transformação do Habitus (BOURDIEU, 2001).

Do Habitus agrícola ao Habitus industrial, traz as transformações da cultura do trabalho com o processo de industrialização, construindo um caminho de interpretação para o que denomino de *Habitus Feminino* constituindo e sendo constituído pela expansão continuada da cidade-fábrica.

A jovem menina se transformou em uma das interlocutoras-chave dessa pesquisa, na medida em que deixou de ser coadjuvante do discurso materno e passou a dialogar comigo e com o propósito investigativo do trabalho de forma mais direta, provocando indagações a mim e a ela própria que contribuíram com o desenvolvimento do trabalho, em especial, nos desdobramentos do conceito de Habitus (BOURDIEU, 2001) ao longo da pesquisa. As variações de Habitus na constituição de uma sociabilidade pautada nas transformações sociais, culturais e

econômicas das últimas décadas, mediadas pela presença da Fábrica.

Rosinha é o *oposto* de Octávia, a personagem que nomeia o Capítulo 3. A mulher que dança com o vento. Tanto Rosinha como Octávia representam o modo de vida imposto pela sociedade industrial; no entanto, enquanto Rosinha é a personificação do processo de disciplinamento dos corpos para produção, Octávia é liberdade que fez dela a interlocutora que fugia ao discurso dominante dos padrões sociais, estéticos e comportamentais.

Octávia me narra sua vida secreta, irregular, marginal. A operária, chefe de família, que cuida dos sobrinhos órfãos e que sob a alegativa de complementar o orçamento familiar, se traveste de cuidadora de idosas, aos finais de semana; quando, na verdade, se prostitui em Fortaleza. Segundo ela, esse é um segredo que nem a família, nem o amante com o qual se relaciona há quase 10 anos, podem desconfiar, pois a enxergam como um exemplo de “*mulher direita*” que vive em função do emprego, da casa e da família.

No capítulo 4, Octávia: o tempo na formação da classe operária em Horizonte, trato da relação espaço-tempo, na perspectiva de Norbert Elias (2007) que trata o tempo como uma construção social que se apresenta no cotidiano da mulher operária, modificando sua relação tempo-espaço, aspecto marcante no processo civilizador em Horizonte. A marcação do tempo é muito presente em seu discurso que gira em torno do “tempo pra trabalhar”, “tempo pra sofrer”, “tempo pra curtir”, “tempo pra viver”. Na medida em que cronometra o tempo, modela e expressa as profundas transformações sofridas no esteio da construção social de um tempo diferenciado para agentes diferenciados. Antes, o tempo para plantar e colher, da realidade da Horizonte agrícola; hoje o tempo para chegar e sair do emprego; para atingir as metas de produtividade impostas pelo modelo de gerenciamento industrial, que enxerga cada indivíduo como peça de uma grande engrenagem, facilmente substituído quando necessário. O alto índice de rotatividade na mão de obra feminina devido, especialmente, ao baixo custo da mão de obra feminina e ao trabalho doméstico-familiar de cuidado e afazeres com filhos, netos e idosos, em especial, também acaba sendo um dos marcadores do tempo nesse novo modelo de sociabilidade. Octávia é um exemplo clássico de quem trabalha “dentro e fora de casa”, acumulando múltiplos papéis sociais.

Num primeiro momento, havia desistido de localizar Pagu como um capítulo ordinário da Tese. Na tentativa de me aproximar ao máximo da escrita de um

Romance, tomei a decisão de nomear minhas considerações finais de “Pagu”, de maneira a permitir que a personagem constituída ao longo da pesquisa ficasse registrada, de fato, como a síntese do processo de pesquisa como um todo.

No entanto, as contribuições da banca examinadora no ato da defesa da tese me fizeram refletir se essa decisão não significaria fazer com que Pagu “desaparecesse” do corpo da pesquisa, a ponto de ser anunciada na introdução e “aparecer” novamente, apenas, no fim do processo. Nas releituras que fiz tanto dos resultados finais da pesquisa, como dos comentários dos membros da banca examinadora, me encontrei com uma Pagu que não só precisou ser “descoberta” e “composta” por mim no ofício de pesquisadora; mas, com uma personagem que permeou toda a feitura do trabalho e que se entrelaça com Matilde, Rosinha e Octávia. Pagu não é uma delas; nem tampouco a soma de todas elas.

Descobrir e constituir Pagu fez parte de um movimento contínuo entre teoria e metodologia que desembocou na necessidade de dá-la visibilidade, enquanto personagem-chave do processo civilizador em Horizonte.

Uma tarefa desafiadora que me fez enxergar que toda a tese foi um exercício metodológico permanente e, talvez, a maior contribuição que este trabalho ora apresenta. Pagu é personagem que sintetiza e reúne características do próprio processo civilizador diluídas na história de (re) construção da cidade que deixa a enxada e se abraça à fábrica.

A personagem do Processo Civilizador (ELIAS, 1998) na Horizonte Industrial é a síntese das demais personagens apresentadas. Personagem-chave que incorpora as múltiplas faces femininas com as quais convivi ao longo do trabalho de campo. Pagu, mais parece, uma construção típico-ideal, não encontrada, mas que foi sendo construída ao longo da investigação. Uma mulher entre 25 e 39 anos, dona de casa e chefe da família, tanto quanto à provisão financeira, quanto à autoridade familiar.

Pagu, a Ser-Operária de Horizonte, não foi entrevistada por mim, mas, composta, construída metodologicamente, sob minhas lentes de cientista social em campo. O campo não falou; quem falou a mim foram as mulheres do campo de pesquisa, as operárias que já haviam sido ou não minhas alunas; as mães das minhas ex-alunas que me recebiam em suas casas e me narravam uma Horizonte que se modificava para abrigar um novo estilo de vida. Pagu foi o recurso eurístico, configurada ao longo do processo de tecitura da tese. Foi a ela que coube dar vazão

ao processo civilizador que modifica costumes, hábitos e que instituiu uma ética do trabalho voltada para a produtividade, o reconhecimento da capacidade individual para a produção, e o direito ao consumo como reconhecimento da nova forma de trabalhar.

A indústria é um grande espetáculo que abre veredas para as transformações territorial, social, econômica e cultural do município. O trabalho mudou. A vida mudou. A cultura mudou. A forma de produzir a vida mudou. A fábrica-chegada se transforma num ente que integra a rotina e imprime um novo ritmo à construção das relações sociais de produção. A Fábrica é o palco de constituição e projeção dessa mulher operária – Pagu – é a imagem central da Horizonte em franco processo civilizador.

2 MATILDE, ROSINHA, OCTÁVIA E PAGU - PERSONAGENS DE UM ROMANCE SOCIOLÓGICO EM HORIZONTE: UMA ESCOLHA TEÓRICA-METODOLÓGICO-LITERÁRIA

Com a presença da industrialização no interior do Ceará, há a formação de uma burguesia industrial e de um proletariado cearense pauperizado; que passava ser empregado sob um novo regime de contratação; ocupando postos de trabalho mais subalternos. Em Horizonte um dos menores municípios cearenses, distante, apenas, 40 km da capital Fortaleza, é reconhecido como um dos principais pólos industriais cearenses, especialmente, nos ramos têxtil, calçadista e alimentício.

Nos últimos 25 anos o município de Horizonte vem sofrendo transformações econômicas, físicas, ambientais e culturais dado o advento de uma política de interiorização da indústria no estado do Ceará, que data do fim dos anos 60, e foi substanciada com maior vigor a partir de 1985 pelo chamado “Governo das Mudanças” protagonizado pelo Ciclo Industrial Cearense (CIC) que tinha à frente o governador eleito, o empresário Tasso Jereissati.

A política de incentivos fiscais e a construção dos pólos e distritos industriais favoreceram a dispersão das indústrias pelo estado e o esvaziamento das zonas industriais de Fortaleza, ocorrendo, nos últimos 40 anos a emigração de indústrias da capital em virtude da criação dos Distritos Industriais I e II, em Maracanaú, dos pólos industriais de Caucaia, Maranguape Euzébio, Aquiraz e Horizonte, visando a interiorização do setor secundário.

O município tem uma outra peculiaridade: de acordo com o Censo Demográfico de 2000, ele foi o que mais cresceu no Brasil do ponto de vista populacional durante a década de 1990. Só para se ter uma ideia, em 1991 havia um total de 18.283 habitantes e destes 10.786 mil pessoas concentravam-se no meio rural; em 2000 a população saltou para 33.790 mil e passou a ter 28.122 habitantes somente no meio urbano.

No censo de 2010, a população chega a 55.154 habitantes, sendo que 51.016 estão na zona urbana e 4.138 na zona rural. No estado do Ceará, o impulso da modernização do capitalismo industrial é oriundo de recursos dos setores públicos e privados que foram migrando, principalmente, para os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, como foi o caso de Horizonte. O município se insere no cenário de reestruturação produtiva no nordeste e no Brasil recebendo grandes

indústrias que se instalaram principalmente ao longo do eixo rodoviário da BR-116, o que faz com que a cidade passe a receber um grande fluxo migratório do interior cearense.

Nesse contexto, o processo industrial teve um avanço mais significativo na década de 1990, com a chegada das grandes indústrias, vindas principalmente do Sul e Sudeste do Brasil, favorecidas até hoje com as vantagens de localização, infraestrutura, incentivos fiscais e, pela existência de mão-de-obra mais barata em relação a outras regiões e cidades brasileiras.

A chegada e a permanência da fábrica atraiu a escola superior formal, o comércio mais amplo e diversificado e promoveu a fixação de trabalhadoras e trabalhadores, que antes, em sua maioria, acabavam por trabalhar em Fortaleza e dormir em Horizonte. O Cotidiano da cidade e das pessoas que fazem a cidade mudou. O que antes caracterizava a chamada cidade pequena, pacata e “boa pra descansar”, agora, a passos largos vai se modificando e se transforma num município de médio porte, sendo o 3º pólo industrial do estado.

É uma outra Horizonte, nascendo de si mesma. É uma nova geração de mulheres operárias, mesclando “velhas” e “novas” práticas e fazendo surgir, outras, ainda mais diferentes. Há muito do presente; há muito do passado e se projeta muito para o futuro próximo.

Minha primeira proposta metodológica era a de me debruçar, à luz da perspectiva de gênero, no estudo sobre a relação entre trabalho e usos do tempo entre as operárias da indústria calçadista, em Horizonte, zona industrial da Região Metropolitana de Fortaleza. O setor foi o escolhido, desde o início do curso de doutorado, por aglutinar um alto índice de mão-de-obra feminina nos setores mais subalternos da produção, no chamado “chão de fábrica”.

A principal técnica a ser utilizada seria a aplicação dos diários de uso do tempo¹, o que acabou se mostrando inviável, logo nas primeiras visitas exploratórias, já como doutoranda, pela demanda exigida à interlocutora/ respondente. Fui

¹ O diário efetua um registro no decorrer do dia, levantamento que pode ser repetido mais de uma vez, durante dois dias, ou durante todos os dias de uma semana e ao final de semana; durante um ano, ou durante vários dias distribuídos por diversas estações do ano. O registro no diário não pode ser deixado para vários dias depois daquele sorteado para a realização da tarefa. O diário é composto por uma grade em que estão listados os intervalos de tempo selecionados. O(a) respondente registra o que está fazendo, horário de início e de término da atividade e em que contexto, preenchendo também: o que mais está fazendo? Onde? Com quem? (In: Harvey 1999, p.135; United Nations 200; United Nations 2005).

percebendo que para o objeto de pesquisa que eu estava a construir, o uso da referida técnica poderia acarretar em mais uma tarefa para as interlocutoras, já tão exigidas nas jornadas de trabalho, dentro e fora de casa.

Ao ajustar o foco da pesquisa, percebi que este deveria estar centrado sob os holofotes do debate de gênero, na relação entre Cultura, Trabalho e Tempo; numa perspectiva de pesquisar a construção dessa personagem mulher-operária como central na composição do processo civilizador de uma zona industrial ainda em construção, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), a quinta capital do país em população; palco de um cenário de desindustrialização como narrado, anteriormente *modos de vida* inscritos no cotidiano de uma cidade que teve seu desenho cultural, político e econômico modificado pela presença da indústria. As transformações da cidade se expressam por meio das configurações das personagens-operárias; as transformações nos modos de vida destas se expressam a cidade-indústria; que de lugar-dormitório se transforma em lugar- produção.

Meu exercício de campo mais sistemático se deu ao longo de doze (12) meses, assim distribuídos: junho a dezembro de 2015 e janeiro a maio de 2016. Antes disso, já havia feito quatro incursões em campo em junho de 2015, quando fiz o exercício de acompanhar duas operárias, em dias distintos, na semana e aos finais de semana. A primeira, às terças-feira e aos sábados; a segunda, às quintas-feira e aos domingos. Duas (02) operárias, da indústria calçadista, solteiras, chefes de famílias, com idades entre 30 e 45 anos, mães de 3 e 4 filhos de relacionamentos diferentes; 2 e 3 netos, respectivamente.

A seleção dos dias da semana se fez em função de minha jornada de trabalho extensa durante os dias de segundas, quartas e sextas-feiras; bem como, da necessidade imposta pela pesquisa de que eu pudesse acompanhá-las em dias de jornadas no emprego formal; bem como, aos finais de semana, no trabalho doméstico e nos intervalos de lazer, em especial. O acompanhamento semanal às interlocutoras comprovou a escolha assertiva em priorizar as técnicas da entrevista e da observação participante, duas categorias fundamentais ao trabalho de campo para o objeto proposto (MINAYO, 1992).

A escolha se deu por conta do caráter da pesquisa quanto à investigação dos modos de vida, traduzidos no diálogo cotidiano entre cultura, trabalho e tempo; mediados pela categoria gênero, que se traduz num “habitus” constituído como elemento normativo do processo civilizador na formação da classe operária em

Horizonte que tem a personagem-operária como símbolo dessa transformação descontínua e, permanentemente, inconclusa.

Instigada pelo caminho analítico-metodológico levantado por Minayo (1992) volto a Bourdieu (1998) com vistas às suas preocupações quanto à Teoria da Prática da Pesquisa, principalmente no que tange às indagações de que em qual sentido a fala de um é representativa da fala de um grupo, de muitos.

Para Bourdieu (2005), em *A Economia das Trocas Simbólicas*, a identidade de condições de existência, tende a reproduzir sistemas de disposições semelhantes, fruto da relação objetiva entre práticas e obras. Para o autor, a fala de um se torna representativa do grupo, na medida em que compreendemos que os membros de um mesmo grupo ou de uma mesma comunidade. Quando o autor, já no primeiro capítulo do livro, as questões relacionadas à condição e posição de classe, elegendo Weber como seu interlocutor, rejeita o conceito de estrutura como um conjunto justaposto de partes diferenciadas da sociedade. Ele enfatiza o aspecto relacional dos elementos que constituem a estrutura, defendendo que “posição” e “situação” apresentam íntima ligação, sem apresentar existência própria, ao mesmo tempo, em que recebem elementos com os quais coexistem e são permeados.

Sob essa ótica, a compreensão das classes sociais passa a incluir, também, a abordagem do sistema de relações que constituem o campo onde o objeto está inserido, inviabilizando a noção do que é produzido numa sociedade pode ser, diretamente, transferido a outra. O mesmo vale para períodos temporais distintos. Para o autor, comparações só podem ser feitas entre estruturas equivalentes ou entre partes constitutivas dessa estrutura. À compreensão do indivíduo é necessário que se investigue o caminho percorrido por determinado grupo ou classe que esse pertence, e não simplesmente, a demarcação de sua posição relativa em determinado momento.

A sociologia de Bourdieu bebe na Sociologia Clássica e se apresenta de forma fecunda para o entendimento do processo de construção da ser-operária em Horizonte. Palmilhar o caminho percorrido por essas mulheres, radicalmente situado historicamente, foi o percurso no qual montei o mosaico de como a “nova” classe social foi sendo gestada, articulando as dimensões subjetivas, econômicas, sociais e culturais num campo com disposições e posições com parcelas de poder diferenciadas, baseado em interesses específicos de cada campo.

Para Bourdieu, os campos são “espaços estruturados de posições cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas

independentemente das características de seus ocupantes” Os campos possuem leis gerais de funcionamento e, ao mesmo tempo, propriedades particulares. (BOURDIEU, 1983, p.89).

O campo se caracteriza pela definição dos objetos e interesses específicos do próprio campo. Esses objetos e interesses são reconhecidos por pessoas com formação apropriada para entrarem no campo que para funcionar “é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas” (BOURDIEU, 1983, p. 89).

O objeto da pesquisa exigiu que eu me dedicasse ao exercício fascinante da observação, do cuidado com o detalhamento das rotinas das interlocuturas, a fim de que eu pudesse mensurar os pontos de encontro entre suas trajetórias pessoais. Investiguei mais a fundo sobre a vida de três trabalhadoras operárias da indústria calçadista, no município de Horizonte, na Região Metropolitana de Fortaleza. A cultura compreendida como um campo material no qual os seres humanos produzem e reproduzem sua vida, valores e significados. Não estamos tratando de um campo isolado, se integra à concretude dos modos de vida real (CEVASCO, 2002)

Durante o semestre 2015.2, mantive contatos semanais com cada uma delas, mas, tive dificuldades em aprofundar a incursão no campo, dado à carga horária de trabalho extensiva como professora substituta da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Aliado a isso, foram suscitadas em mim, de forma ainda mais pujante, muitos questionamentos quanto à viabilidade do uso dos diários de campo. Como eu disse, anteriormente, não poderia incorrer na possibilidade de acarretar mais uma atribuição a elas, mulheres-operárias, na construção dos diários de usos do tempo.

A questão, agora, não seria, necessariamente trabalhar com a repartição do tempo dedicado a cada atividade específica; mas, compreender a forma como se relaciona Vida e Trabalho numa configuração histórica específica que tem no Ser-Operária a personagem do processo civilizador em Horizonte.

A partir daí, priorizei o uso de entrevistas semi-estruturadas associado à observação participante. Técnicas, que em diálogo, são mais apropriadas ao direcionamento que dei ao projeto de pesquisa. A entrevista, por mais que pareça um termo muito genérico, deve ser entendida como uma conversa entre duas pessoas, com caráter bastante definido. Segundo Minayo (1992), a técnica da entrevista se caracteriza, tanto por uma comunicação verbal que reforça a importância

da linguagem e do significado da fala; como um meio de coleta de informações sobre uma determinada temática, bem delineada. Decidi pelas entrevistas de caráter semi-estrutural, a fim de que o diálogo entre eu e as interlocutoras se desse de maneira mais densa, na tentativa de abordar questões que não tivessem nitidamente apresentadas. Com a entrevista semi-estruturada fica claro, também, até onde a interlocutora permite que a pesquisadora vá. Como é um diálogo, dá liberdade à interlocutora de silenciar; mudar de assunto; pedir que desligue o gravador e /ou ir mais longe do que ela mesma, a princípio desejaria ir.

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio- econômicas e culturais específicas (MINAYO, 1992, p. 110-111).

A pesquisa semi-estruturada, conforme Minayo (1992), é o fenômeno que permite que o pesquisador combine fatos e teoria existente sobre o assunto a ser analisado. A entrevista é técnica em si; ao mesmo tempo, em que fornece pistas para se investigar outras nuances do objeto de estudo. Sendo assim, a associei à observação participante. O ato de observar o modo de vida cotidiana das trabalhadoras, as acompanhando no trajeto de casa à fábrica e desta à instituição de estudo, em dias da semana, bem como, de acompanhá-las aos finais de semana, nos seus afazeres domésticos, sociais, religiosos e de lazer apura o olhar sociológico para as nuances a ser estudadas na tríade Vida/Cultura/Trabalho.

O observador, enquanto parte do contexto de observação estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que o observado diretamente na própria realidade, transmitam o que há de mais imponderável na vida real. (MINAYO, 1996)

Apurar os sentidos da pesquisadora para captar fatos, coisas do dia-a-dia, acontecimentos mais duradouros e efêmeros; seus comportamentos e atributos pessoais, na perspectiva de um *Habitus Operário Feminino* que alterou a construção das relações interpessoais concretas, em suas perspectivas individuais e coletivas. O fazer-se cotidiano me forneceu pistas; que se potencializam quando parto do princípio que não posso absolutizá-lo, e, sim, estabelecer as devidas conexões com as

estruturas sociais concretas.

A observação mais apurada foi mais do que, simplesmente, ver e ouvir; mas, “seguir” atentamente o fenômeno, destacando as questões mais significativas ao conjunto das intenções da investigação. A objetividade na observação se apresenta ao ater-se aos fatos e fenômenos observados, mantendo o devido distanciamento, a fim da observação não ser corroída por meras impressões pessoais. Eu não poderia me perder no conjunto de práticas que fazem a vida social de cada uma delas. Estava ciente de meus limites enquanto pesquisadora que frequentava a casa das interlocutoras, por mais à vontade que elas me deixassem, não podia incorrer no erro de tornar-me *Íntima* e esquecer que eu estava ali como uma forasteira que em determinado momento iria embora, se retiraria do campo para poder dissecá-lo mais a fundo. O momento era de mergulhar em campo sem perder a identidade de pesquisadora, nem me travesti, apenas na militante feminista e partidária. Eu estava mais uma vez, diante de uma encruzilhada metodológica: Como narrar as histórias das interlocutoras dessa pesquisa? Como investigar sobre uma nova realidade configurada pela chegada da Fábrica como retrato do progresso e de ruptura dos laços tradicionais com o tardio capitalismo no interior cearense? Como dar voz às interlocutoras e às suas trajetórias de vida no esteio de uma modelagem social, mediada por um novo tipo de trabalho, sem me perder numa espécie de subjetivismo totalizante?

Comecei a tatear possibilidades que pudessem me preparar mais e melhor para a entrada em campo. Encontrei-me com a literatura operária dos anos de 1930, no Brasil. Vi que teria um caminho a ser delineado a partir do pressuposto histórico de que Romance e Sociologia partilham do mesmo terreno de incertezas e rupturas entre sentido e realidade, com a gênese do capitalismo moderno, num mundo abandonado por deus, o Homem é expulso dele mesmo e pelas verdades absolutas que disso derivavam. As raízes da Sociologia e do Romance estão relacionadas ao caráter da sociedade como esfera autônoma em relação ao Estado. (GOLDMANN, 1976).

A Literatura sempre me abriu possibilidades de percursos de reflexão, me fazendo debruçar sobre a construção social. A escolha por um Romance Sociológico é desafiadora, muito mais em seu processo de criação e modelagem teórico-metodológico, do que, necessariamente na garantia de formatação do gênero literal em si. Trato de Sociologia, portanto trato de narrativas sociais e humanas. É isso que me autoriza a propor um Romance Sociológico.

Com o início do trabalho de campo, retomei às leituras de um dos Romances Operários dos anos de 1930, no Brasil: Parque Industrial escrito por Patrícia Galvão, em 1932, sob o pseudônimo de Mara Lobo, lançado pela editora José Olympo, no ano seguinte (1933), financiado por Oswald de Andrade. Considerado o primeiro romance proletário da literatura brasileira, tendo como tema a interação entre personagens operárias e personagens da burguesia paulistana, ambientados nos cortiços da São Paulo Industrial, no bairro operário do Brás. Numa trama-enredo dos pequenos dramas cotidianos entrelaçados pelo amor, sexo e dinheiro.

O romance é um contraponto ao chamado romance de 30, compreendido como regionalista, de autores como Jorge Amado, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz. Pagu explora o cenário urbano nascido dos processos de industrialização, na exploração de aspectos da vida do povo em meio às transformações políticas, econômicas e sociais da época. Matilde, Octávia e Rosinha Lituana são personagens do Romance Parque Industrial de Patrícia Galvão – a Pagu (1932). Ofereci às entrevistadas a sugestão dos pseudônimos, ficando a cargo delas, escolher da forma como ficassem mais à vontade.

Tomei de empréstimo suas identidades às personagens da vida social. No romance literário e no romance da vida social as questões que se apresentam é o material para trilhar o caminho metodológico que tracei. A Literatura, mais do que uma suposta “fonte de inspiração” à escrita sociológica, constrói sua narrativa, criando um universo ficcional. A sociologia, ao lidar com as ações e o imaginário humano, reúne material empírico, recortando teórico e metodologicamente seu objeto de investigação.

As narrativas literárias e sociológicas estão muito próximas na medida em que lidam com a fabulação e o imaginário humano. O sociólogo, para estar próximo da realidade, mobiliza dados e um universo empírico, munido de suas interrogações e hipóteses, delimitado por noções e conceitos. O escritor, por outro lado, cria seu universo ficcional, e a partir dali, mobiliza “situações, incidentes, personagens, figuras e figurações imaginárias” (SILVA, 2005, p.23)

Rosinha, Matilde e Octávia são as personagens da escrita de Patrícia Galvão que visibiliza as mulheres operárias, que estão longe das lentes do feminismo liberal hegemônico. Ao tratar do Brasil urbano que se industrializará, Mara Lobo/Pagu revelou a forma como os operários, em especial, as mulheres operárias falavam, se alimentavam, mantinham relacionamentos afetivos, trabalhavam, cuidavam da casa e dos filhos. Pagu inaugura, em seus escritos, uma leitura do caráter identitário da

classe trabalhadora, antecipando a discussões sobre feminismo lésbico e feminismo negro, presente, só então, nos debates das décadas de 1960 e 1970. A escritora questiona o feminismo em sua vertente burguesa e liberal que não levava em consideração as demandas das mulheres das camadas populares. Descortina o mundo das mulheres pobres, coisificadas como objeto sexual e mão de obra barata pela sociedade capitalista e patriarcal do início do século XX (ALÓS, 2010).

O romance coloca a nu um projeto estético proletário consoante com os preceitos da Revolução rumo à sociedade socialista, ao mesmo tempo em que apresenta uma agenda política em que se olha para as rasuras identitárias provocadas pela sobreposição dos pertencimentos de classe, gênero e raça e que rumos se pode tomar para administrar os muitos conflitos causados pela intersecção destas vertentes (ALÓS, 2010).

Ler *Parque Industrial* ao longo do trabalho de campo me *inspirou* não a procurar personagens operárias em Horizonte, a exemplo de Rosinha Lituana e Octávia, militantes engajadas no Partido Comunista, ou de Corina, mulher negra, jovem que engravida depois de uma promessa de casamento. Não queria que as histórias da ficção, se repetissem na vida real investigada, nem tampouco me propus a fazer uma análise de uma obra literária. Minha decisão, enquanto pesquisadora, foi a de também problematizar as relações entre literatura e sociedade a partir de um campus empírico comum ao trabalho da escrita no diálogo entre teoria e método, com as devidas mediações necessárias. Fez-se um campo fecundo para a escrita de um romance da vida social, dando voz e visibilidade a personagens inspiradas nas narrativas expostas, em meio ao processo civilizador da Horizonte, por meio do trabalho industrial.

O instigante para mim era o de desnudar o cotidiano dessas mulheres, seus modos de vida, narrando num romance, onde suas trajetórias dessem vida às chaves-teórico- metodológicas que escolhi para me debruçar sobre o campo investigado. Elaborar sobre a relação Trabalho, Gênero, Tempo, Cotidiano e Cultura num cenário de expansão industrial no interior do nordeste brasileiro, me fez pensar sobre os deslocamentos culturais, políticos e sociais nos modos de ser e viver deste sujeito histórico, denominado, mulher-operária.

Pensar numa ideia de um romance da vida é, para nós, perceber que estamos implicados em nossa escrita, as palavras que escolhemos são antes de tudo de nossa própria escritura de vida, dela selecionamos o que queremos narrar.

E só falamosdo que nos cerca quando saímos de nossas abstrações e entendemos que sempre ficam linhas a ser preenchidas entre o saber social e nossas tentativas de leituras dentro do saber sociológico. Como não pensar na forma com a qual falamos sobre os outros, como não pensar em nossa escrita, se é através dela que desenhamos e tentamos dar formas aos rostos humanos? (SILVA, 2005, p.33)

Um Romance que narre a ruptura e rearticulação dos laços comunitários, religiosos e tradicionais , transformados pela chegada na nova forma de constituir a vida. Uma história que enverede pelas relações desiguais de poder entre capital e trabalho. São mulheres diante de oportunidades, armadilhas, potencialidades. Participam dessa engrenagem por vontade, é bem verdade; mas, também por falta de escolha. Desejo de melhorar de vida e de elevar o padrão de consumo; ao mesmo tempo em que querem oferecer melhores condições de vida aos filhos. As mulheres-mães dessa pesquisa são chefes de família e/ou se responsabilizam por boa parte das despesas doméstico- familiares. Responsáveis por provisão financeira e por partilha da autoridade familiar. O discurso é visivelmente dirigido à elevação da qualidade de vida das gerações posteriores, filhos e filhas, netos e netas; demarcando as diferenças que essa expectativa guarda em relação às condições de vida e trabalho de seus antepassados mais diretos. Definitivamente, desejavam uma vida bem diferente da que tiveram ao lado de seus pais e avós.

Dei contorno a cada uma das personagens de uma Sociologia-Romance ou de um Romance Sociológico que se debruçou sobre as transformações advindas do processo capitalista industrial, extraído da relação entre literatura e sociedade, uma escrita artesanal, como o ofício de literatos, poetas, costureiras, lavadeiras, tecelãs, operárias. Personagens de romances, contos de ficção, biografias, telenovelas; personagens da cena social que se transformam no objeto da escrita, seja de teóricos, seja de romancistas (SILVA, 2005).

Diante dos passos do “romance da socialidade” abrem-se os labirintos da vida social que se constroem para além da clareza e da argumentação lógica. A partir dessa perspectiva teórica é que pensamos ser possível aproximar romance e teoria em busca das narrativas humanas, como refletir sobre o que elaboramos nas ciências sociais a partir dos movimentos da arte literária. (SILVA, 2005, p.48)

O romance da sociabilidade é um gênero teórico-literário em busca das narrativas humanas. Exacerbadamente humanas. Lukács, em a Teoria do Romance, já trata da jornada do homem livre e confuso diante de um mundo abandonado por deus. O projeto da Modernidade deixa o homem solitário, desnudo das conexões de

sentidos de outrora. Frente à alienação entre homem mundo exterior, é preciso buscar o significado desse novo mundo. O homem doromance nada mais é do que o criador numa outra vida. Deus cede lugar ao Homem que precisa estabelecer novas configurações com o mundo marcado pela separação entre sentido e realidade. O desenraizamento transcendental, a ruptura da corrente de conexões, a oposição entre o interior e o exterior desse homem, que o torna tanto criador quanto observador de sua própria vida, só logram conduzi-lo à desilusão, à resignação, à passividade e, por fim, à solidão (LUKÁCS, 2006).

A perplexidade do homem moderno é material de observação e reflexão às diferentes áreas do conhecimento. Para Goldmann (2006), em sua Sociologia do Romance, a busca por valores autênticos em um mundo degradado reflete a contradição entre o individualismo burguês e os múltiplos constrangimentos sociais dela decorrente. O autor defende que o romance transpõe a vida cotidiana ao plano literário para o mercado. A busca pela experiência e significado social das coisas de modo não-alienado, do valor de uso, numa sociedade orientada para o valor de troca. Uma espécie de “homologias de estruturas entre o gênero romanesco e o mercado” (GOLDMANN, 1976, p. 18).

O romance, embora esteja ligado à ascensão do capitalismo e à história da burguesia, não é – de modo restrito – expressão da consciência burguesa de classe; estaria relacionado à atuação de “indivíduos problemáticos” não completamente integrados no mercado, que buscariam bens qualitativos (valores de uso, autênticos) num mundo cuja produção destes não seria prioridade. Esses indivíduos desajustados encontrar-se-iam, sobretudo, nas camadas médias (GOLDMANN, 1976, p. 17) – nas quais se recruta a maior parte dos romancistas (GOLDMANN, 1976, p. 22).

Não me utilizo da Literatura como uma alegoria ou um adorno para tornar a escrita mais leve e palatável ao público em geral, ou até mesmo como uma espécie de cenário do qual se desloca personagens, transportando-as para o que se convencionou chamar de realidade concreta. Ao me decidir por um romance sociológico, decido por forma teórico-metodológica de construção da escrita. O Cientista Social é um romancista da interpretação e compreensão das relações sociais, da vida social, mediado por métodos e técnicas científicas. Tão solitário quanto o literato e o romancista em geral.

Se o romance para a literatura insinua um mundo no qual o homem solitário se debate em sua condição humana, expondo suas fragilidades e conflitos, a vida social, para os cientistas sociais, é onde se desdobram os múltiplos sentidos dados pelas ações. Tanto o romancista quanto o teórico procuram

perceber os elementos essenciais que marcam essas relações para transformar em escrita. (SILVA, 2005)

As relações entre a Sociologia e a Literatura sempre foram tensas e, muitas vezes, em clima de disputa em torno de quem teria maior legitimidade para “apresentar” os fenômenos sociais. (TEIXEIRA, 2018). Literatura e Sociologia se aproximam na escrita da vida social e se distanciam, ou parecem se distanciar, nas diferenças e gradações interpretativas e metodológicas que estabelecem da leitura das relações sociais.

As dificuldades em torno do pleno estabelecimento formal e institucional da sociologia da literatura não resultam apenas dos conflitos de seu passado compartilhado e, por consequência, da clivagem que, teria se estabelecido no interior da sociologia, então cindida de maneira razoavelmente perene entre uma vertente hermenêutica e outra cientificista. Contemporaneamente, esse conflito se exprime também de forma institucional, por meio de uma pulverização disciplinar de tarefas que, em princípio, caberiam à sociologia da literatura (TEIXEIRA, 2018, p.154).

A literatura nunca estará domesticada aos limites, mesmo que dinâmicos e heterogêneos das diversas sociologias (TEIXEIRA, 2018). Pode ser objeto de interesse sociológico, pode ser uma das múltiplas sociologias que se desenvolveram ao longo da consolidação das ciências sociais; pode ser “inspiração” e, até mesmo, o próprio objeto de investigação sociológica; mas, manterá sua identidade estética, artística e política, pois seu ponto de partida teórico-metodológico é diferente do que defende a Sociologia, embora ambas versem sobre a vida social povoada por personagens reais e/ou fictícios como meio de apresentar as múltiplas relações sociais de produção em suas diferentes dimensões, sejam filosóficas, políticas, sociais e econômicas.

Os indivíduos-operários e a internalização de práticas sociais, comportamentos singulares que se interconectam, tecendo a realidade de uma cidade que de agrícola-comercial se configura como industrial-comercial, mais precisamente, ao longo das duas últimas décadas.

Uma mulher-operária, um tempo distinto, cronometrado; mas, não linear; repartido; mas, não apenas, cronológico. Tempo prenhe de mudanças e permanências, tempo parido dele mesmo. Mulher que constitui intervalos do tempo que desfazem o tempo normatizado. Investigar a relação da Ser-Operária com o tempo normatizado e do tempo não- normatizado, com o tempo das interrupções e das apropriações. De uma mulher no tempo do ritmo, na invenção, da (des)

continuidade e dos (des) acordos.

O tempo do qual esta pesquisa trata, é o tempo do desenvolvimento capitalista como esteio do processo civilizador (Elias, 2008), numa cidade na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) que de agrícola-comercial, se transforma em industrial-comercial, e que mesmo, assim, ainda guarda os traços do passado recente. Hoje, as mulheres, agora operárias, são a expressão de personagens que incorporaram um *Habitus* (Bourdieu) que ao longo do processo de industrialização vai modelando e sendo modelado pelas mãos das gerações de mulheres e homens, que se deparam com a Fábrica, símbolo do processo civilizador para aquela localidade. Agora, tem-se a imagem de uma Horizonte do trabalho, do desenvolvimento e das oportunidades.

O fazer-se mulher operária no interior do Nordeste. A presença da Fábrica, a contratação trabalhista em regime celetista, a “nova” contagem do tempo e da intensidade da jornada de trabalho, por si só e de forma estanque, embora, necessárias, se apresentam de forma limitada para a construção social do *Ser-Operária*. Como essa personagem é construída no imaginário social? O que elas falam sobre si mesmas? Como se enxergam? E o que nos falam, a nós, às sociólogas, mulheres como elas.

O argumento da pesquisa vai se construindo de forma a dialogar com a dinâmica de transformação entre capital e trabalho, operada empiricamente nas vidas das operárias, compreendendo, que não há uma encarnação imediata desta nova dinâmica social nas trajetórias pessoais; mas, de como cada trajetória particular ilustra, por meio de escolhas e estratégias específicas, individuais e coletivas, a cada vida, uma realidade maior e mais complexa. O esteio da pesquisa é a investigação da forma como a industrialização é palco de produção de um *Habitus Civilizador*, expresso na figura *Ser-Operária*, sem que ela seja entendida como “a” personagem de um processo que é marcado por configurações e redes de interdependência.

A Horizonte Industrial ainda vive uma travessia em sua configuração de cidade agrícola-comercial para a Horizonte industrial-comercial. Tomar o Processo Civilizador, em Elias como uma chave-analítica da pesquisa, fez com que eu me voltasse para as mudanças no que diz respeito aos costumes e comportamentos, sem absolutizá-los de forma descolada da formação da classe operária, naquele local ao longo dos últimos 25 anos. É um processo coletivo, sendo caracterizado em relações e mediações de uns em relação aos outros, modificando *habitus*, costumes e práticas

em longa duração.

Em Bourdieu (2001), o conceito de Habitus é sistematizado a partir da necessidade empírica de investigar as relações entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionantes sociais. Habitus, portanto, é definido como: (...) *Um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações.*

Portanto, um sistema de esquemas individuais socialmente constituídos de disposições estruturadas e estruturantes, adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. (BOURDIEU, 2001). O conceito de Habitus, em Bourdieu, se apresenta como capaz de conciliar a dicotomia aparente entre indivíduo e sociedade, capaz de apresentar sociologicamente que há um diálogo intenso e recíproco entre objetividade e subjetividades, entre o mundo objetivo e as subjetividades individuais. *O habitus é uma subjetividade socializada* (BOURDIEU, 2001).

A construção de um *Habitus Feminino Operário* a ser investigado no dia a dia das mulheres-operárias, na configuração de um Romance Sociológico, no qual estão como personagens da classe operária em Horizonte. Acompanhá-las de casa à fábrica, acompanhar suas conversas e/ ou prestar atenção aos silêncios, ao cansaço visível, às preocupações e pequenas conquistas diárias me forneceu pistas de exame à dinâmica da formação dessa classe operária, de sua formação num movimento não apenas, de resgatar as origens do fenômeno, mas, de que forma a classe social vai sendo formada, a partir de uma perspectiva relacional histórica. A questão do tempo e o desmonte das visões lineares-cristalizadas do ser mulher no nordeste brasileiro são decisivas para compor o repertório de um Romance dessa natureza, como escolha teórico-metodológica.

Durante a pesquisa de campo, acompanhei o cronometrar de seus dias, a construção social de seu tempo e espaço, num conjunto de significados políticos, culturais e sociais vivenciados de maneira individual e coletiva por cada uma delas, moradoras das regiões mais periféricas e distantes da sede do município, que ficam reservadas aos trabalhadores e trabalhadoras pobres que antes de conhecerem a máquina, trabalhavam com a enxada.

Sim, as mulheres operárias parecem formar uma espécie de “*Todo*

Feminino”, não na perspectiva de formar uma comunidade formada só por mulheres; mas, num movimento de trabalho e cultura que se apresenta de forma plural, diversa, consubstanciado em signos do processo industrial-civilizador de uma cidade que vive a tensão entre as tentativas do esquecimento do habitus rural e da internalização do modus da indústria, organizado pelo uso da máquina.

Mulher e máquina desenvolvem o esteio do processo civilizador em horizonte. O fio condutor que pavimenta a insurgência de uma outra Horizonte. Presenciei a atividade doméstica noturna, nas madrugadas, ainda, ao ter que acordar por volta de 3 horas da manhã a fim de que pudessem encaminhar parte do trabalho doméstico e ser liberadas para o trabalho fora de casa, na fábrica. Isso não as faz mais fortes ou pessoas com mais caráter e/ou benevolência. Isso as faz diferentes das gerações de mulheres que as antecederam, ao mesmo tempo, em que estão submetidas ao disciplinamento de suas identidades, agora modeladas pelo mundo-cidade-fábrica.

Meus olhos de pesquisadora vasculhavam, com a devida autorização destas, o destrinchar das trilhas do trabalho e da cultura do trabalho inscritas como se formassem páginas de um romance em que não há lugares para “mocinhas e/ou bandidos”; mas, uma história e suas múltiplas faces desenhadas pelas mãos destas personagens reais, anônimas, que compõem um exército de trabalhadoras em meio à cidade que se transforma e parece escorrer para além de suas fronteiras territoriais. Horizonte não cabe em si; guarda o traço de cidadedo interior, atravessada por uma estrada que conecta as fábricas, ao mesmo tempo, que separa os habitantes e cria outras rotas de circulação no espaço urbano.

Foram meses de busca, de análise de entrevistas com Matilde, Rosinha e Octávia. Mulheres que me narraram seus cotidianos com riquezas de detalhes e que me deixaram frequentar suas casas, conhecer suas famílias, seus desejos mais íntimos; me deixaram presenciar brigas e os múltiplos desentendimentos familiares e de vizinhança. Em muitos momentos, eu parecia nem existir. A pesquisadora de tão imersa no campo, parecia pertencer à cena cotidiana a ponto de, muitas vezes, não ser percebida. O que me fazia redobrar a atenção para não esquecer de minha condição de estrangeira naquele território, palco de poder, solidariedade, disputas, consensos.

Não me diluir no campo empírico, vasto de signos e significados escritos como nas páginas de um grande romance em que a narrativa predominante era das

múltiplas faces do ser-operária, chefe de família e dona de casa, companheira, amante e liderança comunitária; capaz de trabalhar, de criar seus filhos, cometer pequenos delitos, sair com seus chefes imediatos, não como, necessariamente, vítimas de assédio moral; mas, como desejosas de experiências sexuais diferentes, em locais diferentes, com homens e mulheres diferentes de “seu mundo”.

Entrevistei 12 mulheres, em idades diferentes, que trabalhavam em fábricas diferentes, nos três ramos industriais prioritários instalados em Horizonte: calçadista, têxtil e alimentício. Escolhi essas três personagens- interlocutoras, por entender que cada uma delas representa uma fase etária e de tempo de trabalho fabril; esse foi o primeiro critério-definidor da classificação da amostra com a qual trabalharia. Seguido pela posição familiar, tanto como provedora financeira, como pela chefia de autoridade; grau de escolaridade; número de filhos (as) e netos (as) sob sua guarda; orientação sexual, identidade religiosa.

Um processo inconcluso, incongruente, não retilíneo. Um processo circular que constrói uma sociedade de um *novo* tipo, que tem nessa mulher trabalhadora, uma personagem-chave como expoente das transformações de costumes. Dela foi *tirado algo* que parecia nunca ter tido e *não foi dado*, o que defato poderia ter recebido. Na possível *troca-transformação*: no lugar da cultura tradicional, patrimônio integral do seu modo de vida anterior; uma modernização falhada, inconclusa que não a concedeu *tudo que foi prometido*; mas, a integrou à engrenagem político-econômica de um outro patamar de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Um processo civilizador pavimentado pelo desenvolvimento de uma cultura de massas que pretende personalizar a nova sociedade industrial numa plataforma modernizante e mudancista, incluindo-a na pauta do consumo como fonte exclusiva de sucesso, felicidade e realização pessoal.

Não teci uma pesquisa contra a industrialização no estado do Ceará, contra o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação em seus múltiplos e diversos avanços para a elevação da qualidade de vida do povo. Meu foco é outro: analiso o processo civilizador de uma zona industrial que tem a mulher- operária como uma personagem-chave. Analiso como o desenvolvimento do capitalismo industrial elabora um repertório político- econômico-cultural em que as mulheres trabalhadoras, centrais a esse conjunto de relações sociais de produção. O esforço foi o de constituir um Romance Sociológico – um Ensaio ao estudo da cultura da Classe Trabalhadora.

Traçar o roteiro desse Romance foi um exercício intenso de entrelaçamento

entre campo e teoria num esforço de comunicar o passo a passo de como a tese foi sendo concebida. Criei uma rota teórico-metodológica conduzida pelo conceito-chave *Cultura do Trabalho*, desenvolvida ao longo da tese no diálogo com as interlocutoras, seus modos de vida e suas múltiplas figurações sociais redesenhados a partir da industrialização que formata a cidade-fábrica-espetáculo e configura o Processo Civilizador em Horizonte.

Matilde, Rosinha, Octávia andam de mãos dadas, ao mesmo tempo em que constroem suas próprias escolhas. Escolhas mediadas pelo processo histórico, passado e presente. Constroem suas vidas, pertencem à mesma classesocial que ao ser entendida como uma formação econômica, política e social Williams (1978; 1979; 1989), Thompson (1987) e Hoggart (1973) abre possibilidades de interlocuções mais fecundas tanto com os dados empíricos, como com o direcionamento teórico, num viés mais dialético ao se debruçar sobre a cultura da classe trabalhadora, como modos de vida e como esses vão sendo constituído nas múltiplasdimensões da vida social.

Pagu, é a personagem-síntese do Romance de Operárias, constituindo-se como um retrato sociológico (Lahire) dessa mulher operária, elo central no processo civilizador industrial em Horizonte. Suas práticas, consolidadas em trajetória e experiências, à luz de uma epistemologia feminista, abrem pistas fecundas para se compreender o fenômeno da industrialização do nordeste brasileiro e as formas de como engendrar indivíduos e classes sociais, sem incorrer no absolutismo coletivista; nem tampouco, numa totalidade subjetivista que desloca os indivíduos do chão da vida social.

Mulheres, trabalhadoras, mães, chefes de família, estudantes. A participação delas no percurso empírico da pesquisa foi como uma pausa no correr dos dias. Nunca esperei que “o campo falasse”, na verdade, nunca tomei essa expressão como orientação para a minha trajetória acadêmica. A delimitação investigativa do campo é difícil e exige concentração, paciência e leitura dialética das múltiplas contradições que vão sendo descobertas e registradas. O campo investigativo não pode ser confundido com a vida social como um todo que independe da vontade do pesquisador. O campo foi delimitado, recortado e construído sob as lentes metodológicas que utilizei, a fim de que eu pudesse entrelaçá-las, individualizá-las e apresenta-las de forma particular e plural como personagens dessa trama sociológica.

3 MATILDE - GÊNERO E TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE UMA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA

Conheci Matilde no ônibus que fazia o deslocamento das operárias até a Fábrica. Subia duas paradas depois de Rosinha e já chegava mexendo com todo mundo; falando alto, brincando com o motorista. Desde a primeira vez que a vi, me chamou atenção pela disposição que ia trabalhar e voltava do emprego. Sua voz rouca, marcante, seus cabelos *black power*, presos por um coque; seus olhos verdes da cor do mar e a forma como se perfumava logo cedo da manhã. “Ah, se eu não me perfumar, daqui a pouco só vou sentir cheiro de cola em mim”. Dizia, soltando uma gargalhada sonora e aconselhando às companheiras de setor a fazer o mesmo.

Matilde era a menos escolarizada das quatro mulheres que narro aqui. Tinha estudado, apenas, “*para assinar o nome*”. Lia muito pouco; mas, se comunicava muito bem, com facilidade de articulação das ideias. Era viúva aos 39 anos de idade. O marido, pai de seu único filho, morreu num acidente de moto, estando alcoolizado, viajando de Horizonte para Pacajus.

Meu marido era cabra bom. Ainda bem que eu tive ele na vida. Mas, morreu moço demais e me deixou grávida pra criar nosso menino. Encontrei força pra continuar viva na macumba, sabia? Eu tava grávida de 7 meses quando tudo aconteceu. Três dias depois do acidente, meu menino nasceu prematuro e um pouco doentinho. Eu também num fiquei muito bem de saúde. Na verdade, eu acho que meu problema era cabeça, mesmo. Fiquei muito perturbada com tudo que aconteceu e morria de medo de perder meu menino, também. Nem a minha família, nem a dele moravam aqui. Era só nós dois e eu grávida. Depois da morte dele, fiquei sozinha pra criar nosso menino. Se não fosse o terreiro pra me dar força e me encher de coragem, eu acho que teria morrido junto com meu filho. A macumba e meus irmão da macumba me salvou. Muitas vezes, eu não tinha nada pra comer em casa, ia me acudir lá. Antes do meu menino completar 1 ano, passei 5 meses morando numa casa.... Eu não vou mentir, eu gosto muito da fábrica. E não digo isso com medo de perder emprego, não. Não vou dizer que queria ter a vida que minha mãe ou meus irmãos mais velhos tiveram. Sabe, mulher, eu sou empregada, tenho carteira assinada, tenho férias e só trabalho de segunda a sexta. Quando é que na roça, isso acontecia? Meus irmãos mais velhos passaram foi muita fome, isso, sim. Nágyla, se tirar a fábrica daqui agente morre. A fábrica virou a nossa vida. Tu consegue entender, isso, consegue? Consegue entender o que é ter uma carteira assinada?

Me narrava isso com os olhos marejados; num misto de orgulho e medo; de alegria e cansaço. Olhando ao redor e citando a reforma que tinha feito na casa, hoje própria e que abriga o filho, a companheira do filho e mais três netas e um neto.

O trabalho na fábrica é duro, sim. Muito puxado e cansativo; mas, qual é a vitória que é *semsuor*? Você acha, Nágyla, que construí essa casa, como?

Trabalhando muito, na fábrica e na casa de família *nos finais* de semana, como manicure, como faxineira, lavadeira, babá... o que aparecesse eu fazia. Não podia botar boneco, não. Eu tinha que ter uma casa... tinha que ter... Meu menino ficava sendo cuidado pelas minhas vizinhas que sempre foram muito boas pra mim ou por minhas irmãs deterreiro. Lá, eu tinha certeza de que ele não passava fome. Juntei centavo por centavo pra comprar esse terreno e começar a levantar essa casa.... Pra uma mulher sozinha com um menino homi pra criar não é fácil, não, minha bichinha. Sofri o pão que o diabo amassou. Tinha dia que anoitecia e amanhecia chorando de cansaço, de preocupação (pausa/voz embargada)... Mas, passou, né. Tou aqui contando a história e podendo dá pro meu menino, pra minha nora e pros meus netos o que nem meu pai, nem minha mãe puderam fazer por mim. Meu menino e a mulher dele trabalham na empresa, também. Eu, souzadora. Ela na esteira e ele no escritório. Fuie que botei os dois lá. Ela ainda tá estudando; mas, meu menino já terminou a faculdade e agora quer continuar estudando. Criar 4 meninos não é fácil. Um atrás do outro. Eles se casaram com novinhos. Ela com 14 e ele com 16, tiveram logo gêmeos e depois de 10 anos, tiveram mais dois, um menino e depois de 2 anos, a menina que a gente tanto queria. Os meninos são nossa maior riqueza. A família da minha nora é um povo bom, este povo evangélico que não sai esculhambando todo mundo, sabe... Porquê o povoinho difícil, tudo tá errado e só eles tão certo. Mas, eles não são assim, não. São mais manso e respeitador. Eu respeito eles, e eles respeitam minha macumba. E nem minha nora, nem meu menino não são nem macumbeiro, nem crente. São tudo católico, casados no padre e no juiz e os meninos todos batizados. Os dois mais velhos até crismado já são. Com respeito, tudo se ajeita, né.

Matilde me contava fragmentos de sua história com desenvoltura, sem se preocupar se estava me “agradando” ou não; se estaria falando sobre o que eu precisava ou não ouvir. Me narrava como fazem as trabalhadoras pra desenvolver seus ofícios, com idas e vindas; com algumas contradições e esquecimentos próprios de uma certa memória descontínua, não retilínea.

pra esse teu estudo... nunca pensei que eu pudesse virar estudo de alguém. Tu bota tudo direitinho, Nágyla. Bota í como a gente vive. A gente tem uma vida dura, mas, nós num somos um bando de coitadinha, não. A gente vira o cão pra defender a vida e os filhos da gente.

Falava alto, gesticulava; enquanto arrumava a casa, fazia o jantar ou colocava a roupa na máquina. Matilde nunca conversava comigo no ônibus que fazia o traslado do ponto perto de sua casa até a fábrica. Seguia calada, dormindo ou rezando de olhos fechados como sempre me falava. Mas, se sentia muito à vontade para me chamar até sua casa.

Nossos encontros eram sempre muito leves e carregados de muito material de análise. E Matilde preferia que eu fosse à sua casa. Com o passar do tempo, fui percebendo que a preferência pela casa, tanto era pela não necessidade de ter que se deslocar ao meu encontro e por conseguinte, não deixar seus afazeres domésticos e religiosos; como também pela vontade de me mostrar parte de seu

mundo de fé, crença e trabalho espiritual.

Prefiro que você venha aqui em casa. Ai não me atrapalha e ainda posso te mostrar um pouco do meu mundo fora da fábrica. Em casa, eu sou uma outra pessoa, Nágyla. Na minha casa, eu sou rainha, Nágyla. A dona da casa, a dona da minha vida e é lá também, que atendo as pessoas. Faço atendimento espiritual. O povo adora uma macumbinha pra saber se o marido tá com alguém, pra trazer alguém devolta, pra parar de beber; mas, ninguém assume que gosta ou que vai. É mais fácil irem la em casa do que no terreiro. Coisas simples, a gente resolve por lámesmo. Quando o assunto é mais pesado, quando o carma é daqueles, ai, tem que fazer o tratamento é no terreiro mesmo e cumprir com mais obrigações. Minhas imagens e meu altar tão no meu quarto e lá quem entra sou eu e quem precisar ou eu permitir. Tu pode até espiar se quiser. Mas, não pode tocar em nada, certo?

Me reservava ao direito de não invadir a intimidade religiosa de Matilde. Cheguei a entrar em seu quarto, uma única vez, para visitá-la por conta de uma virose que a deixou com muitas dores no corpo e febre alta, e, como tínhamos um encontro marcado, diante de seu convite, me permiti entrar em seu quarto- templo. Um lugar aconchegante, com muitas imagens e fotos de família; simples, muito bem cuidado e confortável.

Entre, pode pegar um banquinho da sala e sentar. Vamos conversar, hoje, por aqui mesmo. Mas, não chegue muito perto, não, porquê tou muito gripada. Esse é meu lugar, Nágyla. É onde me sinto mais gente e mais dona da minha vida. Aqui, eu rezo, eu choro, eu ajudo as pessoas. Aqui, eu escuto tantas dores, tantos sofrimentos.... Alguns, a gente nem entende; mas, eu não tou aqui pra julgar. Tou aqui pra acolher e sossegar o coração e o juízo do meu povo. Quem vem aqui é porque deus quer que eu atenda. Eu tenho que atender. Mas, não cobro nada. Nada. Tudo que a macumba me deu, não tem dinheiro no mundo que pague. O meu trabalho é retribuir e fazer o bem.

Numa outra oportunidade a acompanhei numa festividade do calendário do Candomblé, numa noite de festa em que fui uma de suas convidadas a assistir ao ritual que a envolvia e a outras filhas de santo, também. Me mantive discreta, observando como a Mulher Matilde, trabalhadora, zeladora de chão de fábrica, se transformava numa espécie de divindade terrena, com roupas brancas, turbante, adereços coloridos. Parecia uma outra pessoa; na verdade, era Matilde sendo outra pessoa; era Matilde com outra face; em outro papel, sem deixar de ser a mulher que ficou viúva há mais de 20 anos atrás e “sofreu feito uma condenada” como frisou algumas vezes, em nossos encontros.

Dessas magias que a religiosidade promove na vida e na identidade das pessoas que propagam sua crença, sua fé. Matilde cantava em voz alta, bailava como se fosse flutuar, espalhava cheiro de alfazemas e incensos, no meio ao suor que descia de seu rosto que se misturava às lágrimas de emoção e felicidade, durante o

ritual do qual ela era uma das responsáveis.

A performance religiosa de Matilde e seu cotidiano penoso, com poucas horas de sono e muitas tarefas domésticas e de cuidados familiares me levava, indubitavelmente, ao debate sobre mulher, gênero e trabalho. Confesso que causou em mim um certo desconcerto. A decisão político-acadêmica e metodológica em não transformar as interlocutoras em “vítimas eternas do sistema” é algo que eu persegui durante todo o percurso da pesquisa. Assim, também, foi durante a construção da dissertação no mestrado, quando minha investigação versou sobre Corpo e Trabalho feminino na indústria de beneficiamento de castanha de caju, na periferia de Fortaleza.

Mostrar os enlaces entre a exploração da mão-de-obra feminina numa cidade-pólo industrial e extrair dessa realidade a resistência, as fugas, as batalhas ideológicas travadas; o papel que tem a religiosidade, o lazer, a família, os laços comunitários e de vizinhança; ouvir dessas mulheres as transformações que a Fábrica-Instituição trouxe para cada uma delas e para todas elas. Como num desses estalos que a gente tem em campo, percebi o quanto a orientação religiosa de Matilde poderia me dar pistas analíticas de maneira a dialogar com o conceito de Gênero; de forma mais desalojada do lugar-comum consolidado pela literatura feminista hegemônica absolutizante. Era necessário retomar o caráter mais filosófico do feminismo e, por conseguinte, as raízes do conceito de gênero, como conceito-meio, mediador de investigações múltiplas, sem ser sinônimo do conceito de mulheres.

3.1 Feminismos, Gênero e Epistemologia Feminista num campo de batalha teórico, político e metodológico

Matilde e sua história de vida tão cortante e profunda acaba me chamando atenção quanto a pistas sobre a desconstrução dos conceitos Feminismos, Gênero e Trabalho à luz de uma escrita epistemológica feminista. A personagem Matilde me abre veredas a esse debate tenso e permanente entre variações do conceito e do enfoque filosófico que é dado ao Feminismo pelos mais diversos grupos políticos, partidários e acadêmicos. Disputa que se dá em campo permanente de batalha por legitimidade teórica, política e metodológica.

O movimento feminista, em sua feição mais restritamente acadêmica e as correntes políticas que compunham o mosaico polissêmico do Feminismo, abrem um

flanco de conceituações, alvo de disputas epistemológicas, ideológicas e políticas em diversas arenas: tanto na universidade, nos partidos políticos, nas chamadas entidades feministas de massa e nas organizações não governamentais. Essas últimas que passam a ocupar, de maneira pontual, uma espécie de *vazio político-executivo*, frente a agenda neoliberal, mais precisamente, da segunda metade dos anos de 1980 e dos anos de 1990, instaurando uma plataforma que tem como base o poder do mercado globalizado transnacional, de flexibilizações trabalhistas e do descenso geral dos movimentos sociais que encontravam um panorama repressivo, ideológico e econômico completamente desfavorável aos impulsos populares. (BITTENCOURT, 2015).

Em meio a esse cenário, o movimento feminista se abriga na institucionalidade não-governamental, num duplo movimento: tanto em associação com grupos de estudos e pesquisas na academia, que passam a funcionar como braço operacional de captação de recursos; como num certo contraponto ao *academicismo*, na tentativa de dialogar com as camadas mais populares de mulheres na cidade e no campo.

No entanto, a lógica de captação de recursos prioritária se voltava para a elaboração de projetos que estivessem em consonância com a agenda das diversas agências de fomento num movimento contraditório de captar recursos nas agências de fomento, representantes do receituário neoliberal; para o questionamento desse mesmo receituário neoliberal que atacava, primordialmente, as mulheres trabalhadoras, pobres e negras. A ONG feminista captava recursos, formava lideranças feministas, prestava serviços diversos e se apresentava como uma inovadora forma de atuar nessa agenda de luta.

A influência política das ong's é inegável para os movimentos sociais e feministas. Diferente do que se apregoava quase como verdade absoluta, a falsa neutralidade político-partidária da chamada terceira via não se efetivava, pois tais instituições mantinham relações íntimas com partidos políticos, associações de classe e sindicatos, numa espécie de estratégia política de sobrevivência da luta política.

A agenda dos movimentos sociais e feministas desenvolvida no interior das instituições mais tradicionais foi, em certa medida, terceirizada para uma mão-de-obra que não deixou de ser partidária, sindical e/ou associativa, mas, acumulou a tarefa de *gestora de projetos sociais*, como estratégia de sobrevivência ao receituário

neoliberal que abrigava, ao mesmo tempo: o ataque veementemente às organizações políticas progressistas do campo da esquerda- popular, a diminuição do tamanho e o alcance do Estado no que tange às pautas estratégicas para o fortalecimento do país e a elevação da qualidade de vida da classe trabalhadora; bem como suscitava o ideário de agentes sociais por um via de ação, supostamente, descolada do Estado e do Mercado.

Esse cenário de efervescência e debate político, dialogava, diretamente, com a disputa acadêmico-intelectual pela hegemonia de que Feminismo deveria ser alvo de investimento teórico e organizativo. Discussão que desemboca na arena de disputa sobre qual *Feminismo* é o mais *legítimo* a ser abraçado pelo conjunto de militantes e grupos feministas, organizadas em diversos coletivos. Estamos diante de uma encruzilhada teórico, metodológica e organizativa que tensiona os mais diferentes nichos político-acadêmicos a produção de uma literatura feminista que ultrapasse a sistematização da História do Feminismo a partir da *Teoria das Ondas do Feminismo* (PINTO, 2000).

A leitura das ondas do feminismo², embora limitada, é interessante pois elucida as disputas de poder entre narrativas que tratam das origens e desenvolvimento do Feminismo na Europa, nos Estados Unidos. Narrativas que se pretendem hegemônicas e que tentam padronizar um só tipo de Feminismo a ser seguido pela diversidade das sociedades.

Falo isso, devido às discussões postas sobre os conceitos de identidades, classes e diferenças numa plataforma que condensa características de disputa em caracterizar a chamada terceira onda do feminismo, imediatamente associada ao que se convencionou chamar de “pós-modernismo”, como um “pós – feminismo”, “feminismo da diferença” criticando a segunda onda do feminismo por seu suposto caráter monolítico, universal e generalizante, sem perceber as implicações individuais

² Sobre as ondas do feminismo no Brasil. Primeiramente, é importante ressaltar que a sistematização da história do feminismo no Brasil em ondas temáticas é uma forma didática de destacar três momentos históricos da luta das mulheres brasileiras. A primeira onda, no final do século XIX, foi caracterizada pela luta abolicionista e pelo direito ao voto feminino; a segunda onda, já em meados das décadas dos anos de 1950 e 1960 do século XX, trata da luta contra a ditadura militar, pela democracia e liberdade de expressão, coincidindo também, com o início do debate sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos. A terceira onda, se apresenta na reabertura política no país, em meados dos anos de 1980, e o fortalecimento da luta pela implementação de uma agenda de políticas públicas para as mulheres, com especial atenção para ações, projetos e programas de enfrentamento à violência. Atualmente já há debates sobre a existência de uma quarta onda gestada nos últimos anos do recente século XXI, em que se prioriza a autoafirmação da identidade mulher feminista, numa sociabilidade extremamente mediada pelo advento da internet e suas redes sociais (HOLANDA, 2018)

ou subjetivas das mulheres.

A raça e o gênero, enfim, são os exemplos típicos de subordinação bidimensional. Isso não significa que operários e minorias sexuais não estejam sujeitos à injustiças de reconhecimento e redistribuição, respectivamente. Mas apenas que as classes sociais são divididas por critérios principalmente distributivos, e as minorias sexuais, por critérios principalmente identitários. Toda injustiça demandará sempre as duas medidas, até porque os eixos de subordinação estão todos entrecruzados. A sexualidade, a classe, a raça e o gênero combinam-se de inúmeras formas distintas, e em muitas dessas combinações, as injustiças se acumulam. Assim a dosagem do remédio para a injustiça somente poderá ser definida empiricamente (FRASER, 2003, p. 25).

Nancy Fraser, é herdeira do feminismo da *New Left Review*, nova esquerda marxiana inglesa oriunda dos anos de 1960, de onde emergem as preocupações com a cultura da classe trabalhadora (Williams), base para o que mais tarde vem a ser compreendido como Estudos Culturais (Hoggart), questões que discorrerei mais adiante.

As dimensões apontadas pela filósofa política se entrelaçam e compõem um repertório de análise mais fecundo sobre o caráter bidimensional do conceito de gênero, comportando duas óticas, na relação do conceito de classe, por um lado e de *status*, por outro lado. É necessário o ajuste de lentes sobrepostas de pesquisa que possam alcançar duas dimensões de ordenamento social: a dimensão da redistribuição e a dimensão do reconhecimento.

Segundo a autora, na dimensão redistributiva, gênero assemelha-se à classe como parte da estrutura econômica que fundamenta a organização da divisão do trabalho em “produtivo”, trabalho remunerado e trabalho doméstico “reprodutivo”, não remunerado. Sendo este, ainda hoje, associado diretamente aos papéis sociais femininos. Fraser argumenta que na esfera do trabalho pago é necessário deixar claro as divisões entre salários de homens e de mulheres, gerando formas específicas de desequilíbrios distributivos baseado no gênero.

Já na perspectiva do reconhecimento, a pauta que a filósofa aborda é do escalonamento do *status* da sociedade codificado a partir de padrões culturais de interpretação e avaliação que estruturam o androcentrismo como padrão cultural institucionalizado valorizando os padrões de masculinidade e rebaixando tudo que se relaciona com as características feminino, atentando, nesse caso, para injustiça no que se refere à esfera do reconhecimento do feminino como dotado de padrões culturais valorativos. Dialogo com Fraser (2003) pois compreendo que a Teoria

Distributiva e do Reconhecimento estabelece pontes de investigação com a tríade gênero, classe e trabalho numa perspectiva de não absolutizar nem o conceito de gênero, nem tampouco o conceito de classe social. Mas, de tê-los como esteio na composição dessa mulher- operária, modelada pela estrutura econômica e padrões culturais.

Minha intenção não é de discorrer exaustivamente sobre as múltiplas abordagens aos conceitos de gênero; mas o de situar seu lugar numa Epistemologia Feminista que se debruça sobre cultura e trabalho da classe trabalhadora e decodifica a ser-operária como a personagem chave do processo civilizador numa zona industrial cearense, dado à centralidade que as feições de trabalho produtivo e reprodutivo assumem a partir da modelagem dessa mulher-operária. É nela que reside as marcas mais profundas do processo civilizador de base industrial em Horizonte. É nessa mulher que se expressam as mudanças mais densas e profundas do fazer-se cotidianamente. É nela que está o protagonismo, pouco visibilizado mediante relações desiguais de gênero e poder. Eis a personagem desse romance de vida e trabalho. Uma escrita epistemológica de orientação materialista, subjetiva e feminista.

A totalização produzida por um conceito classe, por demais criticada, parece ceder lugar para outra forma de totalização conceitual, a de gênero. Essa apropriação analítica implica, também, o risco de se perder de vista os possíveis impactos que as relações de classe ou de raça podem vir a ter sobre a própria situação da mulher. Como refazer esse recurso preservando ambas as dimensões materiais e simbólicas que envolvem as relações sociais de gênero, eis um ponto para reflexão. Um dos desafios do marxismo tem sido o de incorporar a complexidade e as dimensões de conflitos que foram surgindo com a modernidade, gerando diversidade de sujeitos políticos e conformando manifestações variadas de subjetividade e interesses, com dimensões políticas específicas. (ARAÚJO, 2006)

O conceito de gênero, segundo Araújo (2006) surge da tentativa de compreender como a subordinação é reproduzida e a dominação masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações, na busca de incorporar tanto as dimensões subjetiva e simbólicas de poder em associação às questões materiais e biológicas.

Pesquisadoras-militantes que atuam na perspectiva marxista sofrem, ao longo do tempo, um duplo tensionamento, ambos falsos e limitados. Primeiro, o de ter que produzir abordagens, apenas e somente só, a partir das questões econômicas, fechando os olhos às dimensões cultural e subjetiva das relações sociais; segundo, o

de não ter condições de, a partir, da perspectiva materialista- histórica, de se debruçar sobre questões que dialoguem de maneira mais articulada entre as fronteiras materiais-culturais-subjetivas das práticas e fenômenos sociais.

A possibilidade de pensar as práticas materiais e, ao mesmo tempo, as construções simbólicas, evitando o essencialismo biológico ou a sustentação exclusiva na dimensão econômica, fez com que esse conceito fosse assumido também pelo feminismo de base marxista, preocupado em responder à permanência de relações de opressão entre homens e mulheres, mesmo em contextos econômicos e políticos diferenciados. Trata-se de importante recurso analítico para pensar a construção/desconstrução das identidades de gênero, isto é, os caminhos através dos quais os atributos e lugares do feminino e do masculino são social e culturalmente construídos, muito mais como significados do que como essência. Gênero é relacional e, nesse sentido, um gênero só existe em relação com o outro. Essa característica permite considerar que tanto o processo de dominação quanto o de emancipação envolvem relações de interação, conflito e poder entre homens e mulheres. (ARAÚJO, 2006, p.47).

Meu esforço teórico-metodológico foi o de romper com os essencialismos simbólico, cultural, econômico e subjetivo que povoam as diversas epistemologias feministas, seja na academia, seja nas práticas e narrativas dos movimentos sociais e feministas, abrindo-se para clivagens que possam estar assentadas sob bases materiais, sim, mas interseccionando com as demais dimensões da produção social da vida.

O problema deixa de ser apenas das mulheres, requerendo alterações nos lugares, práticas e valores dos atores em geral. Esse conceito contribuiu para incorporar na agenda feminista a luta no plano da cultura e da ideologia, fornecendo um espaço para a subjetividade na construção e reprodução dos lugares e significados socialmente identificados com o masculino e o feminino. Mas o seu percurso analítico guarda certos problemas que merecem ser assinalados. A ênfase na dimensão subjetiva das relações de poder entre homens e mulheres, desvinculada de bases materiais, seria um primeiro aspecto a destacar. Nas análises pós-estruturalistas, sobretudo, a dimensão simbólica ganha centralidade e a referência às práticas e relações materiais torna-se opaca. (ARAÚJO, 2006, p.49)

A hipertrofia do conceito de Gênero cria nebulosidades teóricas e metodológicas, tanto à academia como aos múltiplos movimentos feministas, criando uma espécie de modelo quase exclusivo e totalizante de análise das relações sociais, no binômio dominação/subordinação, centrado de subjetividades e identidades femininas e masculinas padronizadas ao longo do tempo.

Gênero deixa de ser um conceito meio, isto é, uma forma de ampliar o olhar e entender a trajetória em torno da qual a dominação foi se estruturando nas práticas materiais e na subjetividade humana, para tornar-se um conceito totalizador, um modelo próprio e autônomo de análise das relações de dominação/subordinação, centrado quase exclusivamente na construção dos

significados e símbolos das identidades masculina e feminina. Um conceito meio que pode ampliar o olhar sobre o conjunto das relações sociais; torna-se totalizador. As práticas materiais e as intercessões com outras clivagens praticamente desaparecem e/ou são bastante secundarizadas. Gênero passa a descrever tudo e a explicar muito pouco, pois, como conceito, tendeu a ser auto-referido. (ARAÚJO, 2006, p.78)

Diante dessa encruzilhada de medir a extensão correta que o conceito de gênero ocupa na pesquisa enveredado pela leitura desconcertante de Judith Butler (2003), em *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da Identidade*, publicado nos Estados Unidos, ainda no início da década de 1990 e lançado no Brasil, em 2003. Matilde, em seu discurso e suas práticas religiosas e de trabalho romperam em mim as resistências em conhecer a produção de Judith Butler.

A autora problematiza o funcionamento do binômio sexo/gênero como uma espécie de pilar fundacional da política feminista que parte do pressuposto de que o sexo é natural e o gênero, socialmente construído. Butler estabelece interlocuções, em especial com Simone de Beauvoir, indicando, limites das análises de gênero que, segundo ela, *"pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis de gênero na cultura"* (p. 28). Ao analisar a reconhecida afirmação "A gente não nasce mulher, torna-semulher" (BEAUVOIR, 1976), Butler chama atenção para o fato de que "não há nada em sua explicação [de Beauvoir] que garanta que o 'ser' que se torna mulher seja necessariamente fêmea" (BEAUVOIR, 1976, p. 27).

Ah, preciso ser mais macho do que muito homi. Tem que ser assim. Ser mulher não é fácil. A melhor coisa é que a gente pode ser mãe. Mas, mesmo sendo mãe, é muito difícil. Ser homem é mais fácil. Se eles querem ir embora, vão embora. Se a gente vai embora, fica logo mal falada. Quantas mães tu ver abandonando filho. É difícil. Acontece, mas, é difícil. Agente morre um pouco depois que vira mãe. E quem é sozinha, tem que virar meio homi, mesmo. Senão, num aguenta o tranco. Não é uma coisa de corpo, sabe. É uma coisa de alma, sabe. A alma da gente tem que mudar.

Matilde me narrava sobre como "virar homem" pra sobreviver. Contava o que tinha que mudar na vida de uma mulher que chefiava uma casa e uma família, principalmente, do ponto de vista da autoridade parental. Seu discurso seguia me dando pistas sobre como abrir novas veredas de análise. E me dirigia à escrita de Butler em tentar "desnaturalizar" o gênero libertando-o da condição do que podemos chamar de uma certa "característica social do sexo", [grifos da autora]. O sexo, por sua vez, "caracterizado essencialmente como uma substância ou um 'núcleo' de gênero preestabelecido, denominado pessoa" (p. 29). Butler defende que o gênero,

longe de ser fixo, ou de ter uma matriz rígida, social-politicamente relacionado à constituição biológica do *ser-fêmea ou ser- macho*, seria um fenômeno inconstante e contextual, que não denotaria um ser uno, indivisível, substantivo, "mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes" (p. 29). Ser homem ou mulher; constituir-se historicamente como homem e mulher não é um processo retilíneo, unilateral. Há convergências, divergências múltiplas e relações sociais de produção, em cultura e subjetividades diversas. Os seres, constituídos historicamente, se produzem em subjetividades múltiplas, descontínuas e desconcertantes.

O diálogo com Butler tem como perspectiva apresentar outros argumentos ao debate que se estabelece diante de sexo/ gênero; homens/ mulheres, mas, em especial, para essa pesquisa, mulheres/ mulheres, relação que abordarei de maneira mais central, ao constituir o Ser-Operária e a forma como esta se representa em diálogo com a Cultura – como modo de vida (WILLIAMS, 1978; 1979; 1989; HOUGGART, 1973) e o trabalho (BRUSCHINNI, 1987; HIRATA, 2009; KERGOAT, 2007).

Eu nem sei o que eu sou, sabia, Nágyla? Nasci fêmea, engravidei, abortei, pari... amamentei. Me sinto mulher, mas, no terreiro qualquer mulher pode incorporar um homi e um homi incorporar uma mulher. Posso virar um homi, incorporar um homem. Falo como homem, ando como homem, me comporto como fosse um homem. Na vida aqui fora, é a mesma coisa. Tem hora que se a gente não vira homi, a gente se lasca. Na fábrica quanto mais a gente parecer com homi, melhor, sabia. E as novinhas, então? Que o macharal fica dando em cima que nem presta. Tem umas que se passam por sapatão pra se livrar dos bonitos. A maioria casado.

Matilde, em sua simplicidade cotidiana, descristalizava papéis historicamente sedimentados. Ela, literalmente, tirava o gênero do lugar, o deslocava a uma esfera pouco explorada, me defrontando com o posicionamento de Butler em debate com parte da teoria feminista fundamentada numa certa matriz fundante em que o sexo se fixa como natural e o gênero como social/ cultural; num certo deslocamento da perspectiva biológica para a perspectiva cultural. O enunciado que Butler apresenta elementos instigantes sobre o que convencionamos chamar de *fixidez do conceito de gênero* em seu deslocamento/ posicionamento automático para a matriz cultural, concede pistas de análise para a perspectiva de estudo dessa pesquisa: a mulher operária, como sujeito numa trama de cultura, trabalho e tempo, moradora de uma Horizonte industrial, cidade da Região Metropolitana de Fortaleza que expressa seu *processo civilizador* (ELIAS, 1998) e *disciplinador* (FOUCAULT, 1998; RAGO,

1988) à instalação e desenvolvimento do parque industrial local.

Ao deparar *The Queer Theory* em Butler, com a tradição feminista, em especial a que relaciona gênero e trabalho (Kergoat, Hirata e Bruschi), meu interesse é o de pôr em debate as interrogações que persistem aos paradoxos apresentados pelas duas perspectivas. Se de um lado, há a tensão de um certo esvaziamento das teorias feministas por conta da *Queer Theory*; uma destruição do conceito de gênero; por outro, acredito que podemos, afinar melhor, essa interlocução, sob a perspectiva de desestabilizar verdades absolutas, garantindo uma maior polifonia feminista, teórica e politicamente, que não se traduza num subjetivismo ou coletivismo absolutista, ambos míopes diante da construção diária, mutante e polissêmica dos gêneros, que longe de ser lugares fixos, se apresentam de maneiras contextuais, práticas perpassadas pelo trabalho, cultura e tempo.

Aqui reside um fecundo encontro que se mostrou importante em meu percurso teórico: Butler (1998, 2003) e Bourdieu (2001). Se com Fraser (2003), trago à tona as dimensões econômicas e culturais das desigualdades de gênero enquanto distribuição de trabalho e salários entre os homens e mulheres, bem como os entraves colocados pelo androcentrismo como conceito valorativo cultural e institucional legitimado na vida social; em Butler (1998, 2003) há um tensionamento para a desconstrução do gênero como categoria fixa que migra de forma direta do biológico para o cultural; no encontro entre Butler (1998, 2003) e Bourdieu (2001), direciono meu olhar para o conjunto de práticas sociais.

Para o sociólogo francês, a realidade social é estabelecida por campos de forças e posições onde agentes disputam os bens simbólicos pertinentes e de maior valor para cada campo. Cada campo tem um capital específico, mas, há pelo menos quatro tipos de capitais transversais a todos eles: econômico, simbólico, social e cultural, que se relacionam, se intercambiam no mercado onde o que se troca é a distinção social. Dessa forma, há disputas por reconhecimentos singulares; na medida em que adquirem, trocam e negociam capitais diversos.

As operárias em Horizonte, personagens do processo civilizador industrial, tanto estão em disputa entre si, entre suas individualidades, a fim de que se tornem singulares; como em última instância, uma disputa entre quem detém e quem não detém os meios de produção simbólica da vida social. Na vida social há dois componentes: a doxa e o habitus. O primeiro se caracteriza pelo conjunto de normas informais que orientam o comportamento dentro de cada campo, entendido como

senso comum. O segundo, corresponde a uma posição determinada no campo, de forma a respeitar uma sequência de disposições para que se possa interpretar e agir sobre a vida social, sobre o mundo. Em sentido duplo, e ambivalente, o habitus existe enquanto estrutura estruturada e estrutura estruturante. Tanto se apresenta como um conjunto de experiências que modelam estruturas de percepção, como se apresenta como a capacitação do indivíduo, em meio a vida social, a fim de que seja capaz de desenvolver suas próprias escolhas.

Ao investigar sobre o que denomino sobre *migração permanente* (grifos meus), e ainda, inconclusa entre um *habitus agrícola* e um *habitus operário* (grifos meus) entre as mulheres-operárias identifico a ambivalência entre um agregado de experiências das agentes em campo, tanto como de capacitação dessas mulheres, a fim de que possam fazer suas escolhas de forma mais criativa, se singularizando e se distinguindo umas das outras, naquilo que puderem ser distintas.

Mas, onde Butler (1998, 2003) se aproxima de Bourdieu (2001), já que possuem um repertório intelectual tão distinto? As aproximações e consensos se apresentam na arena das práticas. Práticas de agentes com posições determinadas no campo, intercambiando capitais diversos em processo de distinção e singularidade, condensado no conceito de habitus, é o que toca o conceito central de Butler: a performatividade. Dessa forma, Habitus e Performatividade se aproximam no campo das práticas.

Habitus e Performatividade são conceitos centrais no pensamento de Bourdieu e Butler, respectivamente. A autora enfatiza: Performatividade não é, portanto, um ato singular, porque sempre é a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas e, na medida em que adquire a condição como a de um ato no presente, oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição. (BUTLER, 1993, p.34).

A performatividade diz respeito a citar a norma que por sua vez, é um conjunto de performances. É por isso que tais conceitos tão distintos se tangenciam no complexo das práticas cotidianas, pautadas por normas e, inclusive, pela possibilidade de subversão da norma. Na prática em curso, nas múltiplas práticas que compõem o processo civilizador industrial em Horizonte, o que vemos é que ação e estrutura; individual e coletivo, subjetividade e objetividade se reúnem de forma entrelaçada sob a forma da experiência

Esse direcionamento foi precioso em meu caminho. Paradoxalmente, foi

justamente a leitura de Butler, identificada com a desconstrução do conceito de gênero, que me fez retomar ao conceito gênero como categoria meio, distante do caráter totalizante, apontado por Araújo (2006). Eu não podia enveredar pelos modos de vida, cultura e trabalho, me fixando em conceitos de Gênero, Trabalho e Cultura cristalizados. A trajetória e experiências de Matilde, em especial, não permitiriam tal aridez.

Foi necessário arejar conceitos e dialogar com autores que até então não faziam parte do meu repertório bibliográfico. Foi assim que me deparei com Butler. Foi assim que tratei de investigar sobre as interações consensuais entre Butler (1998, 2003) e Bourdieu (2001), no que diz respeito à prática, e mais radicalmente, ao que leva ao conceito de experiência. Foi preciso, ainda, decodificar os conceitos de experiência e trajetória, captando mais do campo empírico e podendo explorar os múltiplos aspectos da vida social modelada pelo processo civilizador em curso.

Nós não é só o que a fábrica diz que a gente é, não. Mulher, a gente tem vida fora de lá. A vida mudou muito, mas, continua sendo vida e é a única que a gente tem pra viver. Pelo menos, nesse mundo, é a única. Tem que enfrentar.

Por mais provocador que possa parecer foi de mãos dadas com Butler e Bourdieu, que, desta vez, abracei a literatura corrente sobre mulher, gênero e trabalho, mediando essa tríade a partir da retomada da compreensão de que gênero é uma categoria-meio que relaciono aos conceitos de prática (BOURDIEU, 2001; BUTLER, 1998, 2003) e experiência (LAHIRE, 2002) num processo civilizador normativo em que a personagem-protagonista é a mulher trabalhadora que emerge do contexto industrial.

O conjunto de práticas que modelam a vida social está relacionado, nesse contexto, diretamente, com a tríade: gênero, mulher e trabalho, na perspectiva da divisão social e sexual do trabalho, abrangendo, por um lado, as desigualdades constituídas no que tange os aspectos econômicos, à jornada de trabalho e às condições de trabalho.

Se por um lado, essa forma particular da divisão do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação, “trabalho de homem e trabalho de mulher”; e o da hierarquização, um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher; por outro lado, apresenta uma significativa plasticidade (KERGOAT, 1998), pois, suas modalidades concretas variam no tempo e no espaço. “O que é estável não

são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo.” (HIRATA, 2007). Essa distinção entre princípios e modalidades e a insistência sobre a noção de distância é que permitem desconstruir o paradoxo, posto, ao fundo, pelas autoras: “tudo muda, mas nada muda” (KERGOAT; HIRATA, 2007).

Foi nessa perspectiva que a pesquisa enveredou pelas novas configurações da divisão sexual do trabalho. Kergoat (1998) destaca duas dimensões do trabalho que se faz emprego, em cenário de precarização e flexibilização. Denomina de “Nomadismos Sexuados”: **nomadismo no tempo**, para as mulheres, dado à exploração do trabalho parcial e/ou parcelado em horas e dias da semana; **nomadismo no espaço**, para os homens, dado aos empregos provisórios e deslocamentos funcionais constantes. “Constata-se que a divisão sexual do trabalho amolda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, que a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo.” Ao lado dos Nomadismos Sexuados apresentados, a autora sustenta “a priorização do emprego feminino, que ilustra bem o cruzamento das relações sociais” (Kergoat, 1998), ao mesmo tempo, em que destaca a simultaneidade entre precarização, pobreza e elevação de capitais econômicos, culturais e sociais, entre as mulheres ativas.

Se há precarização e pobreza de um número crescente de mulheres (elas representam 46% da população ativa, mas são 52% dos desempregados e 79% dos baixos salários), observa-se, o aumento dos capitais econômicos, culturais e sociais de uma proporção não desprezível de mulheres ativas. Assiste-se também ao aparecimento, pela primeira vez na história do capitalismo, de uma camada de mulheres cujos interesses diretos (não mediados como antes pelos homens: pai, esposo, amante) opõem-se frontalmente aos interesses daquelas que foram atingidas pela generalização do tempo parcial, e pelos empregos em serviços muito mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, de maneira mais geral, pela precariedade. (KERGOAT, 1998, p.69)

Nas três últimas décadas, no Ceará, em especial, ocorre um conjunto de mudanças culturais, sociais, políticas e econômicas, que resultaram no aumento do nível de escolaridade, gerando novas oportunidades empregatícias, a queda da fecundidade e o crescimento de famílias monoparentais femininas. Conforme há, portanto, a ocupação das mulheres, com mais intensidade, nos espaços públicos, com maiores oportunidades nos setores de prestação de serviços, agropecuário, social, comércio de mercadorias e o industrial, com destaque para o setor têxtil. Em Horizonte/Ceará a cena se repete.

Bruschini (1993) aponta em seus estudos algumas razões para o

acentuado ingresso feminino no mercado de trabalho: a). a necessidade econômica intensificada pela deteriorização dos salários e que obrigou a mulher das classes baixas e médias a buscar uma forma de contribuição para a renda familiar; b) a elevação das expectativas de consumo ante a oferta de novos produtos ocorrida tanto pelas famílias de baixa renda quanto pelas camadas médias; c) a expansão da economia; d) a crescente urbanização; e, a aceleração do processo de industrialização, que favoreceu a inserção de novos trabalhadores no mercado, inclusive, de trabalhadoras e que repercutiu sobre o nível e a composição interna da força de trabalho.

Conforme afirma Lobo (1990),

Vários caminhos apontam para as formas históricas e culturais das relações de trabalho e ainda para a relação de trabalho como interação que envolve subjetividades. O Gênero é uma das dimensões destas subjetividades. Quando a relação de trabalho se cristaliza ou se universaliza as estratégias empresariais e as práticas de trabalho, tornam-se efeitos de lógicas abstratas apenas adjetivadas na vida cotidiana. (LOBO, 1990, p.154)

A divisão sexual do trabalho, se depara hoje, com um estatuto, tanto de uma operação física como, também, como prática de gestos e linguagens, que vão se adjetivando pela vida cotidiana. O Gênero, confirma, “aponta então para esta nova questão que persegue a sociologia do trabalho: a redefinição da própria relação do trabalho” (LOBO, 1990).

Aqui coloco Lobo (1990) e Alves (2002), ambos estudiosos do mundo do trabalho. A primeira mirando suas reflexões no âmbito de uma sociologia do gênero e trabalho; o segundo, se voltando para as configurações mais estruturais do chamado mundo do trabalho, dedicando-se à reestruturação produtiva e seus impactos da vida das classes trabalhadoras.

Partindo de interesses diferentes, encontram-se, justamente, na relação entre o que a autora aponta como redefinição da relação (leia-se interação) do trabalho e as subjetividades. Abordada por ambos, em momentos diferentes, mas, com preocupações que se encontraram na linha do tempo do complexo da própria reestruturação produtiva, salientado por Alves (2002), que tem como ponto alto da lógica toyotista, a tentativa de capturar a subjetividade da força de trabalho, como um novo tipo de envolvimento estimulado, adequada à base técnica da produção de mercadorias, ressalta:

A "socialização" do toyotismo tende a ser, sob a mundialização do capital, totalmente dessocializadora, debilitando a perspectiva (e a subjetividade) de

classe (implicando, desse modo, uma "corrosão do caráter", conforme a expressão utilizada por Sennet em seu estuodoseminal sobre o capitalismo flexível). Ela aparece, portanto, como o avesso dasocialização do fordismo com sua promessa de "integração" (ALVES, 2002, p.153).

É nessa perspectiva que adentro na relação entre cultura-tempo e cotidiano, como forma de conectar a mulher-operária em uma zona de permanente expansão industrial, à produção do tempo, com suas continuidades, repetições, interrupções. O tempo dentro do tempo e a mulher-operária, também, como autora desse tempo.

As relações sociais estabelecidas no que convencionamos chamar mundo do trabalho, em suas esferas pública e privada, repercutem de formas diversas nos modos de como as sociedades se produzem, ao mesmo tempo em que são influenciadas pelas transformações econômicas que se estabelecem na vidasocial. Há um movimento dialético de interação permanente que tem no avanço industrial-tecnológico que tem na máquina um balizador da disciplina do tempo e do modo de produzir. A trabalhadora de Horizonte, ex-agricultora, deixa a enxadae migra para o uso da máquina.

Uma hiperindividualidade, autônoma e robotizada, que parece ignorar seu lugar na (re) produção da vida, das ideias, das estruturas. Seres falsamente desconexos e desconectados, alçados ao patamar de indivíduos solitários, donosde vontades e desejos próprios, de fácil descarte.

3.2 O Encontro da Epistemologia Feminista com os Conceitos de Labor e Trabalho em Karl Marx e Hanna Arendt

Analisar a trajetória de mulheres trabalhadoras é dar visibilidade ao que acontece nos bastidores da História oficial, legitimada pelas classes dominantes. Retomo os conceitos de Trabalho e Labor em Marx (2007), quando esse o trata de forma diversa e inconclusa, ao mesmo tempo, deixa clara sua fundamentação emque estas se fundam na divisão social no interior de um modo de produção.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própriaconsequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2007, p.10).

Para Marx, os seres humanos se diferenciam pela capacidade dos indivíduos de projetarem e de executarem uma atividade com a finalidade previamente idealizada. Por consequência, Marx compreende o trabalho como o mecanismo produtor dos indivíduos e das sociedades. Isso é claro na literatura básica marxiana.

No entanto, ao olhar para o Processo Civilizador em Horizonte, mediado pela chegada da indústria, precisei, a partir de Marx (2007), dialogar com Arendt (1995) com os conceitos de “labor”, “trabalho” e “ação”, trazido por Arendt em *Condição Humana* (1995), numa tentativa de vislumbrar aspectos mais próprios à vida moderna. Estava diante do fenômeno da feminilização do trabalho/labor, indissociáveis para Marx (2007) e interrelacionados para Arendt (1995).

Para Hannah Arendt (1995), em a *Condição Humana*, há três atividades fundamentais que caracterizam a vida em sociedade: “labor”, “trabalho” e “ação”. O labor é a atividade correspondente ao processo biológico do corpo humano, relaciona-se com as necessidades vitais produzidas e introduzidas no processo da de produção da vida. O labor assegura a sobrevivência do indivíduo e a vida da espécie. O trabalho, ainda que não individualize o homem, permite a criação de objetos e a transformação da natureza, proporcionando a criação de um habitat distinto ao dos outros animais. Dirigido pela utilidade, permite ao homem demonstrar a sua habilidade e inventividade artesanal. A ação, por sua vez, é a única atividade que independe da medição da matéria e se correlaciona com a condição humana da pluralidade. É por meio da ação que os homens são capazes de demonstrar quem são (ARENDR, 1995).

Trazer Marx(2007) e Arendt (1995), me concede uma chave-analítica importante, por um lado, o conceito marxiano de Trabalho/ Labor, duplo e de indissociável caráter. Arendt, ao separar “trabalho”, “labor e “ação” me permite pistas para a construção de uma espécie de **feminilização do labor** (grifos meus), tendo em vista a investigação do conceito de Trabalho, na era moderna.

Esta dualidade conceitual proposta por Arendt fornece, sob o aspecto filosófico, maior compreensão do que seja trabalhar no MundoModerno. Isso porque esta diferenciação evidencia o “ato de trabalhar” na perspectiva individual e da espécie. Ou seja, a ideia de trabalho desenvolvida pela autora é capaz de contemplar o significado que um indivíduo pode dar à sua atividade ao buscar construir uma obra que, concomitantemente, obtenha o reconhecimento na esfera pública e construa o mundo comum. (VACCARO, 2015, p.153)

O discurso das interlocutoras dialoga, na verdade com Marx (2007) e com Arendt (1995). Com o primeiro, na medida da centralidade dessa categoria como

produtora da sociabilidade humana; mas, com Arendt (1995), na dimensão individual, da produção dos indivíduos engrenados num sistema de produção que mutila a criatividade; contemplando a atividade desenvolvida por bilhões de indivíduos anônimos que têm o “trabalho” como mecanismo para auferir renda e gastar na esfera do consumo.

É sobre o anonimato do trabalho de sujeitos que constroem a história que dialoga com as interlocutoras. Arendt (1995) e seu conceito de *labor* me oportuniza compreender as representações que as trabalhadoras fazem de seus modos de existir a partir da condição trabalho. Algo que se aproxima de uma cidade construída muito pelas mãos de uma *mulher laborativa*, que estuda, trabalha, se diverte, chefia a casa, cuida dos filhos, num espaço territorial, modificado pela chegada da fábrica.

A Cultura do Trabalho Fabril está presente nos mais diferentes ambientes da vida doméstica e social. A convivência entre o que se convencionou chamar de velhos e novos hábitos, entre valores de antes e valores de agora, tudo, de alguma forma, derivando um novo modo de vida. São as indústrias que ao chegar no *sertão* e, com elas, a urbanidade que, por sua vez, abrem fendas no modo de pensar e agir mais típico daquela que até bem pouco tempo era chamada de “mulher do campo” ou “mulher do interior” e desenvolvia o seu modo de ser, numa relação espacial e temporal diferenciada.

O tema exige que eu enverede sobre as mudanças ocorridas nas diferentes formas de *saber* e *fazer*, do sujeito mulher-operária, na relação tempo- trabalho, tempo-cultura, tempo-cotidiano destas, ocorridas pelos deslocamentos territoriais, de emprego e moradia – especialmente - para outros ambientes de construção da vida social.

Para Marx, as classes se fundam na polarização direta entre produtores da riqueza e proprietários dos meios de produção. Tal abordagem clássica ao se deparar com as faces do capitalismo no século XXI, desenvolvido no interior dos rincões brasileiros e nordestino, enxerga uma outra configuração de classe trabalhadora; não por sua mobilidade na esfera das relações de produção; mas, pela elevação do índice de poder aquisitivo das grandes massas de trabalhadores. O que favorece ao consumo imediato, seja de bens materiais e/ou imateriais.

O trabalhador comum, que integra os extratos da chamada mão-de-obra barata é, diariamente, bombardeado por um discurso de ordem motivacional que o faz internalizar que ele, e somente ele, é responsável pela elevação de sua qualidade de

vida, no que tange o acesso a bens em geral. Nas fábricas, em Horizonte, e em boa parte das indústrias no cenário atual brasileiro e internacional, os trabalhadores são elevados à condição de colaborador, numa sentença de morte simbólica e identitária do “eu operário” que se desintegra das lutas sindicais, na convivência comunitária, se reservando à vida familiar e religiosa; em função do bom gerenciamento do patrimônio financeiro-familiar.

O operário é expurgado do corpo deste homem e mulher que adota, mesmo estando em funções mais subalternas, o espírito encarnado do colaborador zeloso pela empresa, da mesma forma que zela pela própria vida. O contexto ideológico da reestruturação produtiva, enxuta, que estabelece, inclusive, o tamanho da demanda e a expansão galopante do consumo é uma chave-analítica para compreender a reprodução das classes sociais na atualidade.

Ao mesmo tempo, em que classe social continua sendo a categoria por excelência que determina o acesso privilegiado a bens e recursos escassos (MATTOS, 2002), se configura como o lócus para a internalização de uma narrativa fetichizante que manipula o homem em exaustão.

O capitalismo manipulatório levou à exaustão os recursos de manipulação das instâncias intrapsíquicas do homem, pelas quais se constituem os consentimentos espúrios à dominação do capital nas "sociedades democráticas". O sócio-metabolismo do capital ocorre por meio do tráfico de valores- fetiches, expectativas e utopias de mercado que incidem sobre as instâncias intrapsíquicas. Na medida em que o toyotismo baseia-se em atitudes e comportamentos pró-ativos, a construção do novo homem produtivo utiliza, com intensidade e amplitude, estratégias de subjetivação que implicam a manipulação incisiva da mente e do corpo por conteúdos ocultos e semi-ocultos das instâncias intrapsíquicas. (ALVES, 2002)

Na fábrica, o discurso homogeneizante captura a subjetividade dos trabalhadores, controlando a força de trabalho e o trabalho vivo num movimento de sedução e convencimento dos trabalhadores, docilizando seus corpos e consciências e fazendo com que estes garantam os consentimentos mais espúrios em nome da produção. (ANTUNES, 1995).

A captura da subjetividade eleva o grau de consentimento dos trabalhadores e os coloca, ainda mais, em condições de vulnerabilidade frente à garantia do emprego. Alves (2002) chama atenção para o alcance da “precarização do trabalho” que passa a ser uma “precarização do homem que trabalha”,

A precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria

não apenas “precarizaçãodo trabalho” no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também, “precarização do homem que trabalha”, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico. O que significa que o novo metabolismo social do trabalho implica não apenas tratar de novas formas de consumo da força de trabalho como mercadoria, mas sim, novos modos de (des)constituição do ser genérico do homem. (ALVES, 2002)

Alves (2002), destaca que essa redefinição do conceito de precarização do trabalho, contribui para a exposição de novas dimensões das metamorfoses sociais do mundo do trabalho, salientando, nesse caso, a dimensão da barbárie social contida no processo de precarização do trabalho nas condições da crise estrutural do capital.

Horizonte e seu pólo industrial obedece a uma lógica de divisão do trabalho que reforça as desigualdades entre as diferentes regiões brasileiras. No Ceará, a política de interiorização da indústria, contou com a atração de empresas que se instalaram aqui em busca de mão de obra barata. O discurso modernizante e de promoção da indústria no Ceará embora tenha seus primórdios na gestão do então Governador Virgílio Távora, que desde a década de 1940 já professa a necessidade do Ceará se modernizar por meio da indústria, ganha força hegemônica, política e econômica na chamada “Era Tasso”.

A nova fase de acumulação capitalista no estado do Ceará tem no CIC (Círculo Industrial Cearense), a personagem que encarna o espírito modernizante e mudancista de sua liderança maior, Tasso Jereissati. Muito já foi escrito sobre o papel desse período para o desenvolvimento do estado do Ceará e as transformações que a “Era Tasso” promove na configuração das classes sociais no Ceará, com a ascensão ao poder de uma burguesia industrial representada, eminentemente, por jovens empresários.

Trago parte dessa discussão para o corpo da tese como forma de estabelecer as conexões de como a visão modernizante do Governo das Mudanças tem alcance ideológico na dominação de classe. Gramsci (2002) tanto preserva o pensamento marxista como revela que a dominação também se apresenta como ordem ideológica e político-cultural. No caso cearense, estabelecendo uma nova ordem de dominação estabelecida como consenso, potencializado, hoje, pelo que já tratamos como “capitalismo manipulatório” que promove, como citado anteriormente, consentimentos cada vez mais espúrios por parte da classe trabalhadora, dominada tanto por coerção como pelo aparelho jurídico do Estado Orgânico que como já defende Gramsci, participa intrinsecamente, desse processo.

Não há como discorrer sobre as transformações da cultura do trabalho no Ceará sem nos remeter a esse momento histórico do desenvolvimento político e da classe trabalhadora cearense. A elite empresarial que assumiu o poder político do estado construiu uma ideia hegemônica de enxugamento da máquina pública; que precisava ser menor em quantidade de servidores; ao mesmo tempo, que precisava ter mais habilidade e precisava agir dentro dos princípios da eficiência e eficácia.

Potencializa-se um discurso que se capilariza às custas de uma narrativa de rompimento com as práticas patrimonialistas e clientelistas até então, exclusivas dos chamados governos tradicionais, dos coronéis que antecederam Tasso Jereissati. No entanto, tais práticas continuaram a permear a estrutura burocrática do estado, a chamada modernização conservadora; conservadora pelo seu trato com os diversos grupos políticos contrários ao projeto neoliberal que aqui se desenvolvia; modernizante, no tocante à diminuição do estado, no intuito de fazer com que o estado fosse gerido de forma empresarial.

Tais características vão impactando a formação desse “novo” trabalhador cearense que se despede da enxada e precisa aprender a lidar com as máquinas. A Fábrica chega sob a égide do desenvolvimento, promovendo um discurso de esperança frente aos altos índices de pobreza presentes no interior cearense. No entanto, a indústria fixa parte da população cearense, em postos de mão de obra barata.

A mulher operária, personagem desse romance, tem um lugar determinado, sim, por sua posição de classe na produção. Mas, esse “problema” não pára nessa análise; nem tampouco pode ser dirigido, apenas, às mulheres. Nós pesquisadoras feministas não podemos nos confinar em bolhas femininas e/ou feministas, precisamos dialogar sobre a pluralidade das relações sociais, nas mais diversas áreas do conhecimento.

Minha presença em campo aliado ao esforço epistemológico de me situar enquanto cientista foram cruciais para que eu pudesse compreender e refletir sobre cada indagação acima. Na contramão de meus receios, a experiência como militante-feminista me permitia transitar pelas trajetórias femininas em questão, acessando códigos, signos e comportamentos já experimentados no curso da militância e que, agora, sob o radar da pesquisadora que não se desvencilha de seu ofício político, ao mesmo tempo, que o incorpora ao repertório do percurso metodológico construído. Os escritos sobre Epistemologia Feminista apresentaram o conhecimento como algo

sempre situado, posicionando-se contra a objetividade e a neutralidade, resgatando o papel da emoção e da experiência feminina na produção do conhecimento científico. *A imparcialidade, nesse contexto, não é possível, nem sequer desejável, especialmente porque se encontra comprometida com a mudança social* (NARVAZ; KOLLER, 2006)

A complexidade da investigação feminista envolve a preocupação com todo o processo de condução da investigação. As preocupações comuns das diversas epistemologias e metodologias iniciam com a escolha do delineamento a ser utilizado na pesquisa, uma vez que diferentes métodos conduzem a diferentes resultados. Os pressupostos epistemológicos, ontológicos e éticos implícitos nos delineamentos de pesquisa têm implicações políticas, podendo estar a serviço de interesses diversos. (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.231)

O caminho me pareceu irreversível. Eu estava diante do desafio de uma investigação científica feminista. Definida pelo elevado grau de preocupação como meu lugar como investigadora na relação com as participantes e com o impacto da investigação na vida das personagens desse romance, levando em consideração, ainda, a relação desigual entre pesquisadora e interlocutora precisava ser trabalhada de modo a ser validada e reconhecida, partindo do pressuposto de que as interlocutoras são as verdadeiras especialistas em suas experiências (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Matilde e suas múltiplas faces me permitiram colocar em debate, autores de tradições filosóficas e sociológicas diferentes, mas que, paradoxalmente, compõem um mosaico teórico mais polissêmico, distante das ortodoxias economicistas e/ou culturalistas, ou mesmo, de conceitos amorfos, fixados como verdades absolutas. Destaco, nessas condições, os conceitos de trabalho egênero, em especial. Alvos de disputa permanente seja por legitimidade acadêmica, seja por legitimidade da militância política.

Com seus olhos cheios de mar me fez navegar entre o vai vem das ondas em mar revolto, me fez romper resistências teóricas e metodológicas, me abrindo possibilidades de compor um repertório mais fluido, rico de interpretações. Ela e sua vida singular e coletiva me proporcionou o reencontro com a literatura feminista, encoberta muitas vezes pelos mais diversos tipos de pragmatismos e deu voz a uma epistemologia feminista que olhasse para o conjunto das experiências vivenciadas pela “nova” classe trabalhadora em Horizonte.

Ao constituir Matilde me confronto com àquelas que parecem saídas de histórias, casos, contações distantes que sempre se escuta sobre a vida e o cotidiano

da mulher trabalhadora. Ao “chegar perto” para construir o objeto de pesquisa, meu desafio foi o de compor a imaginação sociológica (MILLS, 1978), vigilante quanto às leves, tênues e, ao mesmo tempo, marcantes e sedutoras fronteiras e confluências entre ciência e política, entre teoria e prática. Matilde me fez pensar sobre mim mesma.

4 ROSINHA - MODO DE VIDA, HABITUS E COTIDIANO NA CIDADE-FÁBRICA

Em Rosinha, exploro a composição do *habitus* industrial na Horizonte. Rosinha é uma mulher jovem, tem apenas 21 anos de idade. Filha mais velha de Aurora, negra, filha de agricultores de um distrito, distante 20 km da sede do município. Diarista em Fortaleza, Aurora é lavadeira e faxineira “em casa de família”. Criou Rosinha sozinha até a menina completar 14 anos. Foi então que “arrumou um bom rapaz” e casou “no padre e no juiz”, fazendo a vontade da mãeque, embora, gostasse muito de Rosinha, não admitia o fato da menina não ter o nome do pai na certidão de nascimento. Com o novo companheiro, torna-se mãe de gêmeos, um menino e uma menina, que hoje estão com seis anos de idade. A família de Rosinha e Aurora vive em Horizonte há 21 anos, desde que Aurora teve que sair do povoado, a fim de “*não ficar mal falada*”.

O pai era um caminhoneiro, segundo Rosinha, *vivedor* e que *gostava de andar pelo mundo*. “Meu pai e minha mãe namoraram menos de uma semana e ele caiu na estrada de novo... nunca mais minha mãe soube dele e ele nunca soube que eu existia... acho que foi melhor assim”, diz isso com os olhos de decepção e um leve sorriso no rosto, um misto de alívio e curiosidade; receio e vontade de saber mais sobre esse homem que povoa sua imaginação e mora em terras distantes, conforme a versão contada por sua mãe.

Rosinha é uma menina esperta, cheia de vida e de muitos amores; *namoradeira*, como ela mesmo se intitula. Gosta de estudar, sair com as amigas. É muito companheira de sua mãe, compartilhando o cuidado com a casa e os irmãos mais novos; jornada que acumula com as 8 horas de trabalho na fábrica eo curso superior, ministrado por uma faculdade instalada no município.

A jovem garota expressa a identidade de uma geração que desconhece o trabalho na enxada e já entra no mercado de trabalho conduzido pelas “mãos nada silenciosas” do parque industrial do município, fruto da chamada modernização incompleta (PARENTE, 1998) da Era Tasso Jereissati, como governador do estado do Ceará que ao desenhar a interiorização da indústria, a faz com atração fiscal a grandes empresas que deslocam seus setores mais populares a fim de empregar mão-de-obra barata em terras longínquas do nordeste brasileiro.

Aos 21 anos, Rosinha estuda e trabalha muito. Ela se expressa muito bem e tem uma postura política mais avançada do que as demais entrevistadas. É evangélica, adora música sertaneja, deseja casar antes dos 30 anos e ter, pelo menos, dois filhos; um menino e uma menina. Em seu discurso, chama a atenção a forma como organiza seu pensamento sobre família, trabalho, vizinhança, vida afetiva, política. A racionalidade do trabalho na fábrica está presente na forma como se expressa no mundo, tensionada pela convivência com mulheres de gerações diferentes que não internalizam tais particularidades, com a mesma “facilidade”. Há resistência de Rosinha em não se apresentar para o mundo de maneira mais racional; há resistências das demais entrevistadas em romper com as formas passadas de viver em comunidade. Elas acabaram por se constituir como uma espécie de personagem híbrida, entre um passado que existe na memória coletiva da comunidade e o presente que se impõe, mudando a relação dos indivíduos entre si e com a cidade. As formas passadas de acesso e convivência na cidade é remodelada pela ordem da *cidade disciplinar* (RAGO, 1988). Fábrica, família, infância, sexualidade, disciplina, higiene, educação e mulher misturam-se com poder, resistência, moral, gestão, pureza, trabalho e norma. As normas fabris espraiam-se pela vida na cidade; há a cultura organizacional da fábrica; mas, há a cultura dos trabalhadores com seus usos e contra-usos que as (os) trabalhadoras (es) fazem dessa Horizonte e de suas dimensões material e imaterial.

Rosinha, é filha de uma Horizonte muito diferente daquela que acolheu seus avós, retirantes vindos dos sertões do estado de Alagoas e foi berço para sua mãe e boa parte de seus tios e tias. Rosinha é muito simpática e querida por vizinhos e vizinhas que a viram crescer, sendo criada por sua mãe, solteira e ainda muito jovem. A menina que corria as ruas de Horizonte, empinava pipa, subia em árvores e tomava banho do chamado Riacho Mal-Cozinhado, não se relaciona mais na cidade da mesma forma que se relacionava em sua infância e adolescência. Como ela mesmo diz:

não consegue mais frequentar a rua, as cadeiras na calçada e a praça como antigamente. Prefere, a Igreja e o circuito de lazer organizado por seus superiores. “Dá mais respeito, sabe Nágyla... as pessoas falam demais da vida alêa. Prefiro ficar na minha. Mas, se for pra ajudar, eu ajudo, sim; sem problemas. Só não quero ninguém entrando na minha casa ou no meu quarto, como minha mãedeixa. Eu até entendo, foi a forma que ela foi criada”(pausa)

Aproveitando sua pausa, a abordagem: E você foi criada de maneira diferente?

Ela responde: “*Não, fui criada desse mesmo jeito; mas, acho errado. Na empresacada*

um tem seu lugar; na minha casa, também tem que ser assim.” Me dizia tudo isso com um sorriso sereno no rosto e escutando a dupla de mulheres sertanejas da atualidade, Mayara e Maraysa, na playstore do smartphone de última geração, comprado em suaves prestações, num shopping popular em Fortaleza. Rosinha era meu encontro com o habitus industrial introjetado na novageração de trabalhadoras e trabalhadores em Horizonte.

A menina de 1,68, cabelos alisados por produtos químicos, de pele negra e olhos escuros bem vivos, acorda por volta de 4 horas da manhã para que possa se deslocar no transporte garantido pela fábrica. Acorda e já começa a dividir com a mãe, o trabalho para deixar a casa em ordem e o almoço feito. Saí antes da mãe que a leva até o ponto do ônibus e fica aguardando a chegada do transporte, como forma de não deixar a filha sozinha, a mercê dos perigos próprios da cena urbana. *“São só 3 quarteirão; mas, a gente nunca sabe o que pode acontecer. Pra fazer o mal num tem hora não, viu?”*(Aurora, mãe de Rosinha, depoimento, 2016).

Por algumas vezes, acompanhei Rosinha e Aurora, de casa ao ponto do ônibus. Moram na periferia da cidade, numa zona mal servida de saneamento básico, iluminação pública e pavimentação. O imóvel que moram é próprio e tem titularidade no nome de Aurora.

Comprei o terreno com meu suado dinheirinho, Nágyla. Dinheiro de muita casa que limpei e muita roupa que lavei e engomei... Com o tempo, comecei a levantar. Hoje, ainda não tá do jeito que quero. Mas, num é possível que até o dia d'eu morrer, eu não consiga deixar ela do jeito que eu quero. Já disse à essa aqui – aponta pra Rosinha - que caminha, um pouco à nossa frente com o fone de ouvido: Essa casa é sua e dos seus irmãos, não pode vender, vou deixar no meu testamento essa regra.... Não aguentaria ver minha casa que tanto lutei pra conseguir sendo vendida por um filho. Fazer isso é não ter respeito por tudo que eu passei e passo pra criar vocês. Ela tá avisada, Nágyla.

As palavras firmes de Aurora pareciam calar Rosinha que escutava com atenção, mas, não comentava a não ser com um lívido sorriso de quem já havia escutado àquela “ordem” em outras ocasiões. Um misto de respeito e da falta de compreensão sobre a vida da própria mãe.

O ônibus chega ao ponto de embarque por volta de 5h30. Rosinha é uma das primeiras a subir na condução. Despede-se da mãe que a abençoa e deseja um bom dia de trabalho. Segue sentada à janela, lendo ou ouvindo música com fones nos ouvidos. Parece esquecer que o mundo existe. De vez em quando, cochila; de vez em quando, conversa um pouco comigo e/ou com as companheiras de trabalho. A maioria

das trabalhadoras segue caladas; ouvindo música, lendo uma bíblia de bolso, ou ainda, folheando revistas de venda de perfumes, cosméticos e produtos de cama, mesa e banho ou ainda, aparando as unhas das mãos com aquelas cerrinhas populares. Uma ou outra conversa com o motorista e no mais seguem caladas.

A rotina da fábrica não espera que elas cheguem ao trabalho. Passa a tomar de conta da forma como lidam consigo e com o mundo.

Seguem ainda com sono e cansadas pelas poucas horas de descanso e pelo começo de dia já extenuante por conta dos afazeres domésticos das primeiras horas do dia de trabalho. As mais novas e que ainda estudam, aproveitam a viagem atualizar algumas leituras e tirar dúvidas umas com as outras sobre o conteúdo trabalhado em sala de aula. Muitas delas são companheiras de linha de produção e de sala de aula.

Por volta de 7 horas, o ônibus está chegando ao destino final. Desembarcam cerca de 40 pessoas, em sua maioria, mulheres entre 18 e 35 anos, mães e chefes de família, com filhos de mais de um relacionamento. Rosinha desce do ônibus, mas, antes retoca o batom e prende o cabelo. Elas, em geral, andam sem bolsas, algumas com sacolas plásticas, onde carregam algum documento, o crachá, ou até mesmo textos xerocopiados. Andam sem bolsas e com poucos adereços.

Chegar à fábrica parece, ao mesmo tempo, liberdade e disciplina. Umas conversando umas com as outras; outras mais caladas e em passos apressados. Chegaram a seu emprego e isso é, sim, motivo de orgulho para elas. São centenas de mulheres que entrando em seu local de trabalho, parecem esquecer do mundo que deixaram lá fora.

Depois que descia do ônibus com elas, dificilmente, eu tinha mais tempo para conversar, dialogar; minha tarefa de pesquisadora assumia um papel mais nítido, ainda, de observação dos gestos, das expressões. A entrada é rápida, não podem perder tempo; precisam se colocar a postos em seus locais de trabalho. O hábito disciplinante internalizado é percebido nos mínimos gestos, numa espécie de *economia emocional* (MATTOS, 2002) que racionaliza o trato com o mundo e modela a personagem do processo civilizador em Horizonte.

4.1 Da enxada à máquina: O processo de formação da “nova” classe operária no Ceará

Chegar na *Horizonte Industrializada* fez com que eu me reencontrasse com os clássicos sobre a “Formação da Classe Operária” (THOMPSON, 1978). Em sua trilogia, Thompson traz a articulação demarcada por uma análise de vários processos formadores da ação humana. Sua intenção é oferecer uma análise em que “classe social” seja compreendida como uma formação social e cultural. Tal abordagem orientou minha pesquisa, já que parti do pressuposto Thompsoniano do conceito de classe social como fenômeno, também, histórico e cultural; compreendida como uma relação social em que indivíduos ocupam esse papel social (THOMPSON, 1978).

Pois estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerado período histórico. (THOMPSON, 1978, p.12).

As contribuições de Thompson (1978) se enriquecem por partir do pressuposto de compor um repertório que destaca as vertentes culturais do comportamento operário. À época coincidia com a literatura de Raymond Williams (1978, 1979, 1989) que lançaria as bases para o que mais tarde passou a ser denominado de estudos culturais. Williams, entre os anos de 1950 e início da década seguinte, passa a propor uma abordagem que suscita uma dupla inquietação: por um lado discordava do que denominava de visão empobrecida do marxismo, que relegava à cultura, imediatamente, à superestrutura da vida social. Por outro lado, igualmente, se distanciava do que chamava de visão idealista de artistas em geral, para os quais a cultura era um produto de mentes bem educadas, uma espécie de correlação direta entre cultura e erudição, onde um conceito é compreendido quase como sinônimo do outro.

Richard Hoggart, é reconhecido como o fundador dos “estudos culturais” frente às transformações na cultura operária em decorrência da chamada “indústria cultural”. No entanto, Hoggart (1973) destaca a permanência de padrões de comportamento e valores tradicionais de classe trabalhadora operária inglesa. Hoggart tinha proximidade a vida operária, já que remetia à sua própria origem social. O autor tinha como foco de preocupações, a análise da circulação e repercussão de livros e periódicos, denominados como populares. No entanto, sua obra abraçou de

forma densa a produção de uma rica descrição etnográfica da vida familiar e comunitária do operariado inglês. Uma leitura de classe sobre as disposições do operário britânico frente às novas situações em que estavam submetidos.

Em *A Formação da classe operária*, Thompson respondia a uma dupla problematização: a de questionar os aspectos quantitativos da história econômica, como o que ele denominava de marxismo dogmático. (THOMPSON, 1978). A efervescência dessa arena de debates aliado à militância política de Thompson e a seu exercício como professor de jovens e adultos de origem operária compôs uma obra que enfatiza a dimensão cultural da classe, com rica análise dos modos de vida da classe trabalhadora. Thompson (1978), se dedica a revolver uma outra forma de se pensar a sociabilidade, mediada pela formação da classe operária. *O fazer-se da classe operária é histórico, político e econômico*. (THOMPSON, 1978)

Nessa perspectiva, há o desenvolvimento e novos modos de vida, aqui compreendidos como Cultura (WILLIAMS, 1978). A interface entre Cultura e Trabalho na passagem de uma *sociabilidade da enxada à sociabilidade da máquina*. Para tanto, é necessário investigar a forma como esse vai se estabelecendo e produzindo uma outra configuração histórica.

O estudo desses mecanismos de integração, porém, também é relevante, de modo mais geral, para a compreensão do processo civilizador. Só se percebermos a força irresistível com a qual uma estrutura social determinada, uma forma particular de entrelaçamento social, orienta-se, impelida por suas tensões, para uma mudança específica e, assim, para outras formas de entrelaçamento, é que poderemos compreender como essas mudanças surgem na mentalidade humana, na modelação do maleável aparato psicológico, como se pode observar repetidas vezes na história humana, desde os tempos mais remotos até o presente (ELIAS, 1993, p. 195).

Aqui, me remeto às transformações na estrutura da personalidade, discorrida por Elias. Para dialogar com tal questão, um fator a ser destacado é o do autocontrole que passa a ter um papel/ função cada vez mais relevante à incorporação da ética do trabalho fabril, que impõe às sociedades modernas, o trabalho como um valor nuclear e integrador (BECKER, 1999). O autocontrole é fruto do processo civilizacional. O Ser-Operária torna-se capaz de controlar seus impulsos, suas paixões, seus desejos. Uma espécie de autocontrole que tem na disciplina um projeto civilizatório que organiza as pessoas, organiza a espacialidade urbana, organiza a subjetividade das operárias e operários. Nessa configuração histórica há um favorecimento ao autocontrole. As figurações das convenções sociais orientam o indivíduo.

Aqui, hoje, nossa vida melhorou muito. Eu lá queria morrer na enxada!!! (pausa). Agora a gente tem que viver de outro jeito, sabe, né? O nosso comportamento tem que ser outro. Num pode mais ser matuto, não. Eu, agora, tenho carteira assinada, hora pra trabalhar e um salário no final do mês. Ainda estudo e cuido da casa. Faço minhas compras e tenho dinheiro pra poder pagar. Antigamente, na roça, a gente num sabia nem o que era conforto. (Depoimento fevereiro, 2016)

Para Norbert Elias (1998), o processo civilizador constitui uma mudança a longo prazo na conduta e nos sentimentos dos indivíduos em sociedade. Para o autor, não haveria um planejamento prévio dessas pessoas em relação às mudanças, às transformações; nem mesmo a civilização é resultado de uma ação racional e planejada. O que importa para a Sociologia Elisiana é a direção desse processo em que os indivíduos interdependentes em sociedade, atuam em configurações históricas específicas e mutantes. Para o autor as necessidades e desejos individuais precisam ser satisfeitos, mas, não podem estar desconectados das sanções e regramentos sociais.

Na Horizonte industrial, com um Habitus industrial, internalizado pelos sujeitos envolvidos nessa teia de relações sociais, econômicas e culturais; é necessário destacar que a teia de ações tornou-se mais complexa, intensa e extensa, o que faz com que as subjetividades, em nível pessoal e coletivo, se esforcem para se comportar corretamente. Aqui, há o autocontrole do indivíduo e as relações sociais postas pelas instituições sociais estabelecidas. A Fábrica em Horizonte é uma instituição estabelecida, como Thompson aborda o conceito de fábrica, consolidada que modela a formação de uma classe operária, ainda recente historicamente, mas, que vai se constituindo enquanto classe, tanto na perspectiva de enfrentar as imposições das classes dominantes, bem como, propondo e vivenciando sua cultura e formas de resistência política. (THOMPSON, 1978)

A chamada “nova” classe operária em regiões industrializadas do interior cearense, a partir da agenda mudancista do projeto neoliberal dos anos de 1980e 1990, mostra-se como uma configuração histórica e cultural, dialogando com o que Thompson aborda ao defender que “a classe é uma relação, e não uma coisa”, sendo definida pelos próprios homens enquanto vivem a história. A chamada *nova* classe operária cearense, àquela oriunda dos processos de implantação da agenda neoliberal no nordeste brasileiro que tem o Ceará, no então “Governo Das Mudanças”, um laboratório para implantação da agenda do Estado Mínimo, tendo como uma de suas faces o projeto de interiorização da indústria; levando à Região

Metropolitana de Fortaleza e ao interior do estado, indústrias nacionais que destinavam para cá a produção em massa que necessitava dos incentivos fiscais oferecidos, bem como de nossa mão-de-obra barata, oriunda de um contexto agrícola e pecuário, sem passado industrial.

Mais do que compreender o advento da indústria em Horizonte, a pesquisa se debruçou em compreender as conexões entre modo de produção industrial e modo de produção da vida entre os trabalhadores, destacando o papel preponderante que a mão de obra feminina tem como espelho do processo *industrial - civilizador* daquela região. Compreender no que a indústria havia transformado o modo de vida dos trabalhadores, numa leitura dialética de como a vida passa a ser produzida, num ritmo de trabalho diferenciado, numa relação espaço-tempo mediada, agora, pela presença da fábrica como fruto de uma política sob regimes de produção radicalmente diferentes de até então, naquele município que era agrícola e sobrevivia de pequenas atividades comerciais.

Seguindo o raciocínio de Thompson (1978), as classes sociais como formações sociais e históricas não podem ser compreendidas de maneira estanque. A Horizonte com a qual me deparei tinha uma classe trabalhadora oriunda do trabalho agrícola e do pequeno comércio. Essa Horizonte oferece à indústria que chega à cidade um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que vão se tornando operários e operárias, configurando-se no desenho urbano que também vai se modificando, a si mesmo, uns aos outros e ao próprio cenário de constituição da urbe, em suas dimensões econômica, cultural, espacial e política.

No começo, a gente via muita gente saindo dos distritos pra vir pra cidade, às vezes, as pessoas até vendiam o que tinham pra sair do distrito e vir pra sede. Horizonte mudou muito desde dessa época. A cidade encheu de gente e quem vivia da sua terrinha, passou a viver do trabalho da fábrica. Eu acho até que foi melhor, sabe. A gente vivia meio isolado do mundo. Com a fábrica é como se a gente soubesse do que tá acontecendo e os pessoal também sabem que a gente existe. (Aurora, depoimento, 2016)

Thompson (1978) defende que a reflexão acerca da constante transformação da experiência operária deve levar em conta que estas se movem em várias direções, entrelaçadas às particularidades do processo histórico vigente. Para o autor é um erro de interpretação histórica, tentarmos enquadrar as classes sociais, e as experiências por elas vivenciadas, num modelo em que estejam descoladas das particularidades do processo histórico, percebendo-as de forma fixa e imutável.

A experiência, segundo o autor, é uma resposta tanto mental como

emocional, seja de um indivíduo, seja de um grupo social a um conjunto de elementos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. A experiência não pode ser tomada, apenas, nas representações cognitivas que as pessoas têm na sua forma de ser; mas, também, no âmbito do que vivem, sentem e atuam. A experiência é um processo, para Thompson (1978).

A classe operária que é gestada em Horizonte já nasce sob o signo incipiente de uma espécie de *laboratório* do neoliberalismo implantado no Ceará, que mais parecia um complexo híbrido entre o capitalismo industrial do século XIX comandado pelos donos das fábricas e do modelo capitalista do século XX, caracterizado pela implantação de modelos de gestão de trabalho que visam a acumulação que possibilitou produção e consumo em larga escala, sob o signo de rápidos e intensos avanços tecnológicos, contando com o Estado como indutor desse território de desenvolvimento. Esse é o esteio no qual se desenvolve a experiência dos trabalhadores e trabalhadoras em Horizonte que saem do manejo com a enxada e se encontram com o desafio de manejar uma máquina e todas as transformações de condutas que esta trazia consigo. A experiência, segundo Thompson, é um processo, sob o ponto de vista dialético. Experimentam situações de vida; mas, também as interpretam, as sentem, as internalizam e as reproduzem na medida em que os indivíduos, embora, não tenham autonomia sobre sua realidade; elaboram acerca do vivido, do sentido; estabelecem crenças, expressam desejos, têm interesses e necessidades, por onde, também constroem seus processos de vida e de cultura (BORSOI, 2005).

O Pólo Industrial de Horizonte se perfila como um território econômico-político e cultural que abriga um conjunto de práticas de produção, gerenciamento da produção e acumulação que alia ditames tayloristas-fordistas-toyotistas (ALVES, 2002) sob o signo do “novo”, do “modernizante”, do “inovador”. O que há, de fato, é ainda um modelo de fábrica que transita entre as chamadas “velhas” formas de produção e gerenciamento e os “novos” modelos de gestão que inclui um receituário enxuto para potencialização da produtividade.

A Fábrica se comporta como uma *instituição semi-total* (GOFFMAN, 2001), pois embora, os trabalhadores e trabalhadoras não passem todo o seu tempo físico dentro da fábrica, é a Fábrica ou a Empresa, como é chamada por muitos, que opera o ritmo de seus tempos e sua relação com o espaço urbano, fabril e doméstico.

A classe operária pressupõe uma relação entre fenômenos econômicos,

culturais e sociais, o que lhe confere uma natureza marcadamente dinâmica. Para Thompson (1978), a consciência de classe, linha de partida para sua formação, advém da partilha de experiências intrínsecas à condição de trabalhador, mediadas culturalmente, que se ligam às relações de produção, mas não se encerram aí; de forma que questões relativas à vida dos trabalhadores dentro e fora do local de trabalho, nas vilas operárias ou outras habitações; à solidariedade e laços de vizinhanças; às organizações: partidos, sindicatos, associações; às manifestações e greves; ao lazer operário; às mulheres e juventude operária; tudo isso pode aparecer interligado e indivisível nos estudos sobre história do trabalho.

A industrialização no Ceará não se inicia com o chamado “Governo das Mudanças”, expressão para intitular o conjunto de transformações político-econômicas-sociais que representam a ascensão do Círculo Industrial Cearense (CIC), sob a liderança do jovem empresário Tasso Jereissati, em contraponto ao chamado “Ciclo dos Coronéis”, representado por Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals.

No Entanto, é no chamado governo do “Galeguinho dos Zói Azul”, descrição que o então candidato Tasso Jereissati encarna como uma personagem que deveria se diferenciar dos que lhes antecederam na chefia do poder executivo local; bem como se diferenciar do povo do Ceará, como um verdadeiro “Príncipe” (MAQUIAVEL, 2010), de um mundo distante do dos coronéis, um empresário, um homem já rico e bem sucedido que levaria o Ceará a dar às costas ao passado do atraso agrícola e de base industrial precária, se integrando ao ambiente do desenvolvimento industrial moderno gerenciado, agora pelo Centro Industrial do Ceará que logo passa a desenvolver uma feição diferenciada da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), fundada em 1950.

O CIC encarna o papel de agente modernizador do estado com a liderança do jovem Tasso Jereissati representando as mudanças necessárias à implantação do ideário neoliberal no Ceará, naquele momento histórico.

No Ceará, em geral, identificam-se três períodos de implantação industrial que correspondem a momentos distintos da divisão internacional e nacional do trabalho: o primeiro, inicia-se no finaldo século XIX e estende-se até os anos de 1950; o segundo, compreende os anos de 1960 até meados da década de 1980, quando começa um terceiro período, ainda em curso. (Amora, 2007)

O último tem maior relevância para a pesquisa, devido às ações

“modernizadoras” e impacto no território; as idéias neoliberais e importância para a dinamização da RMF, devido aos fatores anteriores. O seu papel, na história cearense, é tão destacado que esse período passou a chamar-se “Era das Mudanças” ou “Governo das Mudanças” (FARIAS, 2009).

Farias (2009) ainda destaca as contribuições que o período coronelista no Ceará traz à economia local e de organização espacial do Estado, oferecendo as condições necessárias para o terceiro período modificar o perfil da economia cearense e implantar um conjunto normativo de produção, demanda e consumo, até então desconhecidos em nosso estado.

Virgílio Távora, o último dos coronéis, foi governador do Ceará nos anos de 1963 a 1966 e 1979 a 1982, implantando um moderno planejamento de estado, considerado vanguarda no país, à época, e que teve enquanto grandes realizações a consolidação de instrumentos de incentivo fiscal e obras de infra-estrutura que permitiram a vinda de indústrias para o estado, modernizou a máquina, formou e colocou técnicos no governo, inclusive em seu governo foram elaborados grandes projetos estruturantes, que previam a criação de distritos industriais, de uma siderúrgica e de uma refinaria de petróleo, além da construção de um porto. Idéias bastante avançadas para o período, para um coronel, e mesmo para um estado como o Ceará, que se encontrava em situação distinta da atual (uma economia basicamente agrícola, com relevância ínfima da indústria e serviços).

O primeiro mandato ocorre entre os anos de 1963 a 1966, por voto direto. O segundo período vai de 1979 a 1982, com indicação do presidente Ernest Geisel. Nesse governo, implantam-se importantes obras infra-estruturais, a exemplo do sistema Pacoti Riachão e da conclusão do I Distrito Industrial do Ceará e a energização rural. Além disso, Virgílio promove a construção de rodovias ligando cidades do interior, do Baixo Jaguaribe que, algumas décadas mais tarde, torna-se um “novo espaço da produção globalizada” no Estado do Ceará e atrai grandes grupos industriais como a Grendene. Embora as obras fossem em todo o Estado, prioriza-se a RMF, principalmente após sua institucionalização em 1973. As obras, nesse período, começam a conferir, a Fortaleza, as primeiras características de região metropolitana. Nesse sentido, podemos ainda citar a criação dos conjuntos habitacionais, iniciados a partir da década de 1970 e, desde então, não pararam mais devido à necessidade de suprir a demanda por habitação, intensificada pelas migrações. Em destaque inicialmente as cidades de Caucaia, Maracanaú,

Maranguape e Pacatuba, como as primeiras da região metropolitana a possuírem esta criação do capital para abrigar a mão-de-obra, diminuindo despesas com deslocamento e formando um mercado consumidor para os produtos, como destaca Bernal (2004). Nesse governo, começa uma das marcas das políticas de desenvolvimento adotadas no Estado e para o Nordeste: a política de incentivos fiscais, relacionada com a criação de ideologia que coloca a indústria como elemento capaz de promover transformação da economia, geradora de emprego e renda.

A política implantada pelo governo objetiva a transformação do Estado em III Pólo Industrial do Nordeste, fortalecendo o parque industrial, a implantação e a consolidação dos distritos industriais. Com essa finalidade, são criados mecanismos para liberação de recursos que possibilitam a concretização do III Pólo Industrial do Nordeste, entre eles, o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI) que, de acordo com Araújo e Carleial (2003), consegue ser mais eficiente que as ações empreendidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Banco do Brasil - BB, Banco Nacional de Desenvolvimento e Social - BNDES, Banco do Nordeste - BNB e outros órgãos que também oferecem recursos para empreendimentos. No entanto, a meta não foi atingida, pois os investimentos se concentram em atividades de certa tradição relacionada às vocações produtivas do Estado, dessa forma, ficaram concentradas nos setores têxtil, alimentar e calçadista. Essa rápida passagem é significativa na medida em que as obras vão dando, ao Estado, as primeiras condições para a constituição do atual arranjo espacial do Estado e da Região Metropolitana de Fortaleza.

4.2 Bourdieu e Lahire: um diálogo entre habitus, agência, disposições e reflexividade

O termo *habitus*, popularizado por Bourdieu, mas, criado por Norbert Elias é usado por este quando se refere tanto ao *habitus individual* quanto ao *social*. O *habitus social* constitui-se como o palco no qual florescem as características pessoais. A isso, Elias denominará de “segunda natureza” ou “saber social incorporado”. Aqui, não reside nenhum tipo de pensamento “essencialista” por parte de Norbert Elias. O que o autor defende é que com o passar do tempo, os novos padrões de comportamento deixam de ser conscientes para tornarem-se uma espécie de “segunda pele” – é a essa segunda natureza. É ao que se refere ao tratar das

mudanças de estrutura da personalidade.

Associado às mudanças na estrutura de personalidade, há um outro fator exponencial na direção do processo civilizador: o auto-controle em detrimento de um controle externo. O *saber-fazer* desses sujeitos em rede, com assimetrias de poder, internaliza um modo de vida, um habitus social, em que o controle próprio dos indivíduos, em situações determinadas historicamente, passe a desequilibrar esta balança. Com a chegada da indústria em Horizonte, o palco da civilização, as formas de se alimentar, de vestir-se, de comporta-se dentro e fora da fábrica; a lida com a casa, com os filhos; na vida social, afetiva, comunitária e religiosa ficam pressionadas aos padrões impostos pela nova forma de produzir a vida. Com o passar do tempo, as coerções externas parecem perder espaço para o habitus que já está inscrito nos indivíduos.

Sabe, no começo foi muito difícil. Eu via meus irmãos mais velhos com muita dificuldade de passar o dia fardado, com sapatos de cadarços ou botas. Pra quem era acostumado a trabalhar na roça, nu da cintura pra cima, de chinelo ou descalço e tomando uma cachacinha de vez em quando pra aguentar o tranco, foi uma mudança e tanto. Hoje, eu acho que eles nem se lembram mais de como a gente vivia. Tão acostumado, sabe. Eles, mesmo se cobram e reparam quando alguém num tá vestido como é pra tá, ou se alguém come de colher e não de talher; se alguém vai mal vestido pra Igreja. Hoje, não precisa ninguém mandar fazer. Eles fazem e já ensinaram aos filhos deles como é que tem que ser. (Depoimento, Aurora, mãe de Rosinha 2016).

O depoimento acima expressa as múltiplas Figurações nas quais os indivíduos estabelecem nas redes de interdependência que constroem. As mudanças nas formas de *saber-fazer* da vida individual e coletiva é marcada pelo que Elias denomina de auto-controle. Com o passar do tempo, a coerção individual é ainda mais presente do que as coerções externas. Isso se associa à mudança da estrutura de personalidade que me remete à estrutura de sentimento, elaborada por Williams (1978), como já visto anteriormente.

Dessa forma, os critérios para definir as “direções” dos processos civilizadores são: a mudança na balança entre coerção externa e auto-coerção em favor da última; o desenvolvimento de um padrão social de comportamento e sentimento que engendre a emergência de um autocontrole mais estável e diferenciado; e um aumento no escopo da identificação mútua entre as pessoas.

Expandir o olhar da pesquisa de forma a abordar como a cultura civilizatória da ética do trabalho industrial tem ingerência na construção dessa mulher trabalhadora, reverberando, inclusive, na sustentação de um discurso de

irreversibilidade do projeto industrial posto em prática. São elas, as trabalhadoras, as que mais “se queixam” e “defendem” essa nova forma de constituição da produção social.

Inspirada em Bourdieu e seu tratado sobre Campo e Habitus (1998) e no debate com Judith Bluter (2003), busco em Lahire (2002), sua Sociologia do ator plural. A abordagem do autor não se configura como uma espécie de sociologia com desenho metodológico individualista, mas, uma sociologia mais polifônica que permita mostrar as disposições (entendidas como variações individuais de esquemas de ação) assimiladas pelos autores no decorrer de suas trajetórias pessoais e coletivas. De outra forma, contextos sociais diferenciados podem articular e alavancar outras ações, projetando o indivíduo a determinada prática.

Se Butler (1998, 2003) e Bourdieu (2001) se aproximam no campo das práticas; Lahire (2002) e sua sociologia disposicional apresenta críticas importantes à noção de habitus em Bourdieu(2001) que acaba por se desdobrar no que se refere à capacidade de agência e de reflexividade do “homem plural”. Para o autor não há um sistema disposicional único que vai se transmutando para diferentes situações contextuais. Dessa forma, a crítica de Lahire (2002) ao conceito de Habitus é de que, apenas, em caso excepcionais há contextos de homologia das experiências sociais e das matrizes e contextos de socialização. A ideia de homogeneidade é dissipada, visto que o que ocorre são sociedades com forte grau de diferenciação, produzindo atores também bastante diferenciados.

Lahire (2004) defende que análises macrossociológicas permitem diálogo com dados empíricos. Na verdade, o autor vai na contramão das ideias de unicidade e/ou invariabilidade. Nesse raciocínio, as personagens desse Romance não são casos particulares do real; mas, ilustrações de um caso em particular, retratos sociológicos situados historicamente. Os conceitos de *habitus* à cultura do trabalho e modos de vida dessas mulheres compõem o repertório de uma experiência industrial diferenciados. O perigo inverso ao absolutismo subjetivista é alertado pelo próprio autor quando esse toma o cuidado em frisar que contextos diferenciados produzem atores com experiências diferenciadas.

Organizo as lentes mais imediatas para dar tratamento às trajetórias narradas pelas operárias que sem mudar de classe social, continuam como trabalhadoras na relação entre capital e trabalho; mas, afetadas por uma espécie de transferência de valores (MATTOS, 2002), de uma visão de mundo que se incorpora

aos corpos disciplinados e prontos para a produção. O social é anterior, no entanto é necessário indivíduos para acioná-lo.

Minha preocupação também era de cair na armadilha de um empirismo absoluto “*que já não apreenderia senão uma pulverização de identidades, de papéis, de comportamentos, de ações e de reações sem nenhuma espécie de ligação entre eles.*” Em Lahire a ideia do indivíduo singular não é sinônimo de unicidade ou irrepetibilidade, nem negação do contexto social. Mas, uma sociologia em que se compreenda o processo pelo qual os indivíduos “aderem” ao social, num conjunto plural de disposições. Essa estratégia teórico-metodológica não faz do indivíduo e de suas práticas ordinárias, um objeto menor; ao mesmo tempo que não os absolutizam, dado que o olhar do pesquisador está voltado para forma como os indivíduos se ligam ao pertencimento social, distantes de se tornarem seres únicos, exclusivos e/ou mesmo, descolados da realidade. Lahire, também, deixa claro que o ator não pode ser compreendido como que possuidor das chaves do que o faz agir. Há disposições e contextos; há experiências incorporadas e situações contextuais.

Embora seja suficientemente consciente para nos descrever o que faz, o ator não tem consciência das determinações internas e externas que o levaram a agir como agiu, a pensar como pensou, a sentir como sentiu. Em suma, não podemos pressupor que o ator possua as chaves (disposicionais e contextuais) do que o faz agir (LAHIRE, 2002).

Na obra *o Homem Plural*, o ator reflete sobre as diferentes teorias da ação social, sempre com o cuidado de explicitar novas pistas investigativas, sem generalizações. Ele dialoga diretamente com Bourdieu (2001), estabelecendo contrapontos importantes no sentido de superá-los. A proposta de Lahire (2002) com o homem plural é a de constituir uma teoria sociológica mais interdisciplinar e transversal às demais áreas das ciências humanas, sem incorrer no erro de generalizações precipitadas, absolutizando casos particulares do real.

Organizada em quatro tópicos de análise, denominados de “Atos”. O primeiro deles chamado de “Esboço de uma teoria do ator plural”, subdividida em quatro cenas que destacam os principais elementos constitutivos da referida teoria: o ator plural, os determinantes da ação, analogia e transferência; experiência literária: leitura sonhos e atos falhos. Seguido pelo segundo ato onde reside o lugar da linguagem na teoria da ação, em que as cenas são: escola, ação e linguagem; as práticas ordinárias de escrita em ação e a pluralidade das lógicas de ação. Diante

disso, entra-se no terceiro ato, que são as formas de aderência e interiorização do social, “As formas de incorporação”, compostas pelas cenas: o lugar da linguagem e o que se incorporam?. No último ato, “Oficinas e debates” destaca-se a emergência de uma sociologia psicológica e dos referidos contextos de pertinência dos estudos, nas cenas: a sociologia psicológica e campos de pertinência.

A rota de orientação de Lahire gira em torno de anunciar que não há evidências empíricas de unicidade e homogeneidade da vida social. O autor defende que o ator não é socializado de uma única forma, sob um único contexto. O que ocorre é uma mescla articulada de contextos heterogêneos a um conjunto de sistemas de hábitos interiorizados que conectam o ator à vida social, num processo contínuo entre campos das práticas sociais. A socialização do ator se dá num contexto de múltiplos mundos sociais diferentes, heterogêneos e até contraditórios.

Na teoria do ator plural, os múltiplos esquemas de ação sintetizam as experiências sociais constituídas e incorporadas durante socializações passadas em diferentes contextos. Tais experiências não são transferidas de forma imediata e monolítica ao tempo presente. Precisam ser acionados. E esse processo se dá de forma diversa sob a guarda de cada contexto social que será atravessado por esse ator ao longo de sua vida. Há, portanto, diferentes lógicas de ação, as que se ligam ao senso prático e às que se ligam à reflexividade da ação. Nesse sentido, é necessário alertar para uma outra suposta armadilha, ao tratar de atores e suas disposições quanto ao tratamento da experiência passada que pode seguir duas tendências: ou de valorização da experiência passada de tal forma que as atitudes presentes estivessem em alta escala condicionadas às adquiridas; ou de focar em leituras situacionistas das ações em que os atores não tivessem passado, sendo, sempre coagidos pelo tempo presente.

Poder-se-ia resumir tudo isto dizendo que todo corpo (individual) mergulhado numa pluralidade de mundos sociais está sujeito a princípios de socialização heterogêneos e, às vezes, contraditórios que incorpora. [...] Achamos que é preferível pensar que esta (coerência e homogeneidade) é a situação mais improvável, mais excepcional e que é muito mais comum observar atores individuais menos unificados e portadores de hábitos (de esquemas de ação) heterogêneos e, em certos casos, opostos, contraditórios (LAHIRE, 1997)

Bernard Lahire (2002; 2004) propõe buscar o diálogo entre uma tendência e outra, relacionando esse passado (incorporado) com um presente (contextual). Não há autonomia nem do presente, nem do passado. Não há uma influência total e sistemática do presente; nem tampouco o passado é carregado pelos atores como um

bloco monolítico que sempre persegue as disposições atuais. O que há de ser ressaltado é que o campo de investigação aqui proposto se caracteriza pelas modalidades que desencadeiam os esquemas de ação incorporados das experiências passadas ou pelos elementos das situações presentes. De outra forma, como os elementos do passado são evocados no presente.

Nesse sentido, o discurso de Rosinha me chamava muito atenção, pois expressava essa relação permanente entre passado e presente e de como essas questões modelavam suas práticas. Em Rosinha, havia uma diferença marcante em relação às duas outras interlocutoras: ela tinha mãe presente, uma figura central em sua vida. Rosinha e Aurora são atores diferentes com experiências passadas e presentes diferentes. Mas, a relação entre experiências passadas e presentes dessas personagens contribuíram para compreender o processo de descenso de um habitus agrícola e ascensão de um habitus industrial, modelado pelas disposições individuais destas operárias, abarcando as múltiplas dimensões da vida em sociedade, iniciando pela forma de enxergar e organizar a vida familiar e comunitária.

A vida aqui mudou muito, eu lá podia imaginar que um dia, a gente fosse ter casa, televisão, celular. Cozinhar num fogão a gás. Poder comprar roupa e comer de manhã, na hora do almoço e na hora do jantar. Não havia isso quando eu morava na casa do meu pai. Mesmo, ele sendo agricultor, faltava comida, sim. E olhe que eu sou a mais nova. Meus irmão mais velhos saíram da roça pra se empregar na fábrica. (Depoimento, Aurora, 50 anos).

O discurso de que a vida melhorou está presente em todas as falas, por mais que o trabalho seja entendido como “muito puxado”, “cansativo”. As mulheres operárias atribuem a melhora de vida à elevação do consumo e à garantia das refeições diárias. A carteira assinada, a garantia salarial e de outros direitos trabalhistas, apesar da alta rotatividade presente nas indústrias, são símbolos de uma localidade que vem rompendo com o passado agrícola e constitui um novo modo de vida que não diz respeito, apenas, ao seu cotidiano no trabalho ou fora do trabalho, mas, ao seu modo de vida, entendido nesse trabalho, como cultura (WILLIAMS, 1989).

Sabe, eu acho que nem sei mais dizer como seria a vida sem a fábrica. Acho que não se teria mais a vida. Ia ser pior do que era. O pessoal sempre diz que aqui não tinha emprego. Como a gente vai fazer se um dia a fábrica for embora. Todas essas coisas boas que vieram pra cá foi por conta da fábrica. Trouxe violência e roubo; mas, trouxe emprego, também. O emprego é muito mais importante do que qualquer outra coisa. Emprego e família é as duas coisas mais importantes da vida, abaixo de Deus. (Depoimento, Aurora, 50 anos)

No acompanhamento das rotinas dessas mulheres, me foi desenhado o percurso de suas trajetórias, permanentemente inconclusas, nada retilíneas. Vidareal, concreta, inscrita no seio de uma classe operária, estruturalmente organizada; ao mesmo tempo, pela posição que estas ocupam na produção; e marcadas por suas subjetividades de gênero e raça, em especial.

A identidade da classe operária em Horizonte não se dilui em sua face feminina e negra, em significativa parcela; mas, se expressa nesse sujeito operária que encarna o espírito ético da disciplina para o trabalho num corpo modelado para a produção industrial, voltado para a elevação de índices de produtividade cada vez mais exigentes.

Acho que a gente que se esforçar mesmo. Tu acha que é barato manter tudo aquilofuncionando? É, nada, menina. Tem que pagar a gente, tem que pagar imposto, tem que dar carteira assinada e ainda tem que pagar o sindicato... Vida de patrão num é fácil, também, não. Tem um povo que reclama demais.... Eu, não. Gosto mesmo é de trabalhar. Adoro ver o estoque cheio de caixa e saber que eu também trabalhei naquilo. A gente se sente produzindo isso é bom. Quem num gosta de pagar as contano final do mês? Quem num gosta de comprar suas coisinha? Quem num gosta de passear? Eu, com o dinheiro que eu ganho na empresa, já devo ter feito mais do que minha mãe que da roça foi trabalhar em casa de família.. Deus me livre ser empregada na casa dos outro... Deus me livre. Aquilo, sim, é escravidão. Na fábrica, agente trabalha e o dinheiro não atrasa. Acabou- se. E você só é posto pra fora quando pede as conta ou quando faz hora pra trabalhar, inventando que tá doente, que tá cansado, que tá isso, que tá aquilo. Eu passo o ano todinho e num boto um atestado. Vou trabalhar atédoente, Nágyla. Num mata, não. O que mata é não trabalhar e ter conta atrasada, com cobrador na porta. Preocupação mata; trabalho, não. (Depoimento, Rosinha, 21 anos)

Trago gravado na memória as expressões que Rosinha fazia ao ser indagada por mim sobre o que tinha mudado em sua vida, depois de ter ido trabalhar na fábrica e da maneira como se sentia realizada em desempenhar um trabalho, que segundo ela, lhe proporcionava uma certa segurança financeira e acesso a bens e serviços que as gerações passadas não haviam vivenciado.

De neta de agricultores, à filha de diarista/ faxineira e hoje, operária, Rosinha se configura como um retrato sociológico (LAHIRE, 2004) da composição de um passado que tensiona para não ser sepultado, ao mesmo tempo, que não corresponde mais às expectativas de uma população que passou a consumir bens e serviços, nunca antes, imaginados. A Fábrica não é mais a *promessa*; é a realidade de um presente que chegou para mudar costumes, para *transformar* pessoas, para *construir* uma nova sociabilidade.

As novas gerações encarnadas na operária-personagem Rosinha, são talhadas para um tipo de trabalho que mudou a estrutura social de uma cidade que vem sendo planejada dia a dia para atender às necessidades do desenvolvimento industrial, que se confunde com as necessidades de uma população que tem seus modos de vida modelados por novos hábitos, mais condizentes com a identidade de trabalhadores fabris, inseridos num modelo de produção/gestão que alimenta perspectivas de sucesso individual, de crescimento financeiro e incremento de consumo; pautados num método de abordagem manipulatória (ALVES, 2002) que vende a concepção de indivíduos super potentes, autônomos e capazes de transformar suas vidas individuais pela capacidade ético-disciplinar da força de trabalho.

Na pesquisa de campo, não buscava encontrar o ideário de um *passado bucólico perdido*, a exemplo do conceito “small is beautiful” (SANTOS, 1999). Nem tampouco, na *condenação sumária* da instalação de um pólo industrial como fruto do chamado processo de *modernização* do nordeste brasileiro e do estado do Ceará.

Meu interesse era o de interpretar os modos de vida vivenciados à luz das transformações nas formas de produção das condições objetivas de vida das trabalhadoras que foram se mostrando, ao longo da pesquisa, como as personagens centrais do processo civilizador daquela região. Encontrei mulheres trabalhadoras, operárias, ao mesmo tempo em que são mães, donas de casa e chefes de família; que vivenciam a superexploração de sua mão de obra barata que ressoa em suas enfermidades, *na agonia que sentem na cabeça, uma coisa ruim*; mas, que não associam esse quadro físico-emocional, exatamente, ao excesso de trabalho e ao controle de seus corpos e mentes, adestrados para a produção.

Encontrei Rosinha, e Rosinhas, evangélicas durante a semana, fiéis ao culto do domingo com a mesma fidelidade que frequentavam as muitas casas de forró e festas diversas aos finais de semana. Encontrei uma operária explorada em sua condição de trabalhadora que, aos finais de semana, dançava e bebia, como num ato de libertação, ao som de uma *boa música sertaneja ou de um funk, ou de um forró dos bons*; como se num exercício inconsciente de exorcizara fábrica de si. Por muitos momentos, eu voltava no tempo e parecia me deparar com as *Macabéas Castanheiras* que me narravam que para eliminar o cheiro do óleo da castanha de seus corpos dançavam, bebiam muita cachaça e usavam muito perfume (DRUMOND, 2007) e, que mesmo assim, parecia que o cheiro da fábrica estava impregnado em suas peles.

Atrelado a isso, há também uma luta pessoal e coletiva de auto-proclamação de sua autonomia econômica como provedora material e detentora de autoridade da família; mesmo diante da presença masculina representada por irmãos, pais, filhos e/ou companheiros. Há uma exigência cotidiana de se auto afirmar como dona da *própria vida* e de como essa condição exige *trabalho e respeito*.

Num é fácil ser mulher e dona da própria vida, não. Tu acha que a gente pode fazer tudo que quer assim, na frente do povo, é? Não, a gente tem que saber fazer. Eu faço tudo que quero: bebo, danço, namoro muito, rezo, trabalho e ajudo minha mãe a sustentar a casa. Mas, a gente tem que saber fazer pra num ficar falada. Eu num me preocupo muito com isso, sabe; mas, como eu ainda moro com a mãe e ela é mais das antiga, é melhor não cutucar a onça com vara curta. Meu padrasto é gente boa; mas, é daqueles homi mole, sem ambição, sabe? Daqueles que se acomodam com o que tem... Ele ajuda na criação dos menino; mas, o pesado, mesmo, é comigo e com a mãe. A gente dá conta sem ele; agora, ele sem a gente, eu já num sei (risos). Mas, a mãe gosta dele e ele trata bem a gente. Muito diferente do meu pai, né? E de um namorado que eu tinha que queria controlar até aonde eu me sentava na igreja, mulher. Nã, é demais. A fila andou foi ligeiro. (risos)

A centralidade do papel das mulheres operárias como o elo entre o passado representado pelo modo de vida agrícola e o presente encarnado na presença da fábrica não se expressa, apenas, na quantidade de mulheres empregadas e nos tipos de função subalternizadas que desempenham; mas, no entrelaçamento das múltiplas jornadas vivenciadas e narradas pelas mudanças de construção da vida concreta.

Nessa processualidade, elas não se tornam *reféns* de suas atitudes, nem absolutizada pela cena social, pois não há adesão total aos papéis postos pela industrialização; o que ocorre é uma articulação entre as dimensões de um novo tipo de sociabilidade, mediada pela ética do trabalho na Fábrica e por todas as atividades oriundas desta.

A lógica fabril se espalha pelos diferentes territórios da cidade, influenciando o ritmo das atividades sociais, educacionais e políticas. Dentro desse sistema organizado para o trabalho industrial e para gozar dos benefícios deste, a mulher-operária passa a articular diferentes ações constituintes de sua subjetividade e reflexividade (DUBET, 1996).

Para Bernard Lahire (2002), o conjunto de experiências de socialização seja na família, na escola, no trabalho não podem ser encarados de formas simples, não representam uma soma congruente e homogênea. Há descontinuidades, contextos diferentes. A mesma mulher-operária que tem uma jornada diária de 10 horas de trabalho, ocupa posições diferenciadas nos diversos contextos que atua, é

singular na pluralidade dos contextos sociais em que está presente; é plural na singularidade dos espaços onde atua. Aqui há umapolissemia de posições sociais que forma um sistema sócio-político-econômico e cultural.

Trabalhar na indústria, para a sertaneja, agricultora ou pescadora; ou, ainda filhas de agricultores (as) e pescadores (as) implica a necessidade de transformar hábitos antigos e de redefinir valores há muito arraigados no ambiente em que vivem.

Mulher, a vida da gente mudou muito. Na época da minha avó acho que tu nem conseguiria fazer esse teu trabalho assim, sentada no sofá da minha casa. Acho que minha avó não saberia nem dizer direito como era a vida dela. Sabe, eu num vou dizer que o trabalho é moleza, não. De jeito nenhum. Mas, eu só troco o que eu faço por uma posição melhor ou na fábrica ou noutro canto ou, sei lá, fazendo algum concurso depois de formada, arrumando um emprego em Fortaleza. Eu não entendo como tem gente que ainda prefere a enxada. Tádoida! Eu mermu não. Quero é crescer e a fábrica é o lugar certo. Eu num posso dizer que num foi a fábrica que transformou a minha vida, porque foi. Eu num vou nem mentir.

Rosinha trabalha numa fábrica de calçados do município, no setor de controle de qualidade; revisando os produtos, checando feitura, tamanhos e acabamentos em geral. Exerce uma função repetitiva, que exige concentração e que é sempre associada às supostas qualidades inerentes à condição feminina: paciência, perspicácia, atenção aos detalhes e elevado grau de exigência de qualidade. *Os homi pode até fazer, mas, a gente faz melhor. Serviço de mulher, né? Tu entende.*

Ainda hoje, durante mais de 10 anos, estando em Horizonte, seja, primeiramente, como professora; seja como visitante, aos finais de semana, para rever ex-alunas e, nos últimos dois anos, como pesquisadora em campo, observo as transformações da cidade em sua cena social, espacial e política. Chama minha atenção a forma como as mulheres vêm se tornando mais visíveis no território urbano, protagonizando atividades industriais, comerciais, estudantis, culturais e religiosas, para tratar das mais expressivas.

Com as lentes de Certeau (1994), compreendendo que é a cultura comum, com toda sua dinamicidade, vivenciada por essas mulheres-operárias, num cotidiano, igualmente dinâmico e não estático, monolítico e/ou de descrição rotineira. Acredito que indo a campo com as vestes de quem olha o outro com toda a suas diferenças, semelhanças e particularidades, as mulheres-operárias me narraram suas histórias, no palco do tempo.

(...) As abordagens que incorporam a análise do cotidiano têm revelado todo um universo de tensões e movimento com uma potencialidade de confrontos, deixando entrever um mundo onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta/integração/ diferenciação/ permanência/ transformação. A história do cotidiano não privilegia o estático... é um espaço derresistência ao processo de dominação" (MATOS, 2002).

A vida cotidiana precisa ser analisada à luz dos lances táticos e situacionais que informam as artes de fazer do homem comum. "Chamo por *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro" (CERTEAU, 1994, p.100).

Habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar, todas essas atividades parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas tática: gestos hábeis do "fraco" na ordem estabelecida pelo "forte", arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidades nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos. (CERTEAU, 1994, p.103)

É o cotidiano como práticas, sejam táticas ou estratégicas. Ao contrário de pensar as práticas cotidianas na encruzilhada do binarismo *estrutura e ação*, Certeau (1994) enfatiza os *procedimentos* variáveis e labirínticos da ação, segundo a lógica processual e dinâmica das relações de poder da vida cotidiana. O cotidiano para Certeau são procedimentos, que aproximam o conceito de cotidiano à noção de jogo. As ações assim, são proporcionais às situações vividas (LEITE, 2010).

É nesse sentido que a noção certeuniana de vida cotidiana como um jogo de táticas e estratégias revela seu potencial explicativo: para além de uma concepção de um cotidiano rotinizado, seja pela normatividade, papéis sociais ou intersubjetividades, deve-se pensar, também, nas confrontações que parecem inverter o cotidiano como rotina e que marcam o cotidiano na contemporaneidade e enunciam a inversão na experiência urbana: poética e bélica *inversão* do cotidiano. (LEITE, 2010, p.176)

O Cotidiano Certeuniano de práticas em táticas e estratégicas, constituídas como procedimentos me faz ponderar sobre a experiência urbana, cultural, laboral das mulheres-operárias, numa nova cidade Horizonte. Romper com o conceito de rotinização e explorar a noção de sujeitos históricos em jogo, num cotidiano que precisa ser esmiuçado, a fim de que eu possa ler o implícito, o não-dito, o oculto e, até mesmo, o não autorizado, para descortinar as estruturas do cotidiano e sua relação com a mudança. E me vem a questão: como as práticas laborais-culturais cotidianas, por mulheres-operárias, são produzidas em táticas e estratégias,

articuladas na tessitura de um tempo que teve seu uso alterado? Como oferecer o diário de uso do tempo (o qual me deterei mais adiante) como instrumento para contar essa história?

Não há como neutralizar o espaço-urbano-Horizonte; não há como isolar as mulheres-operárias no espaço fabril, não há como confiná-las na chamada esfera doméstica. Rosinha é a expressão da cidade disciplinar, num cotidiano talhado em práticas culturais que se transformam na medida em que se transforma a forma como se produz a vida.

Trago Machado Pais (2003), para essa parte do texto, pois me apontou pistas metodológicas de como investigar sobre o uso do tempo, tendo o cotidiano como uma rota de conhecimento. É um *Cotidiano – Metodológico* (FIORIO, 2010). Definimos o cotidiano como uma rota de conhecimento. Quer isto dizer que o cotidiano não é uma parcela isolável do social. Com efeito, o cotidiano não pode ser caçado a laço quando cavalga diante de nós na exacta medida em que o cotidiano é o laço que nos permite “levantar caça” no real social, dando nós de inteligibilidade ao social (FIORIO *apud* PAIS, 2003, p. 31).

Fiorio (2010) aponta que por trás da aparente rotina de todos os dias, esconde-se a trama que trança os fatos e o cotidiano é o meio, a via pela qual se chega ao conhecimento real, trabalhando com a lógica da descoberta por meio dos indícios. O que está em jogo para Pais (2003), é recuperar aspectos da vida social que escapam aos rígidos modelos científicos. Esses modelos funcionam como “*espartilhos*” que aprisionam o “*vivido*” numa camisa de força.

A lógica da “*descoberta*”, consiste numa busca obsessiva pela realidade. Feito marinheiro, o pesquisador não tem porto seguro, seu método é a viagem sob constante vigilância. A aparente calma da superfície não o tranquiliza, sondas ao mar são jogadas e, feito bisbilhoteiras, vasculham tudo em busca de sons, sinais, indícios que possam ser reveladores. (FIORIO *apud* PAIS, 2003)

Em geral, o conceito de trabalho é reduzido à sua dimensão puramente econômica. É preciso situá-lo como prática social. Ser ativo economicamente, exige contribuir para a produção de bens ou serviços transacionados na esfera mercantil da sociedade capitalista. Porém, esta sociedade não se reproduz somente baseada nesses tipos de bens ou serviços. Sua existência depende da produção de outros tipos de construções que não são destinados à esfera mercantil. (DEDDECA, 2004)

O ordenamento de fábrica, da chamada esfera da produção, também

invade à esfera familiar que precisa ser “reorganizada” com a inserção da mulher como mão-de-obra fabril. Dessa forma, a ideia, no início, era o de coletar dados dos usos do tempo da mulher-operária dentro e fora da fábrica. O uso do diário como método de coleta de dados é, em geral, considerado mais adequado do que a realização de questões diretas sobre a quantidade de tempo alocada para atividades diversas (RAMOS, 2009). No entanto, com o desenvolvimento da pesquisa de campo, me deparei com a possibilidade de explorar mais a observação como recurso metodológico, aliado às entrevistas semi-estruturadas.

Primeiro, como pesquisadora, ex-professora no município e militante feminista venho fazendo um esforço metodológico de permanecer vigilante ao *estranhamento* necessário à escolha de uma abordagem que ao acompanhar o cotidiano dessas mulheres, as acompanhei nas várias atividades ao longo do dia, da semana; nos finais de semana. Minha presença, embora sempre bem demarcada como a “moça da universidade que tah fazendo uma pesquisa”, não podia causar transtornos ou desdobramentos que as fizessem mudar suas rotinas. Eu precisava me manter quase invisível e, ao mesmo tempo, presenteem carne e osso, a fim de que eu e elas pudéssemos conversar; conversar, apenas, sobre as muitas faces da vida de uma trabalhadora operária do chamado chão da fábrica.

Embora, até agora, o privilégio das investigações sobre gênero e tempo seja o trabalho não-remunerado, tentando, na verdade dimensioná-lo em termos econômicos, sociais e políticos, ainda, tão obscurecidos pela agenda formal. Faz-se necessário, o esforço investigar o processo de produção do tempo para essa mulher-operária que está na esfera remunerada e acumula o trabalho doméstico e não remunerado. Não, numa perspectiva, apenas de estabelecer a organização da chamada dupla jornada de trabalho, mas, para aferir como o tempo, dentro e fora de casa, numa perspectiva de gênero, vem sendo utilizado, representado e produzido. Articular as nuances do cotidiano e “apreendê-lo” nas trajetórias do cotidiano é, também, questionar a dimensão da relação entre cultura e exclusão, elevando a análise da história do sujeito mulher-operária na vida cotidiana como problema sociológico.

A conexão estabelecida entre os conceitos teóricos e metodológicos concede a mim, chaves analíticas para tecer discussões sobre o uso do tempo dessas mulheres, que revelará, como defende Matos (2002), não um terreno de hábitos e rotinas obscuras, mas todo um universo de tensões e movimentos com

potencialidades de confrontos. É o cotidiano como espaço de resistência ao processo de dominação. É o cotidiano na cultura, traduzido no tempo e no trabalho, narrados pelas vozes das mulheres-operárias.

Estudar sobre classes populares e, mais especificamente, sobre mulheres de classes operárias é investigar sobre a forma como são e como vivem; o que fazem; o que deixaram de fazer; o que passam a fazer quando suas rotinas são alteradas por uma nova forma de produzir a vida e a subsistência. Como elas se veem destituídas do destino de agricultora e passam a trabalhar num espaço fabril, com ritmo de trabalho rígido e intenso com vistas à produção em série.

Em *Cultura e Sociedade* (1978), Williams conclui que "[...] a história da ideia de cultura é a história do modo por que reagimos em pensamento e em sentimento à mudança de condições por que passou nossa vida" (p. 305). Sua reflexão o levou a uma análise arguta da chamada *cultura de massas*, que seu tempo viu nascer e que hoje pontua o debate sobre produção e *consumo* culturais.

Sempre insisti na questão de que não há massas, "[...] há apenas maneiras de ver os outros, como massa" (WILLIAMS, 1978, p. 309), discutiu o impacto das mudanças tecnológicas e as acusações de "declínio de padrões culturais", alertando para o fato de que "[...] ninguém está em condições de elevar o padrão cultural dos outros" (WILLIAMS, 1978, p. 327).

Rejeita a segmentação entre cultura *burguesa* e cultura *da classe trabalhadora*, já que não haveria descontinuidade entre elas, mas, sim, circularidade. A noção de cultura como prática exige que rompamos com o caráter retilíneo das construções sociais e culturais. Quando adotamos a ideia de circularidade, estabelecemos que existem mais *jogadores, jogando o jogo* e que dessa forma, as trocas de sentimentos e experiências diversas são mais intensas, múltiplas e menos binárias.

O passado modesto e simples cede lugar ao presente promissor em bens de consumo, passíveis de serem adquiridos, agora, no comércio local que se expande com mais velocidade, já que precisa atender ao crescimento da cidade que nas duas últimas décadas, quadruplicou o número de habitantes. Homens e mulheres, em sua maioria, oriundos de municípios e estados vizinhos, herdeiros de uma cultura local rural; passam a desempenhar novas tarefas e atividades cotidianas que, por sua vez, alteram a forma como lidam com o tempo e com o espaço; altera a própria vida, suas experiências, práticas e sentidos.

A “modernização” do município de Horizonte/ Ceará, dirige nosso olhar para o que Raymond Williams e a tradição materialista cultural nos provoca a pensar: a negação de formas subjetivistas de abordar as relações entre o indivíduo, a sociedade e a cultura, bem como resgatar o caráter eminentemente histórico de todas as formas de produção ou, mesmo, de um certo *apagamento* cultural. Com a industrialização, os modos de vida se modificam, provocando experiências ainda não vivenciadas por aqueles que passam a trabalhar na fábrica, mas, também dos muitos que não foram (e nem serão absorvidos) pelo novo ambiente de *laborização* (ARENDETT, 1995).

A cultura vivida de um momento e um lugar determinados só é plenamente acessível para quem neles vive. Já a cultura registrada se define e é definida por um tempo e lugar específico e compõe boa parte do que é o suporte documental dos historiadores. Por fim, a cultura da tradição seletiva, uma vez que o que sobrevive não é determinado por seu próprio tempo, mas pelos tempos posteriores, que gradativamente compõem uma tradição: "Teoricamente, um período se documenta; na prática, esse documento é absorvido em uma tradição seletiva, e ambos são diferentes da cultura vivida" (WILLIAMS, 1989).

O conceito de cultura vivida, trabalhado por Williams é de central importância para se investigar sobre os chamados novos modos de vida das trabalhadoras em Horizonte, pois fornece chave-analítica para compreensão do que o autor categoriza como *estrutura de sentimentos*, defendida não como algo formalmente apreendido, mas que marca e caracteriza o modo de vida de uma determinada geração.

A intenção, a noção de intenção, recupera a questão-chave, ou melhor, a ênfase central. Pois embora seja verdade que qualquer sociedade é um todo complexo de tais práticas, também é verdade que toda sociedade tem uma organização e uma estrutura específicas, e que os princípios dessa organização e dessa estrutura podem ser vistos como diretamente relacionados a certas intenções sociais, pelas quais definimos a sociedade, intenções que, em toda a nossa experiência, têm sido regidas por uma classe particular (WILLIAMS, 2011, p. 50).

Sendo assim, compreender a geração de novas operárias no município de Horizonte/Ce é compreender, também, que esta responde, a seu modo, ao mundo que herdou, adotando continuidades, reproduz muitos aspectos da organização; mas "[...] de certo modo, sente toda a sua vida de forma diferente e molda sua resposta criativa em uma nova estrutura de sentimento" (WILLIAMS, 2003, p. 58). Assim, a *estrutura*

de sentimentos definiria a cultura de um período e lugar, determinados.

Por outro lado, investigar a *estrutura de sentimentos* permite a enunciação, dentro de um universo compartilhado de expectativas e necessidades. Comportamentos entendidos como mais “modernos” ou “avançados”, assim como as ideias, prenes ou não de “novidades” fazem parte de uma mesma estrutura de sentimento, definida pela imersão dos indivíduos em tempos e espaços específicos, com questões culturais compartilhadas e com fluxos de inter-relação com outros grupos, espaços e tempos também produtores de cultura e com interesses comuns. A mola propulsora do pensamento de Williams é a cultura comum, já definida, e ela é tão dinâmica e ativa quanto pode ser cada sociedade particular e as formas de sociabilidade que ela produz e mobiliza.

E no diálogo com o conceito de estrutura de sentimentos em Raymond Williams (1978), que encontro pontes-analíticas com o conceito de Cotidiano, em Lefebvre (2004), Pais (2003) e Certeau (1994), que dão relevância ao estudo do Cotidiano, concedendo mais ênfase teórica, como faz Lefebvre e Certeau ou mais ênfase metodológica como apresenta Pais.

Lefebvre (2004) defende o cotidiano como lugar dos problemas, dos conflitos, ao defender o cotidiano como fio condutor para análise da sociedade, no diálogo com a estrutura global do Estado, da Cultura e da Ciência, afirmando que não há fatos nem grupos sociais que não estejam relacionados (FIORIO, 2010).

Enveredar pelo Cotidiano de Mulheres-Operárias numa zona industrial. Sendo assim, é valiosa, também, como analisa Fiorio (2010), que a tese central do autor o desenvolvimento da produção não se desenvolve “nas esferas da sociedade, nos âmbitos da Ciência, da Cultura e do Estado das instituições burguesas. (...) Para ele, o centro real da produção é a vida cotidiana em que vive enquadrada e obrigada a classe operária”.

É importante fazer com que elas caminhem pelos ambientes que são frutos daquilo que Williams (1978) defende como três grandes dimensões da cultura:

1. **a ideal**, em que a cultura é um estado ou processo de perfeição em termos de certos valores absolutos e remete a uma condição humana universal;
2. **a documental**, segundo a qual cultura é o conjunto das obras intelectuais e imaginativas que registram a experiência humana;
3. **a social**, sendo esta a descrição de um modo determinado de vida, o

qual expressa certos valores e significados não somente através da arte e da aprendizagem, mas também em instituições e no comportamento ordinário.

Com as lentes de Lefebvre (2004), olho para as mulheres-operárias no município de Horizonte e percebo a produção de um “ser humano” que teve sua rota devida alterada e, conseqüentemente, terá, seu modo de vida modificado por uma nova relação entre tempo e espaço. Modo de Vida é Cultura; Cultura é modo de vida já nos assegura Williams (1978) e a tradição do materialismo histórico.

Por fim, é importante ressaltar que Rosinha desconhecia o trabalho com a enxada. Ela se constitui como uma forma de expressão que o processo civilizador vai encontrar para que siga em direção à formação/configuração social da nova trabalhadora que se despede da enxada ou nem mesmo tenha a conhecido diretamente e passa a lidar com a máquina. O rumo do processo em curso, a direção reconhecida socialmente é a da modernização, questão que iremos retomar no capítulo 6, em que trataremos de Pagu, a Ser-Operária, a personagem que é o próprio movimento de modernização, impelida no processo civilizador.

5 OCTÁVIA - O TEMPO NA FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA EM HORIZONTE

Octávia é muito diferente de Rosinha e Matilde. Uma mulher de 32 anos, discreta, um tanto quanto introspectiva; mas, muito astuta, inteligente, trabalhadora e com muitas responsabilidades como chefe de família, no que tange a provisão do sustento; tanto quanto à autoridade no comando das questões domésticas-familiares.

Vivo de casa para o trabalho; do trabalho pra casa. Às vezes, saio pra me divertir um pouco; um motelzinho, uma cervejinha de leveou uma ida à beira-mar em Fortaleza pra olhar o mar e me lembrar dos sonhos da minha juventude. Sabe, você é mais velha do que eu; mas, pode ter certeza que tenho muito mais história pra contar, professora. Vivi muitas tragédias nessa vida e tive que engolir o choro pra poder continuar vivendo... acho que se eu tivesse me entregado à tristeza, hoje, eu nem tava aqui conversando com você. Acho que só topei conversar com você e contar um pouco da minha vida porque sei que nunca vão saber o eu que sou eu. Eu faço coisas erradas; coisas que as pessoas acham que são erradas. Mas, faço por uma boa causa: cuidar da minha família que precisa muito de mim. É até um alívio ter pra quem contar. Mas, eu não vou deixar de fazer.

Eu e Octávia nos encontramos, pela primeira vez, em maio de 2016, num sábado ensolarado, no final da manhã, enquanto ela lavava roupa, no quintal de sua casa. Era dia de faxina geral, limpeza da casa, banho dos cachorros e lavagem de roupa. E eu lá, na parte de trás da casa, sentada numa cadeira de balanço, ouvindo alguma dessas duplas sertanejas da nova geração, enquanto ela tomava uma cerveja, cuidava dos afazeres domésticos e tentava me dar atenção, comentando sobre a conversa que eu tentava continuar.

Sempre muito atenciosa, delicada, apesar de um semblante conciso, disciplinado e sempre muito preocupada com os afazeres domésticos e com as rotinas familiares que incluía o cuidado com a mãe, com a tia cadeirante e com os dois sobrinhos-filhos.

A casa era simples e muito bem cuidada. Eu diria que a limpeza era algo impecável realizada por ela e pelos dois adolescentes. *Aqui em casa, os homens tem que fazer serviço de casa, sim. Aqui não tem moleza, não.* Me dizia, sempre, com algo pra fazer. Octávia era a única das 3 interlocutoras que não ia de traslado para a fábrica. Ela tem uma moto. Mora numa rua muito movimentada, próxima à Igreja Matriz e à feira semanal dos domingos, que por algumas vezes a acompanhei.

Nos conhecemos por meio de uma ex-aluna minha, amiga da irmã dela mais nova, falecida há mais de 10 anos atrás, acometida por um câncer mama. Na

casa dessa minha ex-aluna, tive meu ponto de apoio ao longo do trabalho de campo, onde podia tomar um banho e ainda fazer algumas refeições, principalmente durante o período que eu acompanhava as interlocutoras nodeslocamento de casa até a fábrica e precisava estar muito cedo em Horizonte. Foi de fundamental importância, ter um ponto de apoio, com pessoas de confiança e que me deixavam à vontade para chegar e sair de casa, nos horários e dias da semana que eu precisasse.

Octávia e ela se conheciam há muitos anos, tanto por conta da amizade dela com a irmã de Octávia; como também pelo tempo que trabalharam juntas como costureiras de uma facção. Por fim, acabaram se tornando mais próximas; mas, mesmo assim, Octávia não queria *ter muito chamego* – como gostava de frisar - pois tinha receio de que ela se afastasse e não quisesse mais que os filhos dela e os sobrinhos de Octávia fossem tão amigos como eram, colegas de sala e de estágio.

Logo no primeiro encontro, quando eu ainda estava explicando a ela os objetivos da pesquisa e a forma como seria nosso convívio; Octávia estabeleceu limites. “Olha só, professora, eu posso lhe contar quase tudo; lhe conto o que você precisar saber pra botar nesse trabalho, você parece uma pessoa séria. Mas, tem coisas da minha vida que eu não posso lhe contar e queria que tu não insistisse. Combinado?” Eu respondi que sim, obviamente, e que ela ficasse à vontade em *falar* e *calar*, sempre que quisesse. O ritmo Octávia é seu, disse eu a ela, tentarei ser uma boa ouvinte e observadora; disse a ela estabelecendo uma relação clara, transparente e de respeito mútuo.

E assim foram nossos dias, nossos meses de convivência entre pesquisadora e interlocutora. A acompanhava de casa à fábrica; da fábrica até em casa; algumas vezes fazíamos compras domésticas semanais juntas; íamos à feira de roupas e utensílios de vez em quando aos domingos. Mas, pelo menos durante os três primeiros encontros sempre me chamou atenção o fato de Octávia nunca me deixar chegar perto de sua casa às sextas e sábados.

Em função dos cuidados com a mãe e a tia mais velha, cadeirante e de dois sobrinhos, de 14 e 16 anos, respectivamente; filhos de sua irmã mais nova, vitimada de câncer de mama, quando o mais novo tinha, apenas, 1 ano de idade. Octávia era noiva quando a irmã morreu e o então noivo não concordou em criar os dois meninos com Octávia. Diante da decepção, ela decidiu romper com o noivado e adotar os meninos em seu nome como mãe-solteira; já que o pai das crianças, com a morte da namorada, sumiu no mundo e nunca mais reapareceu.

Octávia está na fábrica há muitos anos, desempenhando a mesma função. “Faço as contas do meu tempo de serviço na empresa, de acordo com a idade do meu pai mais velho: a mãe dele ainda era viva, quando eu comecei a trabalhar. Com meu primeiro salário fizemos o aniversário dele de 2 anos” (Depoimento, Octávia, 2016). Octávia é a chefe de uma família com dois adolescentes e duas mulheres idosas aposentadas pelo trabalho de mais de 20 anos, na agricultura.

Meus avós eram donos de um pedacinho de terra, que garantiu o sustento de minha mãe e meus tios até saírem de casa pra casar e formar a família deles. Elas, minha mãe e minha tia, eram as únicas mulheres e as mais novas, numa família de 7 irmãos, 5 homens e elas duas de mulher. Meus avós, embora, não tivessem instrução, os dois eram analfabetos; queriam que os filhos estudassem. Infelizmente, as dificuldades da vida não deixaram. E todos eles foram trabalhar na roça. Minha mãe e minha tia estudaram, praticamente, sozinhas, muitas vezes, na luz do candeeiro.

Natural de Pacajus, Octávia tinha uma vida escolar organizada para as mulheres de sua geração, moradoras de distritos agrícolas da região. Aprendeu as primeiras letras, em casa, com essa tia mais nova que era a professora das crianças da região, numa espécie de sala de aula comunitária.

A vida era muito dura, muito difícil. Tínhamos que trabalhar muito, carregar lata d'água na cabeça. Lavar roupa, fazer comida, ajudar no roçado e, ainda, estudar pra ser alguém na vida. Terminei meus estudos na idade certa. Terminei o científico quando tinha 20 anos. Teve uma festinha e tudo mais.... (Pausa).

Ela desconversa, se levanta do sofá da sala e vai buscar o álbum de fotografias da família. Começa a folhear e a me mostrar quem é quem: sua mãe, seu pai, assassinado por uma questão de jogo, “dívida de carteador”, segundo ela, dois anos antes da morte da irmã; a irmã mais nova, vítima de câncer e mãe biológica dos meninos; os dois irmãos mais velhos que foram para São Paulo em busca de melhores condições de vida e que vivem lá até hoje, já casados e com três filhos cada um. Mostra as cunhadas, os sobrinhos e sobrinhas, um a um; chamando pelo nome, idade e grau de escolaridade.

São todos maior de idade já, sabe. Meus irmãos são bem mais velhos do que eu e minha irmã mais nova. Minha mãe teve quatro abortos entre o segundo e eu... Depois de mais de 12 anos, sem esperar, teve eu e minha irmã, uma atrás da outra.

(...)

Eu tinha tudo pra fazer uma faculdade, sabe, Nágyla. Queria fazer Letras, gosto muito de Literatura e História. Leio de tudo e, também, gosto de

escrever. Mas, o assassinato do meu pai com meus irmãos morando fora e com os dois filhos da minha irmã pra criar; além de minha mãe e minha tia... Aí, tive que escolher. Ou eu trabalhava duro pra sustentar a casa ou ia estudar. Eu não tinha como. Tudo nas minhas costas. Meus irmãos, hoje, conseguem nos ajudar mais. Mas, na época era difícil demais. Minha sorte foi ter arrumado esse emprego de carteira assinada, de segunda a sexta. Nos finais de semana eu cozinhava pra fora. Foi assim, por uns 4 anos depois da morte da minha irmã, até eu conseguir aposentar minha mãe e minha tia. Hoje, a gente junta o meu salário, o salário delas duas e a ajuda que meus irmãos mandam, porque também melhoraram de vida e a gente cria os meninos bem. Os dois já estão na escola profissionalizante e, ano que vem, queremos que o mais velho vá pro IFCE. Ele quer estudar mecânica em Campinas. Meus irmãos já disseram que ele pode ir que eles resolvem. Eles vão ter uma vida diferente da gente. Já sofreram muito na vida com a morte da mãe e o sumiço do pai. A gente faz tudo pra compensar, tudo com muito amor e carinho. Até férias em São Paulo, eles já foram e meus irmãos e cunhadas levaram eles pra conhecer o Rio de Janeiro. Mas, mesmo assim, mãe e pai só se tem um, né? (Depoimento, Octávia, 2016)

Octávia me narrava isso com os olhos marejados, com a voz, às vezes, embargada, principalmente quando falava da morte do pai, da irmã e do fim da relação do noivo ao saber que teria que criar os dois sobrinhos dela.

Eu pensei que ele fosse o homem da minha vida... Me enganei. Se fosse, teria enfrentado comigo e não fugido. Agora, uma coisa eu te digo: ele tirava o meu fôlego, me fazia a mulher mais feliz do mundo na cama. (Risos). Nunca mais tive alguém como ele. De vez em quando, eu saio com alguém. Nada muito sério. Só praxe relaxar. Mas, como o Zé, é difícil ó amiga!? Ele sabia fazer bem direitinho.

Hoje, eu ainda sei notícia dele por aí. Vive em Fortaleza, mas, a família mora aqui. Só vive galinhando até onde eu sei. Andou se assanhando pro meu lado, mas, num quis, não. Me largou na dor, não me merece, não.

Tomo a vitalidade de Octávia e sua lida com tempo de empréstimo para tratar da relação entre espaço-tempo na Horizonte industrializada. Tempo de amar, tempo de sofrer, tempo de trabalhar, tempo de criar os sobrinhos-filhos, tempo de cuidar da mãe e da tia, com dificuldades motoras.

Num primeiro momento, a escolha de aliar estudos do cotidiano a pesquisas usos do tempo, explicitava o objetivo de traçar um perfil dos denominados “orçamentos do tempo” individuais que compreendem a sequência, o horário, e a duração das atividades realizadas pelos indivíduos, não numa perspectiva, meramente, descritiva; mas, potencializada por outros aspectos contextuais:

(...) tais como o registro de cada episódio/ atividade por parte do respondente, onde ocorreu, com quem a atividade foi executada ou que outras pessoas estavam presentes e, em alguns casos, “em benefício de quem” as atividades foram realizadas. Essa inédita riqueza de dados empíricos sobre a vida cotidiana, levantada por pesquisas de usos do tempo, tem sido de para o estudo do comportamento e da mudança social, de utilidade para qualquer área do comportamento humano. Confirmando esta

última percepção, há, atualmente, uma profusão de estudos que utilizam dados de usos do tempo nas mais diversas áreas (RAMOS, 2008).

As pesquisas sobre Tempo vêm se dedicando ao trabalho não-remunerado, especificamente, com mais vigor, ao trabalho domiciliar, em tempos diversos que podem variar de um dia considerado típico (domingos e feriados, por exemplo), ou diferentes períodos do ano, a fim de captar as sazonalidades. (RAMOS, 2009). No entanto, como já explanado, anteriormente, o uso da técnica acarretaria em mais tarefas para as interlocutoras.

Meu olhar se dirigia à vida de mulheres-operárias de uma zona industrial da Região Metropolitana de Fortaleza. Era preciso maximizar a coleta de dados, que digam respeito tanto ao chamado trabalho doméstico/ não remunerado, como também, ao trabalho formal/ remunerado, em sua feição industrial remunerado. Embora, este, tenha rotinas mais específicas, repetitivas e com duração mais rígidas mais institucionalizado, regulado por normas e convenções que regem sua duração (RAMOS, 2009). Mulheres-operárias movidas pela necessidade de sobrevivência, de autonomia econômica, de contribuição para o sustento da família e /ou provisão total deste sustento, ou, ainda, pelo desejo de obter realização profissional, íntima e participar da esfera pública, do espaço da produção, por excelência.

A palavra “*tempos*” é o símbolo de uma relação que um grupo humano estabelece entre dois ou mais processos, dentre os quais tomam um como quadro de referência ou medida dos demais. (ELIAS, 1998). Diante de um processo social de tão longa data como o tempo, Elias aponta que estudos sobre esse tema devem ser associados à história e ao desenvolvimento da humanidade, pois “o **tempo** é uma rede de relações, muitas vezes bastante complexa e que substancialmente, determinar o tempo é uma atividade integradora, uma síntese” (ELIAS, 1998, p. 67). Pesquisar o tempo, partindo de uma abordagem crítica, histórica e processual, contribui para que se tenha visão mais integrada dos avanços e retrocessos de nossas próprias construções sociais. Para Elias (1998):

A disposição dos ponteiros tem por função indicar aos seres humanos a posição que eles e outros ocupam atualmente no vasto fluxo do devir, ou então, de quanto tempo precisaram para ir de um lugar a outro. Os símbolos artificiais inscritos em ponteiros de configurações mutáveis, assim como nas datas sempre novas indicadas pelos calendários, são o tempo. São treze horas e dez minutos agora. O tempo é isso. É necessária aqui uma certa prudência no uso que fazemos da linguagem. Podemos legitimamente afirmar que o relógio indica o tempo, mas ele o faz através de uma produção contínua de símbolos que só têm significado num mundo em cinco

dimensões, num mundo habitado por homens, isso é, por seres que aprenderam associar às figuras perceptíveis imagens mnêmicas específicas, e, portanto, um sentido bem determinado. (ELIAS, 1998, p. 16)

Na obra “Sobre o Tempo”, Elias descreve o tempo como algo que não pode ser tocado, visto, ouvido, provado, cheirado. É imperceptível aos sentidos. Serve de orientação físico-social aos indivíduos em sociedade. As sociedades primitivas, por exemplo, organizavam as atividades sociais, provocadas pelas necessidades coletivas, a partir dos fenômenos naturais que compunham um conjunto tempo físico/natural. Esse processo contribuía para a organização do tempo, determinado passivamente.

Quando a gente era criança, a vida era mais parada mesmo. Tinha menos coisa pra fazer. O dia começava mais cedo e terminava bem mais cedo também. Hoje, a correria é demais e olhe que Horizonte, mesmo tendo crescido muito, não é Fortaleza. Hoje quanto mais tempo a gente tiver, mais coisa aparece pra fazer. Antigamente, num era assim, não. Eu e minha irmã mais nova, a gente era encostada uma na outra, quase gêmeas. E a gente fazia tudo junto. Minha mãe sempre dividiu o serviço de casa. Cada um fazia o que a idade deixava fazer, sempre. A gente sempre teve regra, mas, é muito diferente do tempo de hoje....

Hoje, é hora pra tudo. Ninguém escapa. Eu pelo menos, tento escapo de vez em quando e esqueço o relógio. Esqueço, mais ou menos, né, porquê a gente sabe a hora de voltar. Engraçado, Nagyla, tou falando sobre isso e pensando em como o trabalho na fábrica mudou até isso, né? Mudou o tempo, não tou sabendo dizer direito; mas, a gente não conta as horas mais do mesmo jeito... também, num tem nem como, a gente passa muito tempo dentro da fábrica. A gente sabe é a hora de chegar e de sair da fábrica.

É o Processo Civilizador que impõe aos indivíduos uma nova rotina, com um número maior de atividades a ser conectadas ou não umas às outras. Quanto maior a diversidade de tarefas, mais dependência em relação à marcação do tempo, elemento central na coordenação e articulação das relações sociais cada vez mais complexas. Os relógios são invenções humanas para organização das diversas rotinas da vida social. Para Elias, o homem é construtor do tempo que como fenômeno social passivo de aprendizagem. É preciso apreender a constituir o tempo diante de contextos sociais plurais, diferenciados, heterogêneos e contraditórios. Esse aprendizado leva a requer “tempo”. Com o processo civilizador o que é coerção externa se transforma em exigência de auto-controle. O tempo é parte do conhecimento humano, denominando, organizando e regulando a vida social cotidiana.

Com a disciplina do tempo presente desde a constituição da identidade, a modernidade produz um tempo representado pela velocidade de relógios, calendários e horários, ostentando na sociedade as propriedades que fomentam coerções que o sujeito se impõe. A pressão dessas é relativamente pouco apreendida, medida e

equilibrada, porém, onipresente e inevitável.

O Tempo Social Elisiano, em Octávia, se metamorfoseia em múltiplas faces de um tempo-cotidiano recortado em diversas e recomposto em função dos diferentes papéis sociais que desempenha: de operária à trabalhadora do sexo aos finais de semana. *A Mulher que dançava com o mar*, todos os domingos, à tarde, por volta de 15 horas, passeia um pouco no calçadão Vila do Mar, no bairro Pirambu em Fortaleza. Segundo ela: *pra entrar no ritmo de Horizonte*. Saí de cena uma Octávia que ninguém conhece, pra dar lugar à Octávia operária, dona de casa e chefe de família.

O tempo social inscrito no cotidiano das operárias se constitui como uma importante chave de análise do dia a dia dessas trabalhadoras, projetando um outro desenho cultural de suas vidas já transformadas pelo ritmo temporal da fábrica. Em Octávia há uma inversão de perspectiva, não-linear. Uma espécie de deslocamento da personagem operária para um “não lugar”, uma “não-fábrica”, uma “Não-Horizonte”, como forma de negação do atual estado das coisas.

Desse modo, Elias (1998, p. 84) expõe que tempo é, em primeiro lugar, um marco de referência que serve aos membros de um certo grupo e em última instância, a toda humanidade, para instituir ritos reconhecíveis dentro de uma série contínua de transformações do respectivo grupo de referência. Assim, o tempo cumpre funções de orientação do homem diante do mundo e de regulação da convivência humana.

Mas, ao dialogar com Elias, e no decorrer da tese, senti a necessidade de encontrar material teórico que pudesse me instigar a pensar sobre uma cartografia do tempo histórico, espaço e sua relação com a cultura. (FERRARA, 2008):

A percepção de temporalidades e espacialidades corresponde a dimensões cognitivas de síntese que, se não nos leva a definir a natureza essencial do tempo e do espaço, nos permite precisar o desenho de temporalidades e de espacialidades na discriminação da experiência e no modo pelo qual, como signos, são representados e substituem unidades fenomênicas. Temporalidades e espacialidades correspondem às manifestações do tempo e do espaço como linguagens que os tornam perceptíveis no plano da cultura. (FERRARA,2008)

Dessa forma, as mulheres-operárias, no desenho de suas temporalidades experienciais, bem como de suas especialidades múltiplas, tornam-se a personagem de escritura cultural de um tempo e dos usos que farão desse tempo individual e coletivo. Ferrara (2008), chama atenção para a *Hegemonia do Tempo*. A autora relata:

Hegemônico, o tempo estabiliza o espaço através das marcas que são suas

testemunhas e o apresentam como escritura. A história desse tempo se escreve através de eventos, personagens, monumentos, emblemas que se estruturam no âmbito do particular, do restrito solidamente situado. Esse espaço é, sobretudo, marcado pelo tempo em suas lembranças, como dados estanques definitivamente inscritos no passado. Nesse caso, essas marcas do tempo são dados e se apresentam, comunicativamente, como mensagens compactadas e livremente repassadas do tempo para o espaço, da história para a cultura, entendida como estrutura linear e simplificada. (FERRARA, 2008)

Talvez, meu papel como pesquisadora em campo, investigando sobre a construção processual do tempo, foi o de romper com uma lógica *hegemônica do tempo*, abrindo caminhos para pensar na produção do tempo pelas mãos do Ser-operária, como a que o constitui, não como personagem estanque; mas, múltipla, dinâmica, em intenso movimento. “É neste encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendarsentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas” (CARDOSO, 1986, p.103).

Enveredar na vida de mulheres-operárias em Horizonte tendo como perspectiva teórica a relação entre Trabalho, Cultura e Cotidiano, me instiga a dialogar com Becker (1999; 2007). Tomo tais considerações em aproximação com a perspectiva metodológica de Becker (1999; 2007).

As pessoas interagindo de maneira regular, numa rotina, têm certas maneiras padronizadas de fazer as coisas, o que não significa uma ação automática. Elas não agem de determinada maneira porque esta é a sua cultura, porque estão numa certa posição social e não têm escolha, mas estas são as condições de sua ação e elas reagem a isso de uma maneira determinada. Logo, é útil entender o processo de desenvolvimento de certas atividades, incluindo-se aí a compreensão de que as pessoas reagirão de uma maneira esperada, de uma forma em princípio previsível. Em outras palavras, a compreensão de que essas formas de ação coletiva ocorrem porque as pessoas aprenderam, *através de um determinado processo*, que é assim que se faz. É muito mais fácil fazer desse modo do que inventar uma maneira nova de fazer. (BECKER, 1999)

O conceito de *processo* tratado por Becker (2007) em Segredos e Truques da Pesquisa é defendido como uma forma diferente de trabalhar. A inspiração é de como as histórias acontecem, dos passos do processo, do modo como os passos se conectam uns com os outros, no modo como um criou condições para que o seguinte ocorresse (BECKER, 2007, p. 89). Trata, ainda, de que narrativas de processo não têm um fim predestinado. Podem ter mais de um desfecho, o que não impede que tenhamos interesse, apenas em um dos desfechos possíveis. (BECKER, 2007, p. 90)

Capturar o tempo das mulheres-operárias é se deparar com a representação do efêmero e do duradouro; do instantâneo e repetitivo, do que não se

repetirá e do contraditório. A fala se transforma em escrita, fazendo com que o submerso, emergja das interlocutoras. Descortinar as estruturas do cotidiano e as formas de mudanças e permanências nas quais as interlocutoras são sujeitos, contribui na elucidação de trilhas teóricas e metodológicas renovadoras, desimpedidas de cadeias sistêmicas e de explicações causais.

Reconheço que o silêncio de Octávia me falou mais do que o que ela conseguiu verbalizar em meses de convivência no trabalho de campo. Falou mais do que eu por ora consegui captar, estabelecendo conexões e mediações possíveis no trato da relação espaço-tempo dado à velocidade das transformações impostas pela “modernização-civilizatória” ou porquê não dizer, pela “civilização-modernizadora”.

Octávia me fez perceber possibilidades de articulação e inter-relação, em recuperar diferentes verdades e sensações, promover a descentralização dos sujeitos históricos e a descoberta das *histórias de gente sem história* (grifos meus), procurando articular experiências e as aspirações de agentes aos quais se negou lugar e voz dentro do discurso histórico convencional. Pois, ao contrário, do que possa parecer, o cotidiano não é imutável e não se deve mais abordá-lo de forma descritiva; mas, relacioná-lo de maneira mais conjuntural, de dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas. (MATOS, 2002).

Octávia em sua narrativa mais silenciosa, digamos assim, me permitiu enxergar que a forma de contagem do tempo havia mudado. Que o passado e o presente estavam permeados por fragmentos de um espaço-tempo que tanto se esgaçava, parecendo se “perder”, como se reinventava, mediante às múltiplas experiências vivenciadas nos mais diferentes contextos sociais da Horizonte industrial.

Cada personagem descrita até aqui guarda em si uma Horizonte diferente em suas práticas e experiências. Guarda uma relação diferente com a cidade e com as transformações pelas quais ela vem passando nesse processo de longa duração. Os múltiplos *habitus* das mulheres no mundo social do trabalho da produção e da reprodução social, numa composição de campus diversos, onde elas se colocam em diferentes posições de agência.

A construção teórico-metodológica foi a de demonstrar aspectos do processo civilizador sob a ótica de cada uma delas, a partir do trabalho investigativo, de reflexão e mediação realizado pela pesquisadora e analista/intérprete das narrativas expressas, apurando o olhar para a composição de Pagu, a Ser-Operária,

na tentativa de trazê-la na perspectiva de retrato sociológico da trama proposta. Compor uma personagem síntese que condense a tese de forma múltipla e ao mesmo tempo singular.

6 PAGU – SER OPERÁRIA – RETRATO SOCIOLÓGICO DO PROCESSO CIVILIZADOR NA HORIZONTE INDUSTRIAL

A primeira vez que cheguei a pensar na hipótese de que a Mulher Operária da Horizonte Industrial poderia ser o elemento analítico e, ao mesmo tempo, a síntese de meu percurso metodológico foi no decorrer do cumprimento das disciplinas teóricas do doutorado, especialmente, nas que foram ministradas pela Professora Dra. Andrea Borges Leão, ainda no primeiro ano de curso. Mais precisamente, no encontro mais aprofundado com a Sociologia de Norbert Elias em sua teoria dos processos civilizadores.

A partir daí, pude imprimir as ferramentas de coleta e análise dos dados que passava pela narrativa que as interlocutoras faziam de si mesmas e de suas próprias experiências numa cidade que deixava de ser “apenas” agrícola e/ou “apenas” lugar-dormitório para se transformar em “lugar – produção”, à luz de uma relação espaço-tempo que modifica a a forma de produção da vida e da cultura, como modo de vida. O processo civilizador não tem um personagem, pois não se trata do ponto de vista do indivíduo; mas, da configuração que este forma com os outros. Tomei Pagu como esse indivíduo, retrato sociológico do processo civilizador na Horizonte industrial. E de como esse indivíduo forma conexões e configurações com os demais indivíduos que formam um todo de relações do processo civilizador. Pagu é síntese e expressão da configuração em que cada uma das mulheres operárias está inscrita.

O fazer a tese foi, por si só, como já disse anteriormente, é um exercício de reflexão metodológica, num debate em que a pesquisadora-cientista-professora teve que fazer o esforço de ir produzindo e analisando resultados, tomando para si a escolha de construção de personagens, “inspirada” na literatura, assim como eu já havia me conduzido ao longo da pesquisa de mestrado com as *Macabéas*, trabalhadoras-operárias do beneficiamento da castanha de caju em Fortaleza (DRUMOND, 2007). Chamo atenção para o termo “inspirada”, pois a literatura não é um reflexo da realidade, fazendo-se necessário o trabalho do analista-intérprete em construir mediações.

Pagu se configura como a síntese das mediações produzidas ao longo da tese, em especial na mediação tempo-espaço, em novos habitus, de uma figuração que orienta e singulariza o processo civilizador em Horizonte, sendo uma espécie de

matriz explicativa da “passagem” da Horizonte agrícola para a Horizonte industrial, por meio do Trabalho, o elemento que faz tal mediação dentro das transformações experimentadas e narradas pelas mulheres operárias.

Rosinha, Matilde e Octávia não são teletransportadas do Romance Parque Industrial escrito por Pagu na década de 1930, do século XX; elas estão inscritas na Horizonte do século XXI, uma cidade a 40km de Fortaleza/CE, quinta capital do país em população, localizada no nordeste brasileiro. Expressam, portanto, como visto ao longo dos capítulos que levam seus nomes, as mediações que enquanto analista, eu, cientista social elaborei na coleta e análise dos dados e resultados ao longo da pesquisa.

Pagu é a personagem-síntese da variedade de habitus femininos na relação com o mundo social do trabalho num processo em que muda a forma de produzir a vida. Logo no início dos exercícios metodológicos no primeiro semestre do curso de doutorado me vi descartando a possibilidade de utilizar diários de uso do tempo (AGUIAR, 2001) na abordagem junto às interlocutoras. Com o passar do tempo, com o aprofundar das leituras e com as visitas que fazia ao município desde o primeiro momento de elaboração do projeto para seleção de doutoramento, me convenci de que “impor” metodologicamente que estas mulheres adotassem “diários de usos do tempo” passaria a ser mais “um trabalho” em suas rotinas já tão laboriosas e, talvez, não fosse essa ferramenta que me forneceria farto material de análise para estabelecer as mediações necessárias à condição de interprete de suas rotinas e narrativas. Pagu, em certa medida, exerceu o papel típico-ideal weberiano, contribuindo em minha condução ao longo do percurso investigativo. Eu nunca tive a pretensão de provar a existência de Pagu; mas, sim a de compô-la como retrato sociológico de uma sociedade em intenso processo civilizador mediado pelo trabalho.

O reconhecimento e decodificação do campo da pesquisa; a construção do objeto de estudo que acompanha o percurso da pesquisa; a escolha metodológica em narrar vidas de mulheres operárias, não como escriba, mas, como mediadora dos olhares que tais mulheres lançam sobre a realidade concreta, a modernidade e sobre processos civilizadores se constituiu como um conjunto de importante envergadura a fim de que eu pudesse me debruçar sobre as redes de interdependência, expoente do processo civilizador. A narrativa das mulheres operárias é parte de seu olhar sobre a própria vida, sobre a cultura, entendida como modo de vida.

A busca pela composição de romance, tendo Pagu como a Personagem –

Retrato da trama foi a forma encontrada para visibilizar essas personagens do mundo social, fazendo, inclusive, com que possam ganhar uma outra existência, agora escrita e as tendo como parte protagonista de suas narrativas, compreendendo que o processo de civilização é o processo de modernização, em que suas personagens também estão em processo transitório de longa duração estabelecendo redes de interdependência que levam a constituição de configurações sociais, culturais, econômicas múltiplas, conectadas.

Dessa forma, a leitura das trajetórias das personagens interlocutoras se deu pelo conjunto de relações entre cultura, trabalho, gênero e tempo. É no seio do modo de vida das mulheres operárias em Horizonte que as personagens foram sendo construídas. Estas se mostram inacabadas, assim como as interlocutoras em geral dessa que busquei siuar como uma trama sociológica e que atuam como construções de viés metodológico, a fim de possibilitar a reunião, reflexão e mediação entre diferentes narrativas sobre o mesmo processo civilizador.

Não há personagens acabadas. Não há uma Horizonte plenamente industrial. O que há é um processo civilizador de longa duração, que vai modificando hábitos e costumes, imprimindo novas práticas e experiências. E Pagu, longe de ser um modelo a ser seguido ou apresentado de forma terminal é o próprio movimento da Horizonte que se moderniza.

Dessa construção emergem as personagens do Romance, que poderia também ser chamado de Saga, assim como foi a Saga de Macabéa, na dissertação de mestrado. O texto guarda em si o teor épico de quem se atreve narrar a vida social e as múltiplas vicissitudes advindas das novas relações de produção. As personagens que emprestaram suas vozes ao texto, podiam ser de qualquer lugar do Nordeste Brasileiro, podiam ser de qualquer lugar mais próximo ou mais distante dos grandes centros urbanos, mas, suas experiências não seriam as mesmas, nem tampouco seriam narradas da mesma forma.

São mulheres do povo com as quais me encontrei seja por força da militância partidária e feminista, seja por conta da vida acadêmica ao longo dos últimos 25 anos. Não me são estranhas; mas, sempre são diferentes, diversas, plurais. Pesquisa Mulheres e Trabalho, no chão das cidades, essa magnífica invenção do capitalismo em sua face mais recente. As acompanhei, cheguei perto, entrei em suas casas, comi de sua comida. As vi lavando roupa, limpando casa, fazendo unhas, arrumando os cabelos e as sobancelhas e negociando os valores pela entrega de

drogas ilícitas. Sim, elas são “aviões”, vendem abortivos; fazem e tomam “garrafadas” para todo e qualquer problema de saúde, inclusive a gravidez indesejada. Fazem Faculdade ou estão terminando o ensino fundamental e médio; vão ao culto e à missa, sem antes deixar de pedir a bênçãos orixás, à rezadeira do bairro. Mesmo que neguem o que não é socialmente aceito. Fazem ilicitudes diversas e vivem intensamente para garantir o sustento dos filhos, em especial.

Eis um retrato da vida do povo trabalhador. Sem verdades absolutas que tutela suas escolhas e os transforma em vítimas de si mesmo. Eis um retrato da vida das mulheres trabalhadoras das zonas industriais do estado do Ceará. Eis o mosaico que fui montando ao longo dessa peregrinação entre Mulheres, Cultura, Trabalho e Tempo nas profundas transformações que o processo civilizador industrial acarretou na modelagem social dessas personagens, em suas vidas individuais e coletivas. Me sinto como se eu tivesse em meio a um labirinto que com bilros e linhas tecesse as cores que elas me permitissem usar ao contar suas histórias. No alinhavo de suas trajetórias no processo civilizador industrial, emergem astrês personagens que deram voz e vida a esse trabalho.

Ao acompanhar o dia a dia cotidiano daquelas mulheres, me deparei com as conexões entre dinâmica social e estrutura de personalidade, me encontrei com Figurações, forjadas no desenvolvimento da formação da classe operária em Horizonte. Me debrucei sobre um *modo de saber* que explicava as mudanças, àquela sociedade e como elas, enquanto pessoas, estavam inscritas naquele processo, como seres humanos interdependentes. Apenas, assim, podem ser entendidas; já que suas vidas se desenvolvem e são modeladas por figurações sociais que se formam uns com as outras.

Sendo assim, as figurações estão continuamente em fluxo, passando por mudanças de múltiplas ordens que variam quanto ao tempo: rápidas e, outras, mais lentas e profundas. Aqui, podemos dizer, que as figurações possuem dinâmicas próprias, nas quais as perspectivas pessoais possuem sua função, mas, de forma alguma podemos atomizar os sujeitos como se estivessem descolados dos processos históricos. Tais sujeitos agem em redes de forma interdependente, com assimetrias de poder pautadas pelas estruturas econômicas, políticas e culturais. Há de se ressaltar o caráter processual e dinâmico de tais redes.

Olhava para as interlocutoras e me perguntava, quase apavorada, o que fazer com a avalanche que o campo causava em mim. O mundo conhecido pela

militância político-feminista; me parecia, naquele momento, deslocado da realidade. Era preciso descer à *terra dos mortais*, encarar as condições materiais concretas, e a forma como suas subjetividades estariam sendo construídas no seio de uma classe social, que, ficava mais candente que não *desapareceria* em nome de uma espécie de *absolutismo identitário*, na ciência e na política, que tendem a validar, apenas, perspectivas teóricas e metodológicas que eliminam o conceito de classe social, exaltando uma subjetividade exarcebada e imersa em si mesma, sem diálogo com a totalidade das relações sociais de produção.

Essas são questões-formas de se contrapor à ciência positivista, que associa à objetividade à masculinidade, desenhando uma espécie de divisão sexual do trabalho científico. Objetividade e masculinidade estariam relacionadas ao pressuposto de que há uma separação entre razão e emoção na prática científica. E de que dessa forma, a validade científica estaria garantida. O distanciamento entre pesquisador e objeto de estudo é uma tensão permanente nas ciências humanas, apesar de todo o acúmulo sobre as várias formas epistemológicas e metodológicas em se conceber um objeto de estudo. Longe de ser ignorada, essa tensão é saudável e proporciona a constante quebra de paradigmas que tentam impor à prática científica, um receituário linear- cristalizado, reducionista e positivista do ponto de vista filosófico.

O conjunto das relações sociais que se estabelecem como o grande material de pesquisa e de “fazer-ciência” da Sociologia, em sua história ainda tão recente, é plural, diverso, heterogêneo e são as lentes do pesquisador-cientista que vão sendo ajustadas, a partir do enfoque que se quer investigar e assim, delimitar seu objeto de estudo. Um trabalho de artesãos intelectuais como nos deixa de herança Wright Mills (1978). Sinto-me uma artesã, dentro de um laboratório de trajetórias individuais e coletivas, em que foi preciso criar uma abordagem, a partir do diálogo das teorias sociológicas clássicas e a fim de tocar nas fronteiras da vida cotidiana das interlocutoras.

Confesso que foi um processo árduo, até perceber que era preciso adentrar o campo empírico como pesquisadora e, não mais, ir ao campo de batalhas políticas como assessora parlamentar e/ou militante partidária e feminista do sindicato e ou do mandato parlamentar, carregando em mim a bagagem política que essas experiências me proporcionaram. Era desafiador, pois acabava por ser alvo de “preconceito” por parte da academia e das minhas interlocutoras, naquele momento.

Mergulhei nessa realidade densa e que desde o início se apresentava

como uma trama bem peculiar. Conseguiria, eu, cientista-militante, enveredar por uma Epistemologia Feminista? As chamadas Epistemologias Feministas estariam bem situadas no repertório metodológico das Ciências Sociais? Poderia ser “acusada” de está dirigindo minha escrita, apenas, às mulheres, especificamente? O desafio de compor um Romance Sociológico sobre a cultura e o trabalho de mulheres operárias já não seria, de fato, uma escolha à luz da Epistemologia Feminista? São indagações que me acompanham.

Esse discurso, assim como faca amolada, navalha cortante, atravessou a construção da narrativa político-militante que havia sido construída ao longo da minha trajetória. As indagações eram muitas. As incertezas ainda maiores e o medo do fracasso metodológico, um fiel companheiro. Ao mesmo tempo, não havia por minha parte, a disposição de “abandonar” a militância, nem tampouco a universidade.

O que eu, como pesquisadora-militante, precisava era me despir dos preconceitos que congelava essas mulheres, mais como “vítimas eternas” e/ou de “seres naturalmente fortes e de bom caráter” do que como personagens históricas do desenvolvimento capitalista no estado do Ceará, submetidas a duras condições de trabalho, vulneráveis às faces da violência de gênero. Humanas, inconclusamente, humanas; nada mais do que isso. E que por isso, mesmo, seus discursos e práticas fomentadores de rico material de pesquisa das ciências humanas em suas mais diferentes linguagens.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chego até aqui com a impressão de que a *pesquisadora romancista* também se transformou em personagem dessa história. As vozes das operárias que povoaram minha escrita se deslocam do lugar comum reservado à prática e ao discurso de mulheres trabalhadoras, caricaturadas pelo Estado, a Igreja, a Academia conservadora, os movimentos sociais e feministas tuteladores, e muitas vezes, surdos à vida real de mulheres humanamente reais, de carne e osso.

Foi uma longa viagem entre a delimitação de meu objeto de estudo e a redação final deste texto. Fico a pensar quantas operárias poderiam ter sido personagens desse romance da vida real. Quantas passaram por minhas lentes de pesquisadora? Quantas talvez tenham deixado de passar? Será que fui fiel ao que me revelaram de suas vidas, de seus trabalhos e de suas intimidades? Indagações que não pretendo esgotar por aqui, ao fim desse importante ciclo de minha formação e trajetória política e acadêmica.

O chão teórico da tese se assenta nos conceitos de Cultura, Trabalho e Tempo tendo uma construção epistemológica feminista no trato do objeto de estudo. Partir das relações sociais de produção numa zona de capitalismo tardio, investiguei a chegada da Fábrica e o processo de como a mulher trabalhadora- operária vai sendo modelada como a protagonista do processo civilizador em zonas industriais recentes do interior cearense.

Comecei por Matilde e seu olhar profundo de quem carrega um mar em sonhos e esperanças. A que mais e melhor representa as tensões entre a nova e a velha Horizonte. A trajetória de quem faz esse percurso desacompanhada. A pesquisa me desnudou, também. Me pôs diante do desafio de olhar para multiplicidade de práticas e discursos construídos ao longo de minha trajetória.

Parece que cada uma das personagens da trama traz parte dessa história consigo, numa aventura que não pode ser contada, somente pelo tempo de serviço, mas por um conjunto de disposições diferenciadas frente a contextos sociais diversos e heterogêneos que se entrelaçam e fazem destas mulheres mais do que operárias pobres, mas verdadeiras personagens de uma vida contada e recontada muitas vezes.

Como são contraditórias, como são inconclusas, como são humanas. Tão humanas que, ao relatar parte do que me disseram, eu conseguia até mesmo me lembrar dos pequenos gestos, das mãos trêmulas, dos olhos marejados, da bocaseca,

da voz vacilante quando me contavam verdadeiros *segredos* de suas vidas e de como tais *segredos* se articulavam com a fábrica, com as relações sociais de trabalho e com o debate de gênero.

O encontro com a Sociologia de Norbert Elias ao longo do curso de doutorado me proporcionou possibilidades teórico-metodológicas, que me permitiu usar lentes que me aproximassem do estudo das pessoas – mulheres operárias em Horizonte e seus modos de vida – sem me fazer cair nas ciladas do subjetivismo exacerbado. O estudo se deu sobre mulheres no plural, entendidas como figurações que estão em contínuo fluxo.

Ao longo da pesquisa de campo, o *modo de vida* dessa mulher operária, que acumula jornadas de trabalho diferenciadas vai, se apresentando como o *lócus* por excelência, para que eu possa analisar o processo civilizador num município que se transformou ao longo das últimas três décadas, num pólo industrial. A mulher em Horizonte, essa *Ser-Operária*, é a síntese do processo de transformações que passa a constituir um *modo de saber*, internalizado ao longo do tempo por essa sociedade. A *Ser-Operária* é o espelho e o reflexo da imagem de como as mudanças nos costumes não se dão de maneira aleatória, mas, seguem uma direção de sentido: o aumento da noção de privacidade física e de individualidade patrimonial; a tentativa de assepsia religiosa, familiar e afetiva; as escolhas de consumo material e imaterial, nas múltiplas dimensões da vida em sociedade.

A confluência entre as lentes e vestes de pesquisadora e militante política marca minha trajetória acadêmica desde o início da graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará (UECE), ainda na primeira metade dos anos de 1990. A militância feminista seguida da militância partidária, constitui parte de como eu me compreendo como mulher, trabalhadora, mãe, militante e pesquisadora. A construção dos objetos de pesquisa, ao longo de minha vida acadêmica, não me exigiam a negação da militância; muito pelo contrário, as lentes da militância política funcionaram, muitas vezes, para ampliar os horizontes do que poderia ser estudado. Mas, ao mesmo tempo, era necessário que eu me impusesse uma atitude teórico-metodológica em que a militante não conduzisse o ofício da pesquisadora, nem tampouco, subsumisse ao longo da investigação proposta. O ponto de partida de minha reflexão na trajetória científica de construção da pesquisa não podia residir de forma, supostamente, estática nas reflexões que tinham como critério, a minha militância política.

Os desafios são e foram inúmeros, a desconstrução das “verdades” impostas pela agenda política no enfrentamento ao crivo teórico-metodológico do exercício sociológico, produz um conjunto de questões políticas e científicas a ser decifradas: do distanciamento metodológico em relação ao objeto a ser investigado; passando pelas escolhas teórico-políticas, até a atenção constante das muitas “armadilhas” do campo de estudo. A neutralidade científica é uma quimera; a ciência, é construída à luz de posicionamentos políticos, teóricos, pedagógicos e metodológicos. Isso não invalida a certificação científica de uma pesquisa. Pelo contrário, o enriquece, pois, ao ser militante e pesquisadora; a ser pesquisadora e se constituir como militante; confrontamos “teoria e prática”; olhamos para dentro de nós mesmas num contínuo exercício de reflexão ; olhamos umas para outras.

É sempre hora de deparar-se com os Clássicos da Sociologia. Com Weber e suas Conferências: “Ciência como Vocação” e “Política como Vocação”, que, tem como fio condutor, a narração da vida de um pesquisador-militante, de um sociólogo-historiador que ao longo da Segunda Guerra Mundial, tanto se alista nas fileiras bélicas, como volta à sala de aula, como professor. Sua inquietude político-científica, sua trajetória marcada pelas sucessivas crises depressivas, constrói um homem-sociólogo que, num primeiro momento, não se afasta da política; dela colhendo fontes de pesquisa e que nos deixa de herança um método de compreensão do homem moderno e desencantado.

E as indagações prosseguem e mais do que duas vocações distintas e indissociáveis, o que prevalece no pensamento Weberiano é muito mais o questionamento sobre o sentido: “Qual o sentido da ciência?” e “Qual o sentido da política?”. Sentido da ação dos agentes, estejam estes nos palanques e nas associações políticas ou, ainda, nas barricadas da guerra; ou nas salas de aula da universidade, lugar da formação, por excelência, segundo o sociólogo alemão.

Weber acaba por apresentar mais questionamentos do que apresentar respostas às suas próprias indagações frente às dúvidas de voltar ou não ao mundo acadêmico, frente a defesa de que a ciência não surtiria efeitos na vida pessoal ou, necessariamente, ao mundo desencantado e habitado pelo Homem Moderno. Weber era fruto de seu próprio tempo e de suas próprias interrogações, assim como são, foram e serão os cientistas-pesquisadores-pensadores das mais diversas linguagens científicas. A ciência como profissão, a ciência como vocação.

É certo que ao longo do mestrado, as tensões se fizeram, ainda mais

prementes, do que ao longo do Doutorado. Posso dizer, que tive que transpor fronteiras, sair de uma certa zona de conforto político-metodológica, e me colocar “dentro” da “vida real” das interlocutoras, “operárias da castanha”. E falo na “vida real”, pois não podia me limitar ao espaço da fábrica, ao lugar do emprego, o lócus de atuação, por excelência, da agenda sindical e partidária; eu precisava me debruçar sobre as muitas dimensões da cena social, tecidas pelo Trabalho como categoria fundante da sociabilidade humana (MARX, 2007). Esse foi o caminho escolhido, pavimentado pela minha orientação teórico-metodológica marxista.

A militante seria capaz de fazer o devido estranhamento, tão necessário à validação científica, me indagavam os olhos suspeitos da Universidade? “Você num é a moça que anda no Sindicato, a do partido?”, me perguntavam as operárias ao me verem andando em suas comunidades, chegando até suas casas e me identificando como uma estudante-pesquisadora e apresentando o objetivo da dissertação. Me perguntavam, com espanto, de quem chegou averbalizar como uma delas: *“Moça, seu lugar não é aqui. Aqui é o meu lugar. A Fábrica é meu ganha pão e não posso perder esse emprego, sabia? Vocês num vão me sustentar, num vão pagar minhas contas. E eu gosto de lá, sabia!? Senão sabe, fique sabendo!”* (Carne de caju, personagem da Dissertação. Depoimento, 2005).

No processo da pesquisa de campo ao longo do Doutorado, novas questões me instigavam. Além dos preconceitos da pesquisadora, já narrados anteriormente, e que precisam estar, permanentemente, sob vigilância; deparei-me com um certo tipo de “verdade absoluta” que parece invadir as reflexões acerca de grupos populacionais organizados politicamente, em torno da defesa de direitos individuais e coletivos. Um certo “véu moralizante e vitimista” produz um discurso que se pretende homogeneizante e maniqueísta entre “boasmulheres” e “más mulheres”; entre “bons trabalhadores” e “maus trabalhadores”.

O ponto de partida da reflexão desloca-se da construção histórico-política desses segmentos e sujeitos, pertencentes a classes sociais; para uma esfera de defesa de um sujeito autônomo, desvinculado de classes sociais e de como os modos de produção precisam ser analisados, mais pela forma como produzem; do que, necessariamente, pelo quê produzem (MARX, 2007).

A busca incessante pela legitimidade científica sem abrir mão das tarefas da militância, “por si só”, já se configura como um conjunto de práticas e saberes a ser investigado pelo olhar sociológico. Inspirada pela militância; instigada pela

academia, tracei um roteiro permeado onde o conjunto dos depoimentos coletados na pesquisa de campo, possam ser postos em diálogo com os conceitos que norteiam a tese. Um texto que dialoga do início ao fim, entrelaçando teoria e prática, na medida em que mudo meu lugar de reflexão sobre o fenômeno estudado.

Eu, a professora-militante não moradora da cidade, era uma espécie de “operária às avessas”. Eu trabalhava durante o dia em Fortaleza e seguia no final da tarde para Horizonte; elas saíam de suas casas para a fábrica ainda de madrugada e à noite estavam nos bancos escolares. Enquanto elas estudavam, eu continuava trabalhando.

E estudavam para ter sucesso na fábrica, garantir uma promoção, reconhecimento e melhores ganhos salariais. O interesse pelo estudo se assentava numa espécie de ideologia do sucesso/ prosperidade. A Fábrica era o vetor aparente das transformações e, por sua vez, as transformações políticas, econômicas e culturais eram fomentadas pela presença da fábrica como instituição ícone da nova Horizonte. A mulher-operária, a personagem da vida real. Pagu é esse retrato sociológico de um processo civilizador industrial. É com ela que chego até aqui; é nela que se abrem um novo conjunto de questionamentos e possibilidades de investigações futuras.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, N. Múltiplas temporalidades de referência: trabalho doméstico e trabalho remunerado em uma plantação canavieira. **Revista Gênero**, Rio de Janeiro, v.2, n.7, p. 75-106, 2001.
- ALÓS, A. P. Influxos feministas no Romance Proletário de Patrícia Galvão, **Caligrama**, Belo Horizonte, v.15, n.1, p.185-204, 2010.
- ALVES, G. Trabalho e Sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal”. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v.11, n. 19, p. 71-94, 2002.
- AMORA, Z. B. Indústria e espaço no Ceará. *In*: SILVA, J.B. da.; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E.W.C. **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.
- AMORA, Z. B. Indústria e espaço no Ceará. *In*: SILVA, J.B. da.; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E.W.C. **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus Ao Trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- ARAÚJO, Ana Maria Matos; CARLEIAL, Adelita Neto. Oportunidade e miséria nos bairros de Fortaleza. Scripta nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, v.7, n.146, ago. 2003.
- ARAÚJO, Ana Maria Matos; CARLEIAL, Adelita Neto. Oportunidade e miséria nos bairros de Fortaleza. Scripta nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, v. 7, n.146, ago. 2003.
- ARAÚJO, C. Marxismo , Feminismo e enfoque de gênero. **Dossiê Crítica Marxista**, Campinas, v.3, n.9, p. 61-70, 2006.
- ARCHER, M. **Culture and agency: the place of culture in social theory**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- BEAUVOIR, Simone. **Le Deuxième sexe**. Paris: Gallimard, 1976.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BECKER, H. S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BERNAL, C. **A metrópole emergente** . Fortaleza: EdUFC-BNB, 2004.
- BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. **Insurgência: Revista de**

Direitos e Movimentos Sociais, v. 1, n. 1, p. 198-210, 2015.

BORSOI, I. C. F. **O modo de vida dos novos operários**: quando purgatório setorna paraíso. Fortaleza: EdUFC, 2005.

BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular**: leituras de operárias. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2. ed. [S.l]: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, P. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 1996.

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. *In*: BOURDIEU, P. **O simbólico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.p.22-27.

BRUSCHINI, M. C. O uso do tempo entre famílias de classe média em São Paulo. **Espaço e tempo de mulher**, v.5, n. 4, p.2-5, maio, 1987.

BRUSCHINI, M. C. **Trabalho feminino**: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. Cachambú:[s.n], 1993.

BURKE, Peter . **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, v. 11, n.3, p. 11-42, 1998.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'**. New York and London: Routledge, 1993.

CALVINO, I. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Cia das Letras, 1972.

CARDOSO, R. C. L. Aventuras de Antropólogos em campo ou com escapar das armadilhas do método. *In*: CARDOSO, Ruth C. L. **A Aventura Antropológica**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.103-105.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CEVASCO, M. E. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2002.

CEVASCO, M. E. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

DEDDECA, C. S. Tempo, trabalho e gênero. *In*: COSTA, A. A; OLIVEIRA, E. M; LIMA,

- M. E. B; SOARES, V. **As Relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.
- DRUMOND, Nágyla M. Galdino. **A saga de uma Macabéa: corpo e trabalho feminino na indústria de beneficiamento de castanha de caju em Fortaleza/CE**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.
- DUBET, F. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. **Contemporaneidade e Educação**, São Paulo, v.2, n.3, p. 27-33, mar. 1996.
- DUBET, F. **A sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a. v.1
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b. v. 2.
- ELIAS, N. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1998c.
- FARIAS, A. de. **História do Ceará: da pré-história ao governo Cid Gomes**. Fortaleza: Livro Técnico, 2009.
- FERRARA, L. D´A. **Comunicação, espaço, cultura**. São Paulo: Annablume, 2008.
- FIORIO, A. F. C. Um breve entrelaçamento entre os fios de Heller. Lefebvre, Pais e Certeau. **Pró-Discendente**, Vitória, v.16, n. 2, p.11-16, jul./dez. 2010.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos feministas**, v.15, n.3, p.11-17, 2006.
- FRASER, N. Reconhecimento sem ética? Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, 2001.
- GALVÃO, Patrícia. **Parque industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.
- GOLDMANN, L. **A Sociologia do romance**. São Paulo: Paz terra, 1976.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura. **Rev. Educação e Realidade**, v.22, n.2, jul-dez, 1997. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=117:a-centralidade-da-cultura-notas-sobre-as-revolucoes-culturais-do-nosso-tempo&catid=8:multiculturalismo&Itemid=19. Acesso em: 20 dez.2018.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

HALL, Stuart. **Diásporas ou a lógica da tradução cultural**. Salvador: Mimeo, 2000.

HARVEY, D. Do administrativo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. *In*: HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005. p. 163-190.

HARVEY, David. **Cidade-negócio**. [S.l.:sn], 2002.

HARVEY, David. Do administrativo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. *In*: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume. 2005. p. 163-190.

HEGEL, G. W. F. **O Sistema de vida ética**. Lisboa: Edições 70, 1991.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes. 1995.

HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, v.21, n.4, p.24–41, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n.3, p. 595-609, 2007.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLZMANN, Lorena. Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às inovações tecnológicas. **Sociologias**, v.4, n.7, p.258–273, jul.2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE . **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KERGOAT, D. La Division du travail entre les sexes. *In*: KERGOAT , J. *et al.* **Le monde du travail**. Paris: La Decouverte, 1998. p.319-327.

LAHIRE, B. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis:Vozes, 2002.

LAHIRE, B. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática,1991.

LEITE, R. P. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **Revista Eletrônica Scielo**, Rio de Janeiro, v.53, n.6, p.23-31, 2010

LOBO, E. S. **O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho**. Rio de Janeiro:[s.n], 1990.

LOSURDO, D. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida: Idéias e Letras, 2006.

LUCKÁCS, G. **Teoria do Romance: um ensaio histórico filosófico sobre as formas da grande literatura épica**. São Paulo: Ed34, 2006.

MACHADO, P. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003. maio-ago. 2018.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Tradução de Maurício Santana Dias. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. Tradução dos apêndices de Luiz A. de Araújo. São Paulo : Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o Lugar fora das ideias. Planejamento Urbano no Brasil. *In*: O. ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-192.

MARX, K. **Manuscritos economía y filosofía**. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach (1845). *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1975. p. 118-120.

Marx, K.; Engels, F. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes. 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATOS, M. I. S. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. São Paulo: EdUSC, 2002.

MILLS, W. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NARVAZ, M. G; KOLLER, S.H. **Famílias e Patriarcado : da prescrição normativa á**

subversão Criativa. **Psicologia e Sociedade**, v.18, n.1, p.49-55, jan/abr. 2006.

NUNES, J. H; FREITAS, R. A. **Trabalho e gênero: entre a solidariedade e desigualdade**. Goiânia: Ed.PUC Goiás, 2011.

PAIS, J. M. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo:Cortez, 2006.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra,1992.

PINTO, C. R. J. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

PINTO, C. R. J., **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

RAGO, Margareth.**Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1980-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAMOS, D. P. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n.3, p.312, set.-dez, 2009.

SANTOS. Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos do IPPUR**, Rio de Janeiro, ano 12, n.2, p. 15-25, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.11-17, jul./dez., 1995.

SILVA, C. M. Romance da vida social: encontros entre ciências sociais e literatura. *In*: SILVA, C. M. O romance da sociabilidade: ciências sociais e literaturana compreensão social. **Emancipação**, Campinas, v.5, n.3, p. 183 – 203, 2005.

SILVA, José Borzacchiolo. **Os incomodados não se retiram**. [S.l:s.n],1998.

TEIXEIRA, Ana Lúcia. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 48, p. 16-28, 2018.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.2

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.3.

VACCARO, S. B. Karl Marx e Hannah Arendt: uma confrontação sobre a noção de trabalho. **Sociologias**, v.17, n.40, p.358–378, 2015.

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. Campinas: EdUnicamp, 1993.

WEBER, Max. **Ética protestante e Espírito do Capitalismo**. [S.l:s.n],1998.

WILLIAMS, R. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Companhia Nacional,1978.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**. São Paulo: Companhia das Letras,1989.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Ed.Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **La larga Revolucion**. Buenos Aires: Nueva Vision, 2003.